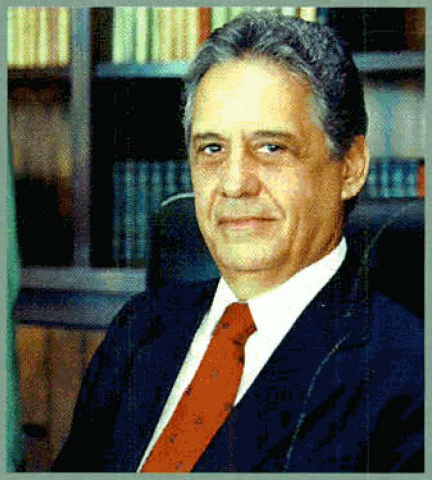
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – VOL. 17 – Nº 10 – 15 DE OUTUBRO DE 1997 – R$ 6,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

FÓRUM NACIONAL DA AGRICULTURA





ENTREVISTA EXCLUSIVA:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

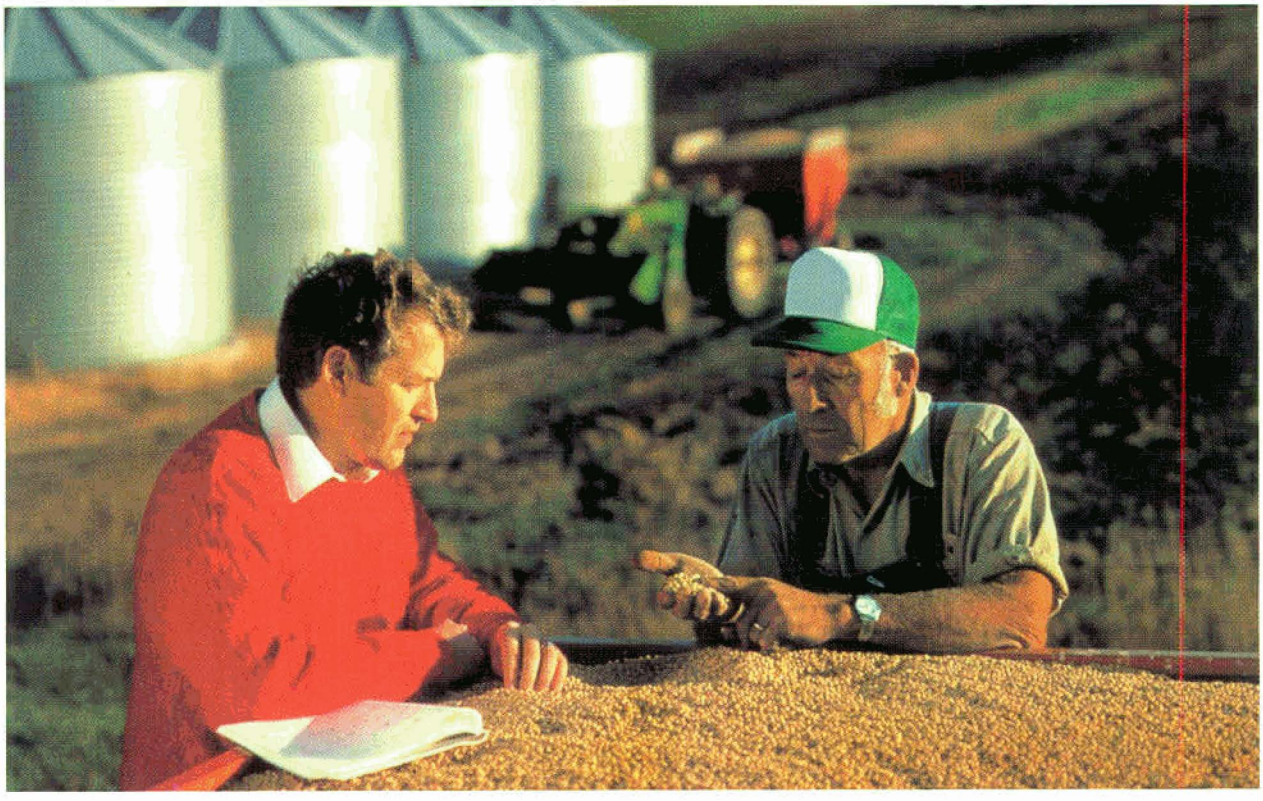
IBRE

ISSN 0100-4298

00010 >

9 770100 429971

Quer participar do *agribusiness* do Brasil Central?



Venha prosear com a gente.

O Grupo Algar, através de suas empresas ABC A&P e ABC Inco, conhece profundamente a terra onde pisa. Não é por acaso que fincou sólidas raízes no Brasil Central, onde vem colhendo grandes resultados. Um bom exemplo é o trabalho da ABC A&P, que além de ser a maior produtora de soja de Minas Gerais, desenvolve tecnologia na produção de sementes de alta qualidade. Por sua vez, a ABC Inco está entre as maiores indústrias de óleos vegetais do País.

GRUPO **ALGAR**

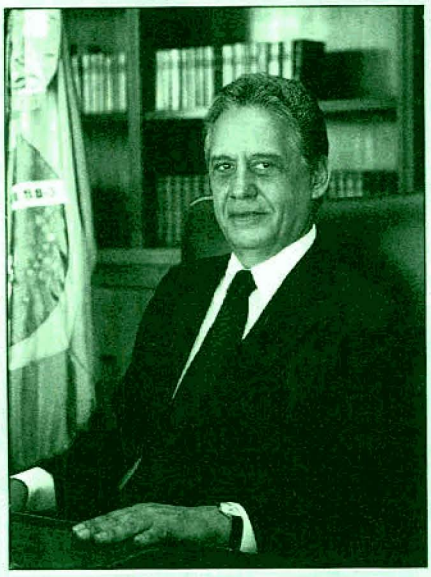
Setor Agroalimentar

Juntas, elas realizam todos os anos o Tecnologia do Campo, um evento de importância nacional que discute as novas tecnologias agrícolas.
Como você pode ver, estas empresas têm plantado soluções que preparam o campo para novas conquistas. E para novas parcerias.

ENTREVISTA
CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

O mercado não pode ser fator de exclusão



Fernando Henrique Cardoso

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

■ *Por que o senhor determinou a criação do Fórum Nacional da Agricultura?*

— O FNA foi criado como um instrumento para a sistematização do pensamento estratégico voltado para o aprimoramento do agronegócio nacional, órgão do qual possam sair propostas que tenham abrangência geográfica e representatividade dos interesses dos agentes econômicos, consumidores e trabalhadores. O objetivo último é a remoção de obstáculos à inserção no cada vez mais competitivo mercado mundial e o melhor atendimento do nosso cada vez mais exigente consumidor. É preciso encontrar fórmulas que permitam um melhor aproveitamento do extraordinário potencial de crescimento ainda não explorado na agricultura. O Fórum ilustra, ainda, o empenho de meu governo em mudar o modo de encarar alguns dos temas fundamentais do Brasil, entre os quais está o relacionamento do governo com as lideranças empresariais, trabalhadores, governos estaduais e administrações municipais. Em parceria com os empresários agrícolas, fica mais fácil para o governo a identificação dos problemas e a proposição e execução de soluções. Mas é preciso definir de modo claro o que é da responsabilidade do setor privado nos esforços que estão sendo feitos para aprimorar o conjunto da organização produtiva brasileira. Há que se distinguir as atribuições nitidamente de mercado das ações complementares de governo, de modo a estabelecer um clima propício ao pleno desenvolvimento do setor privado. Tenho orientado meus assessores a que conversem com empresários e trabalhadores do campo para que, juntos, tracemos o caminho e a estratégia que permitam alcançar a competitividade interna e externa de que o setor necessita.

■ *Por que o senhor quis a participação majoritária do setor privado no FNA?*

— Creio que é hoje evidente para todos que a busca de soluções para o país não é, nem pode ser, tarefa exclusiva do governo. A parceria com a sociedade é o único caminho para conseguirmos avançar de forma efetiva. No FNA, já conseguimos a adesão de cerca de 500 das maiores lideranças do setor, trabalhando em 34 temas prioritários. O empresário sabe que o grande desafio é vencer a complexidade da participação no mercado, ou seja, inovação tecnológica, preços competitivos, qualidade dos produtos e regularidade de fornecimento. O FNA propicia a visão integrada das cadeias produtivas, identifica ineficiências e facilita a harmonia entre os agentes econômicos. A participação majoritária do setor privado se justifica porque é ele, em última análise, que toma as decisões e assume o risco de organizar, produzir e comercializar, por exemplo, os cereais, laticínios, hortifrutícolas, aves, suínos e bovinos que o Brasil produz. Cabe ao setor privado um papel decisivo e insubstituível no desenvolvimento do país. O governo entra com sua parte no suporte à produção, no direcionamento de recursos, na proteção e defesa da concorrência, na infra-estrutura e na garantia de um arcabouço jurídico.

■ *Quais as possibilidades da agricultura e do agribusiness brasileiro no cenário internacional?*

— A agricultura brasileira e o agronegócio nacional têm amplas possibilidades de desenvolvimento e crescimento no cenário internacional, particularmente a partir do funcionamento da Organização Mundial do Comércio e da nova regulação que dela se está originando. O setor agropecuário, desde a produção até a comercialização final, apresenta excelentes perspectivas de ganhos de participação nos mercados mundiais. Hoje, as exportações brasileiras são ainda muito modestas ante a demanda internacional. A participação da agricultura, se bem que forte no contexto das exportações brasileiras, é ainda muito pequena em relação ao comércio agrícola mundial. Existe um enorme espaço a ser conquistado pelo setor privado e é isto que o meu governo quer apoiar, de modo a reduzir custos, aumentar a produtividade, eliminar barreiras e impedir a competição desleal. O Brasil, com o maior potencial de expansão de área agricultável do mundo, com certeza saberá aproveitar as novas oportunidades. Citaria, entre tantos, cinco fatores positivos nesse sentido: abertura de grandes mercados, como União Européia e Japão, com redução do protecionismo, crescimento de renda em algumas regiões, como a China e o Sudeste da Ásia, dificuldade dos países em impor restrições não-tarifárias que não estejam baseadas em métodos científicos internacionalmente aceitos, esgotamento da capacidade de oferta por países tradicionalmente supridores mundiais de alimentos e, por fim, a capacidade

do Brasil de ser fonte confiável de suprimento de alimentos de forma regular.

■ *Quais são os obstáculos à competitividade do setor? Como ultrapassá-los?*

— Parte dos obstáculos à competitividade do setor no comércio internacional é de origem doméstica, parte é de origem externa. Os países desenvolvidos ainda estão ajustando suas economias a menores níveis de subsídios diretos à produção agrícola e a realização desses ajustes requer algum tempo. Mas, no médio prazo, haverá uma forte expansão na procura por alimentos e produtos agropecuários, em todo o mundo. Os obstáculos à competitividade, decorrentes das políticas nacionalistas do passado, tendem a diminuir. Europa, Japão e EUA têm compromissos com a OMC de diminuição sensível dos subsídios diretos à produção, o que, uma vez implementado, tornaria a competição internacional mais leal e, portanto, mais favorável ao Brasil. Internamente, o governo está investindo no aprimoramento da infra-estrutura física e da base legal, de modo a estimular a produção, a circulação, o transporte e a comercialização, interna e externa, dos produtos agrícolas. A meta é diminuir sensivelmente o custo Brasil, tornando os produtos brasileiros mais competitivos. Nesse sentido, promovemos recentemente uma revisão dos tributos que incidiam sobre exportações, privatizamos terminais portuários e a quase totalidade da malha ferroviária, adotamos medidas de estímulo ao transporte fluvial e de cabotagem. Temos consciência de que, ao lado de aportes tecnológicos, é importantíssima para o setor a redução dos custos financeiros, e sabemos que é necessário avançar também em outros setores, como no aperfeiçoamento da legislação trabalhista.

■ *Na questão tributária, como o senhor vê a isenção para os produtos da cesta básica?*

— Vejo a proposta de rebaixamento ou mesmo de isenção em alguns produtos, com muito interesse. Ainda mais quando o Ipea sinaliza que isso proporcionaria um forte aumento da renda real do trabalhador. A oferta brasileira de proteínas, fibras e cereais poderia ser mais plenamente absorvida, evitando-se estoques agrícolas exagerados, que deprimem preços e mesmo a produção em anos subseqüentes. O desenvolvimento agrícola depende da redução de barreiras ao seu crescimento. Todavia, estados e municípios utilizam os recursos provenientes dos impostos para pagar salários, gerar empregos, realizar obras de infra-estrutura. Dessa forma, seria necessário negociar formas alternativas de financiamento. O assunto é complexo e deve ser examinado com toda a atenção, em suas diferentes facetas. Teoricamente, níveis menores de impostos sobre volumes maiores de produção e consumo deveriam proporcionar as receitas necessárias ao funcionamento adequado de um Estado mais enxuto e eficiente.

É preciso encontrar fórmulas que permitam melhor aproveitamento do nosso potencial agrícola de crescimento, ainda não explorado.

■ *O senhor foi entusiasta defensor do banco cooperativo. Por quê?*

— O banco cooperativo será o resultado da organização dos produtores e empresários da área agrícola, oferecendo o que o setor necessita para ter alternativas de captação de aplicação de recursos para o financiamento das atividades agrícolas. Demonstrará que existe maturidade organizacional capaz de captar recursos, externos e internos, aplicá-los de forma produtiva e fazer com que o setor se modernize gerencialmente para conviver com os mercados financeiros também globalizados. Será uma porta de entrada para investimentos no desenvolvimento do agronegócio brasileiro, uma forma de obter recursos com encargos financeiros menores e, mais importante, de garantir a recirculação dos recursos gerados no próprio setor. No banco cooperativo, o produtor terá um banco na medida de seus interesses, que pode funcionar como uma agência integral de prestação de serviços, assistência técnica e gestão.

■ *Milhares de agricultores e trabalhadores rurais perderam seu trabalho em função de recorrentes erros na política econômica para o campo, nos últimos 20 anos. Como reparar isso, uma vez que a securitização de dívidas foi um paliativo, embora indispensável?*

— A substituição de mão-de-obra rural por modernos recursos da tecnologia não ocorre só no Brasil, nem pode ser atribuída exclusivamente a eventuais erros na condução de anteriores políticas econômicas. O mundo moderno exige a constante adaptação do setor produtivo a uma competição cada vez maior. Esse aumento provocou considerável mudança na produtividade dos fatores de produção. Novas tecnologias, novos modelos de gestão, avanços da biologia, da química, da eletrônica e da mecânica permitiram produzir mais e melhor, com menos mão-de-obra. A solução não é voltar ao cabo da enxada que, além de pouco produtivo, demanda brutal esforço físico do trabalhador. Mesmo modernizando sua produção, o Brasil é dos poucos países que ainda mantêm um número elevado de habitantes na área rural, cerca de 1/4 da população. Mas é preciso admitir que mudaram as condições e variáveis macroeconômicas que determinam e condicionam as políticas passíveis de serem aplicadas no campo. A importância da securitização das dívidas não deve ser minimizada. Graças a esse mecanismo, milhares de produtores voltaram a produzir. O governo entendeu que era indispensável a introdução de mudanças nas condições de pagamento das dívidas dos agricultores e assim foi feito, mesmo a um elevado custo político, derivado da falta de compreensão demonstrada por alguns setores. A discussão sobre a securitização continua e persistirá até a última prestação ser paga. Sabemos disso e estamos de acordo que assim seja. Da mesma forma que mudam as condições da economia, muda também a situação dos bancos e dos agricultores. A agricultura seguirá sendo uma das prioridades de meu governo. Não se trata de usar soluções paliativas, mas de buscar aquelas que são possíveis no contexto de um processo em que se procura aten-

der os interesses legítimos dos mais diversos segmentos sociais.

■ *A importação de produtos agrícolas com subsídio na origem (entre outros efeitos da política econômica) destrói expressivo número de empregos rurais. De outro lado, o governo promove a reforma agrária, em boa medida para recuperar parcialmente aqueles empregos perdidos. Como o senhor vê essa contradição?*

— A agricultura brasileira está acostumada a conviver com importações e tem comprovado sua competitividade. Manter aberta a opção de importar produtos agrícolas — por força da integração econômica entre mercados, preços menores ou maior qualidade — é aspecto fundamental dentro de uma economia estabilizada e de uma política de abertura de mercados. O que é preciso fazer é aumentar as exportações para gerar emprego e renda. Ora, as exportações agrícolas estão gerando mais empregos do que as importações conseguem diminuir. Tanto é assim, que o superávit comercial agrícola previsto para este ano é de US$12 bilhões. Além disso, tomamos medidas de controle em relação aos financiamentos para importação, uma vez que a competitividade de vários produtos estrangeiros em nosso mercado se devia muito mais ao financiamento do que ao preço ou à qualidade dos produtos. Muitos dos cálculos apresentados em relação à redução de empregos no campo são simplistas e equivocados. Por exemplo, nem todos que perderam o posto de trabalho no algodão, temporário, diga-se, ficaram desempregados. Muitos foram reaproveitados em outras culturas. E é bom lembrar que, graças à importação do fio, foi possível aumentar a exportação de têxteis, gerando mais emprego na indústria. Não há dúvida de que a importação de produtos subsidiados na origem pode prejudicar nossos produtores e, por isso, tal prática tem sido sistematicamente repelida pelo governo. Lembro que o Brasil pertence ao Grupo de Cairns e é contra todo tipo de subsídio aos produtos estrangeiros. Mas o problema requer ação conjugada do governo e da iniciativa privada, denunciando à OMC a prática de comércio desleal e exigindo as medidas compensatórias correspondentes. Já a questão da reforma agrária deve ser vista sobretudo da perspectiva social, como forma de se oferecer, a um número muito expressivo de famílias, a oportunidade de assentamento em locais onde haja infra-estrutura básica de acesso à educação, saúde, transporte, segurança e de mercado.

■ *Qual o papel do Conselho Nacional de Política Agrícola?*

— O Conselho Nacional de Política Agrícola deve identificar linhas de ação que permitam à agricultura brasileira realizar, em termos econômicos e também sociais, seu enorme potencial de crescimento. Em termos de funcionamento, o Conselho deve ter em conta princípios de excelência de gestão e indicadores de competitividade para perseguir seus objetivos, que devem ser aqueles determinados pela sociedade brasileira. Deve ser leve e ágil para rapidamente responder às mudanças requeridas por essa mesma sociedade. É preciso que fique muito claro que o CNPA não pode ser um órgão meramente legitimador dos interesses de alguns segmentos mais articulados ou mais bem representados, em detrimento de outros. Sua atuação deve guiar-se, invariavelmente, pelo interesse maior do país e da sociedade, sob o risco de que se perca o horizonte estratégico em função de questões pontuais, do interesse de alguns poucos. A boa atuação do Conselho está necessariamente vinculada a sua representatividade. Daí a importância de que nele estejam legitimamente representadas as diversas categorias: trabalhadores, empresários, produtores rurais e consumidores, ao lado do próprio governo.

■ *Em um segundo mandato, a agricultura terá prioridade?*

— Tenho um compromisso permanente com a agricultura, por tudo que ela representa, no Brasil, em termos sociais e econômicos. O setor agrícola tem notável capacidade de criação de empregos e geração e distribuição de renda. Além disso, tem um papel crucial a desempenhar no contexto dos esforços do país para melhorar sua inserção global. O presente e o futuro do Brasil estão intrinsecamente ligados à agricultura. Não quero especular sobre um eventual segundo mandato, mas posso assegurar que meu governo continuará a promover o desenvolvimento da agricultura nacional, seja no apoio às inovações tecnológicas, que dependem do ensino e da pesquisa, seja no aperfeiçoamento da infra-estrutura e conseqüente redução do custo Brasil. O agricultor nacional já provou que é competitivo e o governo fará o que for possível para facilitar as atividades do setor, que é, repito, essencial para o futuro do Brasil.

■ *O senhor gostaria de acrescentar algo?*

— Quero dizer que, do ponto de vista puramente econômico, estamos encarando a agricultura de forma mais abrangente, da ótica do agronegócio, com foco no mercado. Nesse sentido, a atividade deve gerar lucro, resultado financeiro. Para isso, o setor tem que melhorar sua competitividade, o que só se obtém com eficiência de gestão, redução de custos, tecnologia, produtividade e qualidade do produto final. É importante que se aprofundem e expandam o associativismo e o cooperativismo, de modo a somar forças. Com isso, um número cada vez maior de produtores pode alcançar melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que se estimula o espírito empreendedor e se empresta maior dinamismo ao setor.

Gostaria, em especial, de ressaltar o trabalho que está sendo feito junto aos pequenos produtores, atendidos, desde o final de 1995, com o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), cujos resultados iniciais são extremamente promissores. É gratificante ver esses produtores buscando crédito, apoio na extensão rural e novas tecnologias para produzir e gerar riquezas. A intenção é inseri-los no mercado, fazendo com que saiam do patamar da subsistência e da insegurança que vinha expulsando tanta gente do campo. O compromisso é fazer do mercado um fator de inclusão e não de exclusão. É importante que sejam dadas a esses agricultores condições objetivas e segurança para produzir, em benefício de suas famílias e do país. É isso que estamos fazendo com o Pronaf.

Entrevista exclusiva elaborada pela equipe de redação de *Agroanalysis*.

CARTAS

Cevada cervejeira

✉ Como leitor da revista *Agroanalysis*, recentemente vi a preocupação com a posição dos produtores de trigo nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, com a perda de competitividade causada pela menor produtividade em relação a outros países. Pergunto se parte do problema não seria minimizado se fizéssemos um trabalho de substituição de parte da cultura de inverno, substituindo o trigo por cevada cervejeira, já que o malte de cevada apresenta um valor agregado maior.

Ao mesmo tempo, o mercado brasileiro para esse produto aumentou em proporções gigantescas nos últimos 15 anos, com tendências a continuar aumentando nos próximos 10 anos. Concomitantemente, a produção brasileira de malte para cerveja, ao que parece, não aumentou na mesma proporção, e continuamos cada vez mais importadores desse insumo. Bastaria que algumas cooperativas instalassem maltarias e desenvolvessem um trabalho de melhoria de grãos, em trabalho conjunto com as cervejarias.

Fica nossa sugestão para uma análise, caso já não a tenham feito.

Domingos Tadakazu Hiroto
Bebidas Wilson Indústria e Comércio Ltda.
Presidente Prudente, SP

Separatas Agroanalysis

Aquele artigo que lhe agradou especialmente pode ser reimpresso sob sua encomenda. Utilize-o para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Solicite através do telefone: (021) 536-9269, do fax: (021) 536-9207, do e-mail: adelaide@fgv.br ou através do correio para o endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900.

E-mail: assine@fgv.br
LIGUE GRÁTIS: 0800-21-7777

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Dan Biller (meio ambiente e recursos naturais), Edgar Costa Filho (contrato futuro de milho e labag), Eliana C. B. Leite (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação, e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho).

Redação:
Tels.: 536-9213, 551-7995 e 536-9475

Colaboradores:
Adib Jamil Amin, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool)

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Capa:
Osvaldo Moreira da Silva

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ilana Sender, Victor Cezar Santos Teixeira.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Maria Cecília Barbosa, Eliane dos Santos Botelho, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

VISITE NOSSA HOME PAGE
http://www.fgv.br

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a Agroanalysis — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — Fax: (021) 536-9207.

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda — Tel.: (021) 536-9269 — Fax: (021) 536-9207 — e-mail: caique@fgv.br

Publicidade:
Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Rio de Janeiro — RJ: Tel.: (021) 240-8521 — Tel. e fax.: (021) 220-3823; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Editora FGV
Editora executiva: Alzira Alves de Abreu
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Jayr Ferreira Vaz, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto.
Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.
Assinaturas: José Milton Gondim
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 — CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tel.: (0800) 21-7777

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Diretor-geral interino: Jorge Oscar de Mello Flôres

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.)

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

CARTA VERDE

Fórum Nacional da Agricultura — por um campo melhor

Competitividade. Desregulamentação. Globalização. Inserção na economia mundial. Qualidade. Aprimoramento. Estas são as palavras mais freqüentemente citadas na presente edição de *Agroanalysis*. Não poderia ser diferente, em se tratando de um número especial, dedicado ao Fórum Nacional da Agricultura, que incorpora textos provenientes dos grupos temáticos do Fórum e uma entrevista exclusiva do próprio presidente da República, idealizador do evento, Fernando Henrique Cardoso.

O presidente, quando ainda ministro das Relações Exteriores, escreveu interessante artigo, em que se referia à chamada *nova ordem internacional*, a partir da análise feita por um representante do sistema financeiro norte-americano. Segundo ele, a Guerra Fria teria sido substituída por um período de *paz fria*, caracterizado pela disputa acirrada por mercados entre três versões de um mesmo sistema econômico: o capitalismo, em sua forma liberal, norte-americana; social, européia; e corporativa, a forma japonesa.

Ao Brasil, participante desta disputa, cabe hoje definir as características de seu sistema, podendo inspirar-se no funcionamento de instituições que tiveram êxito externamente. Contudo, as peculiaridades de um país de extenso território e forte contingente populacional, industrializado, mas necessitando modernizar-se, após prolongado fechamento, não poderão jamais ser desconsideradas.

O Fórum Nacional da Agricultura é a expressão mais acabada do intento de associar Estado e iniciativa privada na busca de uma sinergia positiva capaz de dar nova alavancagem à economia brasileira.

As questões tipicamente agrícolas vêm, agora, de roldão com as da agroindústria e dos sistemas financeiro e de serviços, além de interessarem a todos os consumidores urbanos. Em suma, interessam a todo o país, tal a relevância dos complexos agroindustriais, do agribusiness para o futuro do país.

Não podemos prever o futuro. De fato, quanto a ele, temos responsabilidade bem maior. Podemos fazê-lo. Momentos como o do Fórum são únicos. Para registrá-lo e para contribuir para o acompanhamento e subseqüente cobrança dos esforços necessários à consecução de seus objetivos é que *Agroanalysis* elaborou este número especial.

Desejamos todo o sucesso a esta iniciativa.

Nesta edição

1 **Entrevista com Fernando Henrique Cardoso**
4 **Cartas**
5 **Carta verde**
6 **Fórum Nacional da Agricultura: Círculo virtuoso entre a política e a economia**
Arlindo Porto
7 **Fórum Nacional da Agricultura: O futuro se faz agora**
Roberto Rodrigues
9 **Fórum Nacional da Agricultura: O Fórum e a competitividade da agricultura brasileira**
Ailton Barcelos Fernandes
10 **Bem-vindos ao Fórum Nacional da Agricultura**
Luiz Antônio Pinazza
12 **Grupo Temático Crédito**
Ademar Schardong
13 **Grupo Temático Seguro**
Ágide Meneguette
14 **Grupo Temático Tecnologia**
Alberto Duque Portugal
16 **Grupo Temático Aves e Suínos**
Alfredo Felipe da Luz Sobrinho
18 **Grupo Temático Educação, Saúde e Habitação**
Alysson Paulinelli
19 **Grupo Temático Armazenagem, Transporte, Padronização e Classificação**
Amílcar Gramacho
20 **Grupo Temático Cesta Básica — Arroz, Feijão e Mandioca**
André Barbosa Barretto
24 **Grupo Temático Defesa Sanitária**
Antônio Cândido Martins Borges
25 **Grupo Temático Milho/Soja/Sorgo**
Antônio Chavaglia
26 **Grupo Temático Formação Profissional**
Ataide Alves
27 **Grupo Temático Seringueira**
Carlos Alberto de Brito Soares
28 **Grupo Temático Tributação**
Fernando Rezende
29 **Grupo Temático Cacau**
Fernando Rios do Nascimento
31 **Grupo Temático Agricultura Sustentável**
Francisco Graziano Neto
32 **Grupo Temático Apicultura**
José Alexandre Silva de Abreu
34 **Grupo Temático Insumos**
José Amauri Dimárzio
35 **Grupo Temático Organização/Extensão Rural**
José Aroldo Gallassini
36 **Grupo Temático Açúcar e Álcool**
Luiz Carlos Corrêa de Carvalho
38 **Grupo Temático Ovinocultura e Caprinocultura**
Luiz Fernando de Oliveira Nunes
39 **Grupo Temático Algodão/Fibras Vegetais**
Luiz Lourenço
42 **Grupo Temático Café**
Luiz Marcos Suplicy Hafers
44 **Grupo Temático Fruticultura e Hortaliças**
Manoel Dantas Barreto Filho
46 **Grupo Temático Comercialização**
Nelson Mamede
47 **Grupo Temático Política Fundiária**
Octavio Mello Alavarenga
48 **Grupo Temático Mecanização**
Persio Luiz Pastre
49 **Grupo Temático Culturas de Inverno**
Rui Polidoro Pinto
52 **Índice FGV/Abag Indicador do preço do milho**
53 **Estatísticas agropecuárias**
60 **Panorama agropecuário**
64 **Janela aberta**

Círculo virtuoso entre a política e a economia

ARLINDO PORTO

O Fórum Nacional da Agricultura (FNA), ao reunir de forma nacional e interativa as mais expressivas lideranças brasileiras em agronegócios, tornou-se efetiva resposta política ao imperativo econômico de integração setorial, ante os desafios que a globalização impõe ao país. Impossível fugir ao fenômeno da abertura mundial de mercados, em um ambiente tecnológico cada vez mais sofisticado e competitivo, para justificar e entender essa iniciativa. Ressalte-se que isso só foi possível graças à estabilidade econômica e política por que passamos e que nos devolveu a capacidade de planejar com confiabilidade.

A estrutura abrangente e flexível do FNA veio ao encontro da nova realidade nacional e internacional, na qual se desenrola, a velocidade vertiginosa, verdadeira guerra por mercados e resultados financeiros. Somente a integração e a parceria efetiva entre governo, iniciativa privada, trabalhadores, legítimas representações setoriais, instituições de ensino e pesquisa poderão agregar os indispensáveis elementos de competitividade e lucratividade aos agronegócios, por intermédio de uma política agrícola consensual, exeqüível e com o indispensável respaldo político para sua execução.

O FNA, além de eficaz, tem se mostrado instrumento altamente democrático na busca de soluções para o país, para setores e grupos específicos, para produtores e consumidores. As mais de 300 lideranças reunidas em torno das 35 comissões temáticas, que também agregam técnicos e representações diversas, abarcam a quase totalidade da cadeia produtiva significante dos agronegócios nacionais.

O Fórum, que simultaneamente reflete e altera a realidade, teve e vem tendo o mérito de romper ou reduzir corporativismos microssetoriais, geradores de conflitos improdutivos. Opera a favor da integração da cadeia produtiva de um determinado produto, assim como entre setores, promovendo a sinergia necessária a agregar competitividade a todos os produtos e produtores, com benefícios extensivos a todos os atores envolvidos no processo.

A rápida urbanização do país, que deixou menos de 1/4 da população e dos votos no campo, contribuiu para a diluição e o enfraquecimento da representação política do setor rural. O FNA, ao promover o desenvolvimento e a integração entre produção primária, seu beneficiamento, industrialização e comercialização, incrementa a importância econômica do setor como um todo, o que se reflete na revalorização política do setor rural como parte indispensável da cadeia produtiva.

Afinal, os agronegócios respondem por cerca de 40% do produto nacional bruto; compõem o setor que mais gera empregos e o de maior potencial na distribuição de renda, ao lado de ter o maior dinamismo em termos de capacidade de resposta às mudanças conjunturais e estruturais da economia globalizada. No caso brasileiro, é ainda o setor que mais tem contribuído para a redução do déficit da balança comercial, com saldo positivo esperado para este ano de cerca de US$12 bilhões.

Ao congregar todos esses agentes e interesses econômicos e também representar o setor como solução para inúmeros e graves problemas sociais, o Fórum Nacional da Agricultura legitima e dá peso às diretrizes de política agrícola que recomenda. Credencia-se ainda como o grande interlocutor com os demais setores da sociedade brasileira, particularmente com o setor econômico-financeiro, o mundo político, o do comércio exterior, o da indústria. Transcende, assim, os agronegócios, assumindo importante papel na integração da economia nacional, com capacidade para reduzir ou eliminar a dicotomia entre o setor produtivo primário e os demais componentes da economia nacional.

A instalação e o funcionamento do FNA marcam um momento e representam a mudança da dinâmica setorial com significativo ganho qualitativo. É um instrumento moderno, democrático, que amplia a capacidade participativa dos produtores e demais agentes na identificação dos problemas e na adoção das melhores soluções.

ARLINDO PORTO é senador da República e ministro da Agricultura e do Abastecimento.

O futuro se faz agora

ROBERTO RODRIGUES

O Fórum Nacional da Agricultura (FNA) é uma boa oportunidade para que o nosso país tome consciência do grande potencial que representam a agricultura e o agronegócio para a segurança alimentar e para a inserção competitiva do Brasil no mercado internacional.

Criado por vontade expressa do presidente da República, em 5 de setembro de 1996, o FNA possui uma modelagem inovadora de parceria entre o setor público e o privado para a formulação das políticas públicas a partir de uma visão sistêmica de cadeias agroprodutivas.

É um ambiente propício para romper com o modelo corporativista do passado, do Estado protetor e provedor, para buscar no mercado a nossa interação, a nossa energia. O FNA é fruto de uma nova atitude, da procura de novos paradigmas, formadores de uma nova consciência de parceria e cidadania para a construção compartilhada do futuro, do interesse de todos.

Visa, antes de tudo, a fortalecer as instituições existentes no agribusiness, estimulando a formação de novas alianças estratégicas para enfrentar os desafios da globalização, da guerra por mercados.

Os EUA, por exemplo, com a Farm Bill, estão se preparando há anos para essa guerra. Em 1998 deverá estar pronto o Plano Estratégico para os próximos 10 anos, para ocuparem o mercado e na defesa dos interesses do agronegócio americano. A União Européia tem a sua PAC, com a mesma função de defesa nas negociações internacionais.

Não há mais tempo a perder com esforços isolados. Em abril deste ano, com apoio institucional do Ministério da Agricultura, instalamos o Núcleo Gestor Empresarial (NGE) na sede da Abag, para dar suporte operacional à coordenação do setor privado do FNA.

A principal estratégia do NGE/FNA concentrou-se na implantação de uma metodologia consistente como início de um processo de transição auto-sustentável, baseado em três princípios: capilaridade, representatividade e legitimidade.

Na fase inicial tivemos enormes e inúmeros desafios, tais como: agendas sobrecarregadas dos 34 coordenadores de grupos temáticos, o grau diferenciado de entendimento da importância do FNA, a postura reivindicatória de alguns documentos, a consistência dos conteúdos e a coerência das propostas nas relações governo-sociedade, além da resistência de setores governamentais e privados à interação.

O exercício de escutar e debater é uma aprendizagem difícil e complicada, mas a democracia ainda é o melhor dos regimes. Para produzir mudança de hábitos e novas formas das pessoas se comunicarem, o FNA está procurando inovar nos métodos e nos processos, utilizando o modelo Fides de mobilização e a logística de informação Radar.

O modelo Fides de mobilização que o NGE/FNA utiliza se fundamenta na construção de novos paradigmas, na responsabilidade compartilhada, na inversão da pirâmide (decisão de baixo para cima) e na formação do patrimônio intelectual que gera riquezas e propicia a inovação tecnológica.

Outra ferramenta importante do NGE é o Radar, sistema informatizado já disponível para todos os GTs do FNA, via Internet, que permite a gestão virtual do processo de mobilização, com uso do *e-mail*, dando velocidade e confiabilidade à informação. É claro que nada substitui o diálogo num processo de mobilização, que é lento no início mas consistente no tempo e no espaço.

Como resultante da metodologia e da ação do NGE, nesta primeira fase do FNA surgiram o Programa Renda Real, implementado em ação conjunta entre os GTs Mecanização, Tecnologia, Grãos e Crédito, que visa à elevação da renda agrícola, com redução das perdas e dos desperdícios em quatro regiões (RS, PR, GO, MT) e quatro culturas (arroz, soja, milho e sorgo).

Com orientação direta do NGE, o GT Apicultura, em articulação com o GT Defesa Sanitária, está desenvolvendo o Programa PIC-Total em três projetos. Com a regulamentação de toda a cadeia apícola (mel, cera, pólen, geléia real, apitoxina e própolis), o Brasil será o primeiro país no mundo a ter uma legislação única e avançada, com visão sistêmica da cadeia produtiva e de acordo com as normas internacionais da OMC.

Com o GT Cacau, o NGE está iniciando o processo de mobilização, envolvendo mais de 80 municípios da região Sul

ROBERTO RODRIGUES é coordenador do setor privado no FNA; vice-presidente da Abag e presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

da Bahia, visando à revitalização da cultura cacaueira, assolada pela praga vassoura-de-bruxa, e à procura de novas alternativas de diversificação da atividade produtiva para desenvolvimento regional.

Outra atividade importante do NGE para qualidade das propostas do FNA é a interação estimulada entre os GTs Tributação, Crédito, Comercialização, Seguro e Defesa, consolidando em um documento harmônico os principais instrumentos de políticas que deverão nortear as ações estratégicas do agronegócio brasileiro e sua orquestração na mesa das negociações (OMC, Alca, Nafta, UE e Mercosul).

A transformação de vantagens comparativas em vantagens competitivas exige a criação de competência, que só acontece se houver uma mudança de comportamento nas atividades das pessoas e da sociedade. O principal produto das organizações modernas é o conhecimento que habilita o indivíduo a entender, comunicar e participar das mudanças.

Para marcar um gol de placa no novo milênio, precisamos de pesados investimentos em conhecimento. O dinheiro fala mas não pensa, as máquinas trabalham mas não criam. Pensar e criar são os novos ativos das organizações modernas e, no agribusiness, constituem o seu capital social.

Esta é outra missão do FNA: exercer um papel no resgate da cidadania como compromisso que ative os conceitos de cooperação, parceria e gestão, resultando numa comunidade restaurada que faz a diferença na busca de soluções para as demandas coletivas. Governo e democracia funcionam melhor onde há um alto nível de engajamento cívico.

Até fins deste ano, o FNA pretende entregar três produtos à sociedade brasileira.

O primeiro é um documento a ser entregue ao presidente da República contendo as propostas sobre uma nova estratégia do agronegócio, visando à segurança alimentar (mercado interno) e à inserção competitiva no mercado mundial, que funcione como um plano-guia das cadeias produtivas e seus instrumentos de políticas e mecanismos de mercado.

O segundo produto é a proposta de um processo articulado de mobilização dos agentes representativos da sociedade, através dos órgãos de classe, do governo e do mercado, que ofereça ampla e democrática participação, com efetivo compromisso e engajamento único, da base local regional, que passa a organizar suas demandas e suas propostas, corrigindo-se o rumo das políticas que afetam o cidadão e os negócios. Nesse sentido, é preciso pensar nas eleições de 1998.

Um terceiro produto, resultante da mobilização permanente do setor privado, visa a dar nova estrutura, organização e dinamismo ao Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), no contexto do Programa de Reorientação Institucional do Ministério da Agricultura (Prima), criado pelo Decreto nº 2.001, de 5 de setembro de 1996.

Mobilização e organização, estes são os caminhos do futuro que devemos construir.

AGROANALYSIS

PUBLICIDADE

GERENTE COMERCIAL
Carlos Henrique T. Miranda
E-mail: caique@fgv.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

SÃO PAULO
Mix Midia Comunicações Ltda.
Nilson Trivelli
Caixa Postal 21.109
CEP: 04698-970
Tel. e fax: (011) 3061-9754

BRASÍLIA
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
Deusa Ribeiro
SHIN — QI 8, CJ 3, Casa 17 Lago Norte
CEP: 71520-230
Tel.: (061) 226-5326
Fax: (061) 226-1824

RIO DE JANEIRO E DEMAIS ESTADOS
MCE Empresarial Ltda.
Igor Lima de Freitas
Av. Nilo Peçanha, 155 sala 423
CEP: 25010-140
Tel. e fax: (021) 240-8521

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE



O Fórum e a competitividade da agricultura brasileira

AILTON BARCELOS FERNANDES

O processo de globalização não impõe opções às nações. O Brasil, como um país de grande potencial no cenário econômico e agrícola mundial, necessita ocupar um espaço nesse cenário cada vez mais importante e central, dentro de uma nova ótica da divisão da competência mundial.

Nesse sentido, o Fórum Nacional da Agricultura (FNA) se traduz como uma percepção estratégica do governo federal, e mais particularmente do Ministério da Agricultura, sobre a inserção da agricultura, de forma competitiva, no processo de globalização dos mercados. No contexto das interações atualmente existentes entre os diversos países, só haverá um futuro se o Brasil se orquestrar e interagir de forma harmônica com os diferentes aspectos e cenários que vêm ocorrendo no mundo pós-Organização Mundial do Comércio (OMC).

Hoje em dia, nesse cenário globalizado, as preocupações das diversas nações com interesse estratégico no campo agrícola superam o simples aspecto das barreiras tarifárias para se centrar nas questões zoofitossanitárias (as chamadas barreiras técnicas ao comércio), que cada vez mais assumem proporções significativas e que se transformam em um verdadeiro obstáculo enfrentado pelos países exportadores de produtos agrícolas.

Adicionalmente, é impossível atingir-se mercados sem se considerar a questão de qualidade total — seja em termos públicos ou privados. Hoje em dia, mais do que nunca, o acesso a qualquer mercado está intimamente relacionado à capacidade de suprir de forma regular as exigências e as preferências daqueles consumidores, que constantemente ampliam o seu leque de exigências por produtos de elevada qualidade, gostos específicos etc.

No caso particular brasileiro, o setor agrícola vem demonstrando toda a sua pujança e todo o seu potencial no que se refere à geração de emprego, de renda e de divisas — vale a pena ressaltar os superávits constantes e consecutivos que vêm sendo preconizados pelo setor agrícola na balança comercial brasileira.

A partir dos anos 90, a vocação brasileira para o agribusiness se tornou mais latente. Agora, se torna necessário que o Brasil procure ocupar novos espaços no cenário do comércio internacional, explorando os nichos existentes nesse segmento. As oportunidades são inúmeras: frutas, flores, vegetais frescos, carne bovina, carne de frango, somente para citar alguns.

Entretanto, ao se falar na conquista de mercados externos, através da competitividade de nossos produtos agrícolas, devemos aliar esta competitividade a uma forma de atuar de maneira estratégica. Sem essa simbiose, será quase impossível obter resultados positivos continuados, da mesma forma que não alcançaremos novos mercados somente com produtos de boa qualidade, sem uma forte alavancagem através de uma política coerente de promoção comercial.

O Brasil não será capaz de ocupar espaços significativos no cenário agrícola internacional — e principalmente no campo comercial — se não articular harmonicamente seus agentes econômicos sobre pontos devidamente tornados consensuais.

O agribusiness representa muito mais para o país do que o simples valor dos produtos rurais comercializados, pois todos os agentes e setores da sociedade, sem exceção, têm interesses objetivos, direta ou indiretamente ligados à atividade agrícola.

Dessa forma, todos os agentes intervenientes podem e têm o dever de contribuir para resolver os problemas da agricultura — somente pela conscientização dos produtores, comerciantes, consumidores e do próprio governo será possível superar os obstáculos que se interpõem ao Brasil, impedindo-o de cumprir, em sua plenitude, a vocação de líder do agribusiness mundial.

É nesse cenário que o FNA se apresenta como um instrumento único da representatividade política, econômica e geográfica, aglutinando os interesses da sociedade, transformando obstáculos em soluções.

A Reunião Plenária do FNA tem a participação de colaboradores e convidados dos poderes Executivo e Legislativo, trabalhadores rurais e urbanos, empresários agrícolas e não-agrícolas, cooperativas, universidades, técnicos, estudiosos e consumidores — onde se discutem políticas públicas e compromissos e são detalhados os processos para a legitimação do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Além de possibilitar um democrático desenho de políticas públicas, em um sentido absolutamente inovador, o FNA exerce um rico papel educacional ao permitir uma visão holística — traduzida por uma percepção de cadeia agroprodutiva articulada e na criação de novas lideranças que, ao mesmo tempo em que plantam a terra, cultivam o sentimento de pertencer à comunidade planetária.

AILTON BARCELOS FERNANDES é secretário executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.



Bem-vindos ao Fórum Nacional da Agricultura

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

Com o espírito de corpo e alma no limiar do terceiro milênio, importantes tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada, proprietários ou não de terras, através de ações isoladas e conjuntas, em diversos pontos do Brasil, estão pondo de pernas para o ar a administração arcaica da agricultura voltada para dentro da porteira e para a reserva patrimonial.

As cassandras continuam apostando que o setor sucumbirá. Mas, antes disso, o que se assiste são exemplos espetaculares de empreendimentos rurais inseridos nos agronegócios, com uso de técnicas de gestão comumente utilizadas em indústria, comércio e serviços. O resultado é um corte indelével no tempo, onde rompe-se com tudo que vinha sendo feito em repetição desde o descobrimento do país. É uma verdadeira quebra no eterno ciclo vicioso da atividade agrícola exercida de maneira idêntica à dos antepassados, sempre impotente para gerar excedentes de alimentos, fibras e biomassas, apesar da riqueza da terra ou da intensidade do trabalho.

As resistências para quebrar antigos paradigmas ainda são muito grandes. As pessoas que apenas enxergam a agricultura propriamente dita, de dentro da porteira, argumentam laconicamente que não existe agronegócio sem agricultura. Essa constatação, apesar de verdadeira, não é nenhuma pérola nem exige muita inteligência e perspicácia. Muito mais relevante é a percepção de que a agricultura não é um fim em si mesma, pois faz parte de uma cadeia, onde o toque estratégico é a busca de informações sobre como fazê-la participar no processo de agregação de valor.

Até bem pouco tempo atrás, a voz corrente afirmava que um projeto tal e qual o Fórum Nacional da Agricultura (FNA) caminharia para as calendas gregas. Ledo engano. A participação e o envolvimento crescentes de pessoas em torno do FNA vêm lhe dando massa crítica e coesão, que poderão desencadear num verdadeiro processo de organização política da agricultura. Esta edição da *Agroanalysis* mostra justamente isso, ao dar uma visão do trabalho dos Grupos Temáticos em função do FNA.

A seguir, fornecemos sucintamente ao leitor algumas informações relevantes sobre o FNA. Para maiores detalhes, consultem o documento *Guia Orientador do Líder (GOL)*, que reúne um conjunto organizado e completo de informações sobre o FNA, e o *Modelo Fides de Mobilização*. O *GOL* pode ser obtido na Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

A percepção estratégica do FNA

O FNA foi criado em 5 de setembro de 1996, por vontade expressa do presidente da República, preocupado com as questões conjunturais e estruturais que envolvem a agricultura. A expectativa é que o FNA funcione como instância de negociação e formulação de políticas públicas permanentes para a agricultura brasileira, numa abordagem inovadora por cadeia produtiva.

A percepção estratégica do FNA está sustentada no tripé:

- *Globalização*, relacionada ao processo em curso no mundo contemporâneo, de onde surgem ameaças e oportunidades para a agricultura e os agronegócios.
- *Orquestração*: da necessidade imperiosa de acompanhar e participar ativamente das pautas internacionais ligadas, entre outras, às negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), Área de Livre Comércio Para as Américas (Alca), Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e União Européia (UE).
- *Novo papel do Estado*, no sentido de uma reorientação institucional para o Estado-promotor, que incentiva o desenvolvimento de estratégias e ações para os agronegócios ligados à segurança alimentar do mercado nacional e à inserção competitiva do país no mercado internacional.

A missão, os princípios e os papéis do FNA

A missão do FNA é promover, através da mobilização ampla e democrática, a participação dos agentes representativos da sociedade, para melhor compreensão da importância estratégica que o sistema de alimentos, fibras e biomassa representa para o país, tanto na melhoria do padrão de vida interno, quanto na inserção competitiva no mercado internacional.

Os princípios básicos do FNA são:

- *Capilaridade*: articulação institucional, para permitir intensa partici-

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA é gerente de Negócios da Agroceres e diretor do Instituto de Estudos da Abag.

pação da sociedade produtiva, desde o nível local.

• *Representatividade* política e apartidária dos elos e segmentos que compõem as cadeias do agronegócio.

• *Legitimidade*: demandas organizadas, na busca de visões compartilhadas com os diferentes segmentos sociais.

Os papéis do FNA são:

• atuar como caixa de ressonância do interesse comum das associações empresariais, entidades de trabalhadores e consumidores que o compõem;

• formular políticas públicas para fortalecer a segurança alimentar no mercado interno e a inserção competitiva dos agronegócios no mercado externo.

Quem é e como atua o FNA

O presidente do FNA é o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Arlindo Porto, com o apoio de dois coordenadores:

• do setor público, o secretário do MA Ailton Barcelos Fernandes, que conta com suporte do Núcleo Executivo (Nucex);

• do presidente da Aliança Cooperativa Internacional para as Américas e vice-presidente da Abag, Roberto Rodrigues, que conta com o suporte do Núcleo Gestor (NGE).

O FNA possui 34 Grupos Temáticos formados por tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada, que elaboram diagnósticos e propostas para apreciação do FNA, relativos às políticas públicas e às cadeias produtivas, visando à segurança alimentar interna e à inserção competitiva externa, bem como à promoção do desenvolvimento social no campo. *Agroanalysis* convidou os coordenadores dos Grupos Temáticos a sintetizarem o posicionamento encaminhado ao Fórum Nacional da Agricultura. Aí estão os depoimentos.





futura

O Pirelli para tratores e colheitadeiras foi feito para aproveitar o máximo de sua potência. O desenho da banda de rodagem deste pneu garante maior capacidade de tração e autolimpeza, com o mínimo de compactação do solo. Resultado: maior produtividade e total eficiência para suas máquinas. TM 95. Em matéria de pneus, nunca se viu uma safra como esta na agricultura.

PIRELLI

POTÊNCIA NÃO É NADA SEM CONTROLE.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO CRÉDITO

Um pré-diagnóstico

ADEMAR SCHARDONG

A dimensão estratégica da produção agropecuária não dispensa a participação do Estado na formulação da política agrícola nacional, nem mesmo o isenta de responsabilidades como:

a) definir, anualmente, o montante de subsídios e subvenções a serem destinados ao setor, com recursos do orçamento fiscal objetivando garantir rentabilidade mínima aos agentes de produção, notadamente quanto ao descasamento de encargos financeiros e equalização de preços, dentre outras necessidades;

b) rever a política de incentivos ao setor, levando-se em consideração os efeitos da carga tributária e demais adicionais de custos, comparados com o mercado internacional;

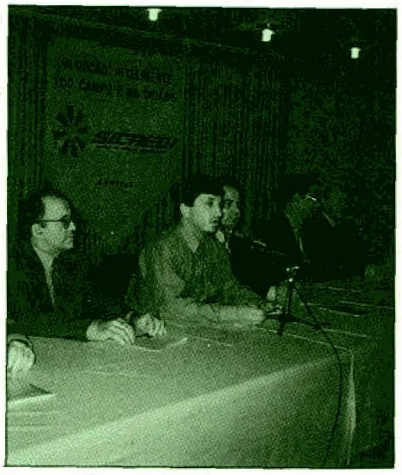
c) criar novas condições operacionais para que os agentes não-governamentais — mercado — invistam neste importante segmento da economia, estabelecendo regras mínimas e estáveis de acompanhamento e controle.

Funções de mercado

O reordenamento da política econômica nacional, na tentativa de incluir o país entre os participantes do livre mercado, exigirá dos agentes privados esforços no sentido de:

a) apoiar a iniciativa pública na implementação de políticas de investimentos, comercialização, financiamento e desenvolvimento do setor agropecuário e agroindustrial;

b) através da análise econômica e de desempenho do setor, desenvolver produtos, serviços, operações de comercialização e de financiamento que atendam às demandas do mesmo;



c) estruturar empreendimentos que possam reduzir custos, aumentar a produtividade e a competitividade do setor em relação ao mercado internacional;

d) estimular práticas de mercado como forma de induzir a mudança cultural dos seus agentes.

A partir destas premissas básicas, o grupo procedeu à análise da legislação vigente e elaborou o pré-diagnóstico que se segue.

1. Eliminar:

- a exigência de apresentação de orçamento e de comprovantes de aplicação dos recursos;
- a exigência de apresentação de certidões e do ITR;
- o registro das operações no Bacen através do sistema Recor;
- a obrigatoriedade de realizar fiscalizações;
- a interferência do Conselho Monetário Nacional na constituição das garantias das operações;
- as proibições quanto a cobrança de tarifas/ressarcimento de despesas;
- as travas que o Bacen impôs na captação e aplicação dos recursos conforme dispõe a Lei nº 8.023;
- a discriminação dos agentes financeiros privados no que tange à subvenção de equalização das taxas de juros;
- o direcionamento de recursos imposto pelo Conselho Monetário Nacional;
- a incidência de tributos e contribuições sobre as operações e crédito rural e agroindustrial;
- a classificação dos produtores para fins de contratação de operações de crédito.

2. Facultar:

- a utilização do instrumento de crédito que as partes — financiado e financiador — acordarem: CPR, CMG etc.

3. Criar:

- novas linhas de crédito destinadas a financiar o setor, como fundos de commodities e outros, incentivando-os quando lastreados em títulos e contratos de futuros, com garantia de *hedge*;
- nova Cédula de Crédito Rural, possibilitando inclusive a consolidação de dívida dos produtores rurais, cooperativas e agroindústrias, para dispensar o uso da escritura pública.

Estas e outras questões foram apontadas como inibidoras de maiores investimentos no setor, bem como responsáveis, dentre outras, pelo encarecimento do financiamento rural e agroindustrial.

ADEMAR SCHARDONG é diretor-presidente do Bansicred. Coordenador do Grupo Temático Crédito no FNA.

GRUPO TEMÁTICO SEGURO

Produzindo sem surpresas

ÁGIDE MENEGUETTE



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

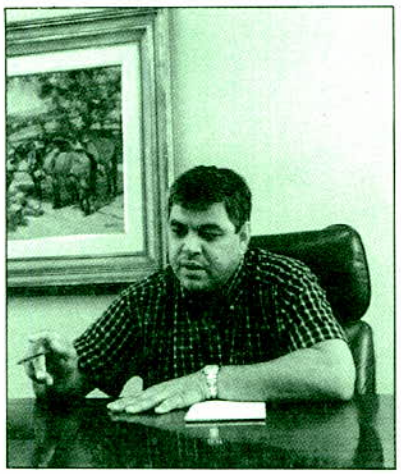
A globalização da economia é uma realidade sem volta.

Todos participamos da competição total por um mercado exigente quanto a qualidade e preço. É necessário produzir quantidade e qualidade a custos acessíveis. A produtividade baixa os custos, porém aumenta o custeio. O aumento do custeio, principalmente na agricultura, representa aumento de riscos para o produtor.

Nesse ponto se insere o seguro agrícola como segmento do custeio da produção. É a técnica que anula as surpresas tão comuns à atividade.

A participação da iniciativa privada no processo é fundamental. Uma participação paulatina e realizada de modo sólido, onde todos os interesses — de produtores e seguradoras — sejam tomados em consideração e respeitados.

O seguro agrícola tem que ser o instrumento indutor da tecnologia adequada ao empreendimento, com o intuito de garantir produtividade e economia, permitindo a competitividade que o mercado passou a exigir, com práticas redutoras de riscos, como o zoneamento agrícola, o uso de



insumos apropriados, o acompanhamento da assistência técnica, além da incorporação de técnicas relativas ao solo e à água de forma ambientalmente correta.

Assim se permitirá a participação da iniciativa privada nesse processo com prêmios adequados e suportáveis pelo produtor, garantindo cobertura a todos aqueles eventos que põem em risco a capacidade produtiva da lavoura. Caso seja prejudicado, o produtor poderá assim permanecer na atividade, que é de fundamental importância para o país.

A participação do Estado no processo significa muito para a atividade rural, uma vez que ele se fará presente, por meio do Proagro, nas áreas de omissão da iniciativa privada, protegendo aqueles produtores que, por razões diversas, não se adaptaram ainda às exigências de uso de tecnologias avançadas de produção. O Estado recuará à medida que esses produtores avançarem no emprego de técnicas apuradas de produção.

O Brasil já possui uma experiência no setor, que será de grande valor para a implementação definitiva do seguro agrícola como um instrumento de real apoio à agricultura nacional. Já possuímos também uma legislação suficientemente abrangente para essa implementação, sendo necessária somente uma complementação, que regulará de forma adequada o seguro rural no Brasil. Tal legislação já se encontra em tramitação no Congresso Nacional, sob o título Projeto de Lei do Senado nº 295 (complementar), de 1995, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI, do art. 192, da Constituição Federal, além de outras providências.

A aprovação dessa lei irá permitir que o seguro agrícola se estabeleça definitivamente, pois apoiará os interesses dos produtores rurais e das seguradoras que participarem do mercado rural.

ÁGIDE MENEGUETTE é presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep). Coordenador do Grupo Temático Seguro no FNA.

Tem gente que não tem com quem falar.

Somos todo ouvidos

0800-21-7777

Caro Leitor

A Editora Fundação Getulio Vargas quer ouvir o seu maior patrimônio, **VOCÊ.**

Já está a sua disposição a linha **0800**. Você pode fazer assinaturas, tirar dúvidas, dar sugestões, reclamar, elogiar, o que quiser.

A ligação é gratuita. LIGUE!

Atendimento exclusivo aos leitores das revistas FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Editora
Praia de Botafogo, 190 – 6º andar
22253-900 – Rio de Janeiro – RJ
DDG: (0800) 21-7777
Fax: (021) 536-9155
e-mail: assine@fgv.br
http://www.fgv.br/fgv.htm

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO TECNOLOGIA

Que tipo de agricultura podemos ter?

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

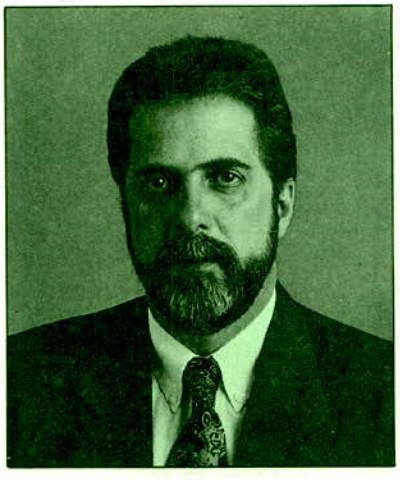
O processo de globalização traz em seu bojo o princípio de competitividade. Os produtos e serviços do setor agropecuário brasileiro precisam ter qualidade, preço e continuidade de oferta para competir num mundo globalizado. A tecnologia, que antes era vista como mais um item a ser considerado pelos ajustes econômicos, passa a ser um dos mais importantes determinantes da competitividade.

Por outro lado, a globalização tende a levar os agentes econômicos a se organizarem, e isto é extremamente benéfico para todo o setor. O Estado pode desempenhar, nessa fase, um papel muito importante, que é o de facilitador da aglutinação dos agentes e seus anseios, promovendo a criação de foros adequados de discussão de problemas e deliberação de soluções para o setor agropecuário.

A cadeia do desenvolvimento tecnológico, que compreende também qualidade e produtividade, perpassa as cadeias produtivas e envolve os mais diversos agentes econômicos, desde a produção de insumos até a comercialização em nível de consumidor primário.

A mudança tecnológica compõe-se de diferentes elos interligados como se vê na figura.

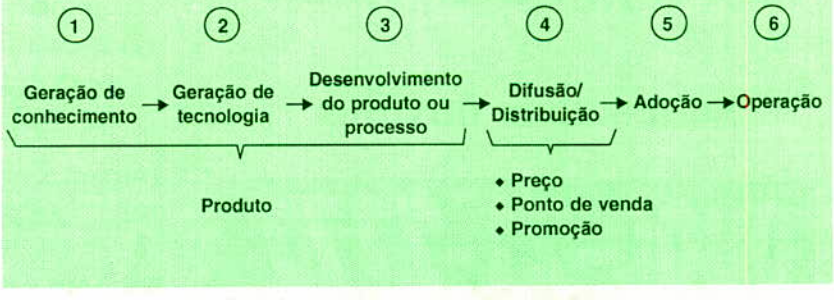
A oferta tecnológica agropecuária no Brasil tem como principal suporte público o Ministério da Agricultura/Embrapa, o Ministério da Ciência e Tecnologia/CNPq-Finep/Abipit, as fundações estaduais de



amparo à pesquisa e as secretarias de agricultura/sistemas estaduais de pesquisa agropecuária, compostas por empresas de pesquisas, universidades e setor privado.

Os acordos de cooperação técnica e científica com outros países, como França, Japão, Inglaterra, Alemanha etc., aportam recursos financeiros e conhecimentos à oferta tecnológica agropecuária, com ênfase no treinamento de recursos humanos. Ainda no âmbito internacional, merece destaque especial o aporte tecnológico advindo do CGIAR, dos vários acordos com universidades estrangeiras. O setor privado participa da oferta tecnológica, principalmente com o desenvolvimento de trabalhos em melhoramento de plantas, desenvolvimento de trabalhos em fertilidade do solo e máquinas agrícolas, na área de floresta e silvicultura, na área animal. Com a recente aprovação das leis relativas à propriedade intelectual, deverá ocorrer uma reorganização na oferta tecnológica para o setor agropecuário brasileiro. Sabe-se que a aprovação das leis e o aparelhamento do Estado no que concerne aos direitos de propriedade intelectual propiciarão que o setor privado assuma um papel de mais destaque no processo de mudança tecnológica. Existem, todavia, alguns pontos que merecem reflexão: a) Como serão os investimentos em pesquisa e desenvolvimento das empresas multinacionais? b) Como será o acesso por parte do setor público e das firmas nacionais aos avanços do conhecimento? c) Quais arranjos institucionais permitem o aporte de tecnologias aos problemas críticos

Cadeia de C&T



ALBERTO DUQUE PORTUGAL é presidente da Embrapa. Coordenador do Grupo Temático Tecnologia no FNA.

e/ou típicos do setor agropecuário brasileiro?

O FNA deverá ser o embrião de um novo Conselho Nacional de Política Agrícola, que seria o fórum de discussão dos problemas e da busca de soluções para o setor agropecuário brasileiro. E os problemas específicos como a tecnologia seriam discutidos nas câmaras setoriais.

É reconhecida a dificuldade de levar até o usuário final os resultados das pesquisas, assim como também é necessário direcionar os trabalhos de pesquisa para a busca de soluções dos problemas mais críticos do setor. As câmaras setoriais podem exercer com propriedade esse papel de fórum de identificação e priorização de demandas tecnológicas, assim como na definição de políticas complementares.

Isso implica levar para o Conselho Nacional de Política Agrícola não apenas os problemas de curto prazo, mas principalmente os de médio e longo prazos: que tipo de agricultura queremos e podemos ter? Como chegar até lá?







GRUPO TEMÁTICO AVES E SUÍNOS

Perspectivas favoráveis para o Brasil

ALFREDO FELIPE DA LUZ SOBRINHO

O setor da avicultura/suinocultura representa um produto da ordem de US$15 bilhões. Emprega diretamente nos processos de integração e industrial 1,8 milhão de pessoas. Existem 120 empresas inspecionadas pelo SIF na suinocultura e 150 na avicultura. Adicionalmente, existem empresas menores, de caráter municipal ou estadual, que operam sob inspeções municipais ou estaduais. As empresas exportadoras são em número de 19 na suinocultura — que deverão exportar em 1997 cerca de 70 mil toneladas, atingindo US$150 milhões — e 26 na avicultura, responsáveis pela previsão de exportação de 700 mil toneladas, devendo alcançar US$1 bilhão, no corrente ano.

Na área da avicultura, temos quatro entidades nacionais: União Brasileira de Avicultura (UBA), Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (Abef), Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco) e Associação Nacional dos Abatedouros Avícolas (Anab). Existem ainda 18 entidades estaduais: APA, Acav, Avimig, Apav, Asgava e outras.

Na área da suinocultura, são três entidades nacionais: Associação Brasileira da Indústria de Produtos Derivados de Suínos (Abipos), Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Suína (Abecs) e Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), além de 15 entidades estaduais, de produtores e indústrias, como a ACCS, ACSURGS, APCS, APS etc.

ALFREDO FELIPE DA LUZ SOBRINHO é vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Produtos Derivados de Suínos (Abipos). Coordenador do Grupo Temático Aves/Suínos no FNA.

Globalização

A globalização é positiva e inexorável. É de se considerar, entretanto, que a produção nacional, principalmente nos três estados do Sul, apresenta níveis adequados de qualidade e competitividade, bem como de capacidade mercadológica. É óbvio que investimentos de multinacionais virão, e estão vindo, como no caso da Ceval (Grupo Bunge). Fala-se de outros interessados como Doux, Tyson etc. Isso significa que as condições de produção no Brasil são favoráveis. A vinda desses gigantes internacionais é positiva pois virão praticar as regras do jogo, isto é, competir formalmente, sem os subterfúgios da sonegação. Por outro lado, são empresas acostumadas ao recebimento de subsídios e aqui enfrentarão realidade diferente. Deve ser muito bem administrada, entretanto, a importação de partes de aves, aves inteiras e de cortes suínos, a preços aviltados pelos subsídios praticados principalmente pela UE e pelos EUA.

Com a vinda das multinacionais, haverá maiores possibilidades de acesso ao mercado internacional, hoje bastante limitado pelas barreiras tarifárias e não-tarifárias.

As principais barreiras contudo continuam sendo as sanitárias. No caso dos suínos, sobretudo vindas de UE, EUA e Japão, e no caso das aves, dos EUA e da UE; no aspecto tarifário e no não-cumprimento do Acordo das Oleaginosas, por parte da UE.

Quanto à Alca, é preciso ter em mente que o principal parceiro, os EUA, jogam com forte subsídio no milho, principal insumo na avicultura/suinocultura, o que poderá trazer conseqüências desastrosas para a avicultura e a suinocultura nacionais.

Os prazos acordados (2005) deverão ser respeitados, para permitir o ajustamento das macropolíticas.

Novo papel do Estado

O setor somente terá futuro se for urgentemente implantada a reforma do Ministério da Agricultura, com ênfase para as áreas de defesa, inspeção e laboratórios, atividade indelegável e que assegura a qualidade do produto brasileiro. A criação da agência executiva é um passo fundamental, mas não se pode esquecer que os acordos internacionais exigem que a defesa animal, inspeção industrial e certificação dos produtos sejam feitos por unidade central do poder público em nível federal.

Temos ainda a considerar que o sistema tributário vigente desestimula a produção e pune o investi-

mento. Precisamos da reforma tributária, que deveria ser conduzida, com brevidade, nos moldes do anteprojeto apresentado pelo ministro interino Pedro Parente. Chega de impostos exóticos (CPMF) e específicos, só praticados no Brasil, com o PIS/Cofins/Finsocial/Funrural etc. Sobre a matéria existem criteriosos estudos do prof. Fernando Rezende, do Ipea, que também deverão ser considerados.

Rearticulação política da agricultura e dos agronegócios no Brasil

Nos países desenvolvidos, é forte a presença dos Ministérios da Agricultura. Lamentavelmente, isso não ocorre no Brasil, apesar da escolha, como no caso atual, de pessoa altamente qualificada, mas que depende de outros ministérios para o provimento de recursos para o crédito rural, estocagem, tecnologia etc.

O FNA pode ser um embrião para a coordenação do agribusiness, mas de qualquer forma devemos pressionar por um Ministério da Agricultura forte e respeitado, o que depende de decisão e vontade política.

O FNA já vem cumprindo seu papel. Veja-se a desoneração do PIS/Cofins para as exportações de carnes, a criação da Agência Executiva de Defesa, as áreas livres de PSC. e Aftosa. É preciso, finalmente, convencer o presidente da República de que a inclusão da agricultura no seu Plano de Governo não seja apenas figura de retórica, pois ela representa hoje 1/3 do PIB e um superávit da ordem de US$10 bilhões na balança comercial.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO EDUCAÇÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO

Propostas de política pública

ALYSSON PAULINELLI

Constatou-se que as políticas de apoio social traçadas pelo poder público geralmente priorizam o meio urbano; quando dirigidas ao homem do campo, as ações referentes a Educação, Saúde e Habitação dão-se de forma desordenada, sem articulação entre os três setores que, na verdade, são interdependentes.

O escasso apoio oficial e a desarticulação entre as ações existentes são considerados as principais razões que impedem um mínimo de qualidade de vida para o trabalhador no meio rural, promovendo o êxodo e suas conhecidas conseqüências. Vários grupos temáticos que tratam de cadeias produtivas concluem, em seus diagnósticos, que a má qualidade da mão-de-obra e a não-fixação do homem no campo constituem fatores limitantes do desenvolvimento de suas atividades econômicas.

Essas preocupações tornam-se mais pertinentes na medida em que a competição é acirrada com a globalização da economia, exigindo cada vez mais qualidade a um custo cada vez menor.

Com base nessas considerações, o grupo temático propõe a participação do Estado como incentivador do desenvolvimento através da criação do Programa Nacional de



Cidadania no Meio Rural, que terá como principal objetivo a coordenação das ações públicas e privadas, através da integração entre os agentes que tratam da questão social no meio rural.

Espera-se conseguir maior eficácia nas várias iniciativas já existentes no país, mediante a difusão e troca de experiências em ações bem-sucedidas, como as Escolas Família Agrícola, que adotam pedagogia própria e são gerenciadas pela própria comunidade; os programas de tecnologia apropriada para construções rurais e saneamento, utilizando recursos naturais de cada região; o projeto Vilas Rurais do Paraná, o Programa Mobilização de Comunidades do Serviço Voluntário de Ação Social (Servas), o Programa de Saúde da Família e os Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais, o Grupo de Integração de Risco do Pará, o Programa Agente Comunitário de Saúde, o Projeto Segurança e Saúde do Trabalhador Rural de São Paulo e o Programa Comunidade Solidária, entre outros.

A exemplo do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), para operacionalizar o Programa Nacional de Cidadania no Meio Rural deverão ser criados colegiados nos níveis federal, estadual e municipal, sob a coordenação respectivamente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e das secretarias estaduais e municipais de Agricultura.

No nível federal, será sugerido que o programa seja coordenado pelo secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; nos estados, pelos secretários adjuntos de Agricultura e nos municípios pelos secretários de Agricultura ou pelo titular de secretaria ou órgão correspondente.

Farão parte dos colegiados representantes dos produtores e dos trabalhadores rurais e representantes do poder público nos níveis federal, estadual e municipal, que tratem de Educação, Saúde e Habitação, Meio Ambiente, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Reforma Agrária e Extensão Rural.

Além dos colegiados, farão parte do programa secretarias executivas encarregadas da operacionalização das decisões tomadas. Essas secretarias deverão ser contempladas com recursos orçamentários do Ministério da Agricultura e do Abaste-

ALYSSON PAULINELLI é secretário estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. Coordenador do Grupo Temático Educação, Saúde e Habitação no FNA.

cimento, para a condução de seus trabalhos.

Será proposta também a criação de programas integrados de pesquisa, considerando que as pesquisas científicas disponíveis não têm causado o impacto esperado na solução das questões relativas à habitação e ao saneamento do meio rural, currículo e regime escolar adequado a cada região, doenças endêmicas, efeito de aplicação de agrotóxicos etc.

É evidente a necessidade de produção de conhecimento científico integrado, voltado para as questões sociais do meio rural, uma vez que as variáveis conjunturais (terra, migrações, modelos de desenvolvimento, relações de produção) estão na base da saúde, da doença e da educação da população do campo.



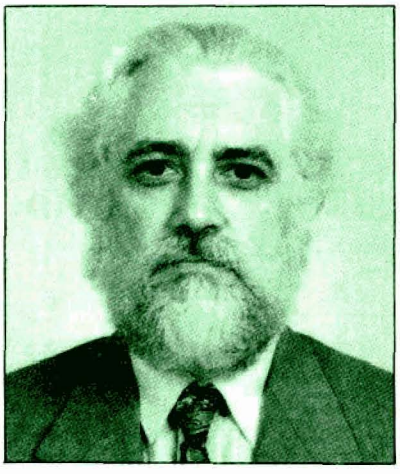
GRUPO TEMÁTICO ARMAZENAGEM, TRANSPORTE, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Organizar para competir

AMÍLCAR GRAMACHO

O Grupo Temático Armazenagem, Transporte, Padronização e Classificação teve sua atenção voltada basicamente para as questões relacionadas com a competitividade. São itens que ocorrem fora da porteira e respondem por uma larga parcela da chamada margem de comercialização, afetando diretamente o preço recebido pelo agricultor.

Seria interessante mencionar que os serviços de armazenagem e transporte respondem por algo em torno de 30% da composição do preço final de um bom número de commodities agrícolas, variando de acordo com o produto e as regiões produtoras. Portanto, exigem bastante atenção, tanto do setor privado como do governo. No caso do transporte, o papel do governo ainda é predominante, uma vez que é responsável pelos investimentos que podem determinar variações significativas no



preço desses serviços. Contudo, o processo de privatização em curso tende a transferir pelo menos parte dessa responsabilidade para a esfera do setor privado, devendo-se esperar resultados mais auspiciosos nos setores/regiões onde os investimentos produzam retornos positivos para os novos gestores. Para as regiões menos promissoras ou que exigem investimentos mais pesados, o governo continuará sendo indispensável. No caso da armazenagem, a participação governamental já é bastante reduzida como proprietária de unidades armazenadoras, e segue caindo no que se refere à participação como contratador, notadamente através da política de preços mínimos. O problema maior reside na insuficiência de financiamentos adequados para permitir a modernização tecnológica das unidades e na necessidade de adequar-se à legislação que regulamenta a atividade.

Há uma percepção generalizada por parte de praticamente todas as entidades que participaram desse grupo de que estamos vivenciando um processo bastante profundo de mudanças na estrutura de funcionamento dos mercados, e que isso implica uma reformulação das políticas setoriais. Antes, quando o governo era o grande comprador ou interventor dos mercados, todos procuravam defender seus interesses específicos perante o governo, que funcionava como uma espécie de árbitro. Hoje, o problema comum é conquistar uma participação segura no mercado e todos os integrantes da cadeia produtiva estão conscientes de que devem bus-

AMÍLCAR GRAMACHO é coordenador do Departamento Técnico da OCB. Coordenador do Grupo Temático Armazenagem, Transporte, Padronização e Classificação no FNA.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

car estratégias negociadas para manterem-se no negócio. Por isso as entidades de classe estão hoje muito mais abertas para as parcerias, para conquistas que atendam a cadeia como um todo, e não para as que beneficiem uma parte em detrimento de outras. O que exige do governo decisões que envolvam menos arbitragem e mais visão estratégica, especialmente no sentido de desenvolver a competitividade dos diferentes setores como cadeia produtiva. Daí a grande expectativa que todos temos em relação às propostas que serão encaminhadas pelo Fórum.

Lamentavelmente, as posições mais arraigadas ao modelo anterior têm sido manifestadas por setores específicos do próprio governo, geralmente comprometidos com a preservação de serviços que não fazem mais sentido mas que justificam uma certa quantidade de empregos burocráticos. É o caso dos serviços oficiais de classificação, tornados inúteis pela nova estrutura dos mercados, pela Lei de Proteção ao Consumidor e pela Lei da Arbitragem. Mas a solução desse problema é uma questão de tempo, para que os estados consigam buscar novas funções para esses técnicos.

Há um espaço bastante profícuo para que o Fórum logre resultados importantes a partir dos trabalhos realizados ao longo dos últimos 12 meses. As cadeias produtivas que estão voltadas para um objetivo comum, via de regra o mercado externo, tendem a ter uma atuação mais coerente e mais colaborativa e por isso poderão obter melhores resultados. Isso deverá ocorrer também no futuro, dando suporte para ações similares às do Fórum Nacional da Agricultura, ou mesmo, para a permanente busca de ações concertadas entre as diferentes entidades de representação voltadas para objetivos estratégicos comuns. Setores onde esse objetivo comum é menos visível, vimos no Fórum vários exemplos, tendem a ser menos colaborativos e deverão continuar pressionando o Estado muito mais como árbitro para suas questões. Por tudo isso devemos acreditar num processo cada vez mais organizado, do setor privado, visando a participar de negociações voltadas para as regras do comércio internacional, a participação do Brasil em blocos econômicos e para a cobrança de posições mais objetivas por parte de nossos negociadores.

GRUPO TEMÁTICO CESTA BÁSICA — ARROZ, FEIJÃO E MANDIOCA

Rearticular a política agrícola

ANDRÉ BARBOSA BARRETTO

Principais indicadores da cadeia produtiva



◆ Arroz — A renda agrícola do setor arrozeiro nacional está estimada em R$2,046 bilhões na safra 1996/97, contra uma rede de R$2,12 bilhões na safra 1995/96. A produção nacional está estimada em 9,6 milhões de toneladas na safra 1996/97 e o consumo projetado, em 11,8 milhões. O Brasil já se constitui no maior importador de arroz, embora tenha sido exportador líquido nas décadas de 60 e 70. O arroz é plantado em dois sistemas — irrigado e sequeiro. No Rio Grande do Sul, o arroz irrigado é plantado por cerca de 10 mil produtores, com lavouras de 87ha em média. Predomina o sistema de arrendamento de terras (68% da área de cultivo). Em Santa Catarina, predominam pequenos proprietários que utilizam o sistema pré-germinado,

ANDRÉ BARBOSA BARRETTO é presidente da Fearroz. Coordenador do Grupo Temático Cesta Básica no FNA.

também em franca expansão no Rio Grande do Sul. O arroz irrigado participa com cerca de 50% da produção nacional, ocupando apenas 1 milhão dos 3,5 milhões de hectares cultivados no país. O arroz de sequeiro ocupa 2,5 milhões de hectares e responde pela outra metade da produção nacional. Está dispersado em um número maior de produtores nos estados da região Centro-Oeste e Nordeste. No Rio Grande do Sul, onde o setor dispõe de estatísticas confiáveis, a produção de arroz envolve 192 mil pessoas. Incluindo-se o setor agroindustrial, chegamos a 215 mil pessoas. São 51 as principais instituições e organizações ligadas à cadeia produtiva do arroz, em nível nacional. Na área de pesquisa, destacam-se a Embrapa (CNPAF-GO) para o arroz de sequeiro e a Embrapa e o Irga para o arroz irrigado, com excelentes resultados.

◆ Feijão — A renda agrícola do setor de feijão nacional está estimada em R$1,58 bilhão na safra 1996/97, contra uma renda de R$1,59 bilhão na safra 1995/96. O Brasil é o maior produtor de feijão do mundo e a produção nacional está estimada em 3 milhões de toneladas na safra 1996/97, para atender uma demanda projetada em 3,2 milhões de toneladas. A área de cultivo de feijão está distribuída em três safras no país. Após passar por áreas nobres de cultivo nas décadas de 60 e 70, a cultura de feijão foi empurrada para áreas marginais, ficando restrita às pequenas propriedades nas últimas duas décadas. Com o afastamento do governo da comercialização agrícola e o advento do Mercosul, a cultura passou a ser também produzida em lavouras comerciais, em áreas mais extensas, uso de irrigação e tecnologias avançadas nos estados centrais do país. O consumo de feijão já foi de 30kg/hab./ano na década de 70, mas recuou com a migração da população rural para os centros urbanos, chegando este ano a 21kg/hab./ano. A produção é bastante ajustada ao consumo, dividido em 400 mil toneladas de feijão-preto e 2,8 milhões de fei-

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

SISTEMA CNA
UNINDO OS PRODUTORES
EM DEFESA DO CAMPO BRASILEIRO
Confederação Nacional
27 Federações de Agricultura
2 mil Sindicatos Rurais
1,5 milhão de associados voluntários
CNA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA



jão de cores. A distribuição em três safras anuais promoveu maior estabilidade dos preços domésticos, evitando oscilações de preços que retraem o consumo. Setor altamente difuso e desorganizado, não dispõe de estatísticas confiáveis. Também aqui a Embrapa (CNPAF-GO) desempenha importante papel na pesquisa.

◆ Mandioca — A renda do setor de mandioca nacional está estimada em R$1,67 bilhão na safra 1996/97, contra uma renda de R$1,64 bilhão na safra 1995/96. A produção nacional ocorre todo o ano e está estimada em 24,4 milhões de toneladas na safra 1996/97. A farinha de mandioca é o principal produto obtido da raiz e atende ao consumo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A região Centro-Sul vem diminuindo a produção de mandioca, em decorrência dos baixos preços nas últimas safras, que provocaram a desativação de mais de 60% das farinheiras. A mandioca é cultivada principalmente por mini e pequenos produtores e usa mão-de-obra intensiva, normalmente familiar. No processamento, também predomina a mão-de-obra intensiva, principalmente nas casas de farinha do Nordeste, onde é a principal fonte geradora de empregos, inclusive de mulheres e crianças. Nas regiões Sul e Sudeste, que respondem por 30% da produção nacional de raiz, o setor agroindustrial é mais tecnificado e a produtividade das lavouras é maior, atingindo 22t/ha. A produção vem crescendo na região Centro-Oeste, com incentivo dos governos estaduais. Como é uma cultura resistente a estiagens e não possui substituto economicamente viável na maior parte das pequenas propriedades onde é produzida, necessita suporte oficial para manutenção da produção e da viabilidade mercadológica. O setor é organizado na Sociedade Brasileira da Mandioca e conta com pesquisas da Embrapa/CNPMF de Cruz das Almas, BA.

Organização política da agricultura e dos agronegócios, globalização, orquestração nos mercados externos e o novo papel do Estado

◆ Arroz — O Brasil perdeu a auto-suficiência na produção de arroz nos anos 90, em decorrência da exposição ao mercado externo não ter sido precedida por um período de transição. A redução da alíquota do imposto de importação permitiu o ingresso de produto subsidiado, financiado a juros internacionais e longos prazos; a liberação do ingresso da produção dos países do Mercosul com menores custos de produção e zero de imposto de importação e a redução do crédito de custeio e comercialização aportado pelo governo culminaram com um pesado endividamento do setor produtivo e o aumento da concentração no setor agroindustrial. A liberação das importações gerou acúmulo de estoques pelo governo, causando depressão dos preços pagos aos produtores na década de 90. A produção vem crescendo nos países do Mercosul e já alcança 2,1 milhões de toneladas de arroz agulhinha (irrigado). O ajustamento na oferta e demanda mundial, com quedas nos estoques globais, elevou os preços externos e praticamente inviabilizou importações maciças. O Brasil adotou, na safra 1995/96, uma política restritiva às importações subsidiadas, obrigando o pagamento à vista de importações de qualquer origem. Na safra 1996/97, a tabela de classificação dos preços mínimos sofreu alterações, premiando o produto de alta qualidade produzido nas áreas irrigadas. O Mercosul, embora indutor de competitividade no setor produtivo, facilitou a migração de muitos produtores brasileiros para os países vizinhos, que detêm cerca de 40% da produção da Argentina e Uruguai. A Alca poderia expor o país, ainda, à concorrência com os EUA, que já foram o segundo maior exportador mundial. No entanto, a nova Farm Bill americana trouxe desestímulo à expansão de área nos EUA, fazendo com que o país perdesse o segundo posto no *ranking* dos exportadores para o Vietnã. O ingresso das economias emergentes asiáticas, como a China, a Rússia e outros países na OMC, deverá reduzir, a longo prazo, os subsídios às exportações de arroz. As diferenças de cargas tributárias e menores custos de produção nos países do Mercosul se constituem na maior ameaça à produção nacional, exigindo regras claras e equalizações nas estruturas de custos dos países-membros. Do lado extrabloco do Mercosul, são necessárias medidas firmes no contingenciamento das importações subsidiadas e práticas de *dumping* dos países asiáticos exportadores.

◆ Feijão — O Brasil é praticamente auto-suficiente no abastecimento de feijão, e o comércio mundial é bastante limitado, com variedades específicas para consumo em cada país. Poucos países produzem feijão para exportação. O Brasil tem sido importador principalmente do produto argentino, que tem menor custo de produção, adquirindo cerca de 150 a 200 mil toneladas anuais para complementação no suprimento, principalmente de feijão-preto. Outros países também vêm exportando pequenas quantidades ao Brasil, como a China, EUA, Chile e México. Mas a agressão externa está limitada à questão da qualidade exigida pelos consumidores. No

mercado interno, predomina o feijão de cores e os consumidores exigem coloração bem clara e produto de safras recentes, sem evidências de descoloração ou com problemas de cocção. O longo período entre a decisão de importação e a internalização da mercadoria no país restringe o ingresso de quantidades elevadas de produto importado, permitindo criar uma política de apoio à cultura, sem ameaças intensas do mercado externo e até mesmo do Mercosul, que tem baixa disponibilidade de excedentes exportáveis. No entanto, o mercado doméstico tem formação de preços pouco transparente, com negócios concentrados em mãos de atravessadores e cerealistas. A inexistência de bolsas de mercadorias que operam em larga escala com o produto, a falta de referenciais externos de preços, a concorrência com proteínas animais mais baratas (frango e ovos) e a ausência de uma política oficial consistente e clara vem impedindo a profissionalização da produção e do mercado.

• Mandioca — Em função do longo ciclo da cultura, que varia de 12 a 18 meses, os efeitos de uma superprodução de mandioca em um determinado ano refletem-se sobre os preços de mercado do ano seguinte, desestimulando a produção e promovendo oscilações na oferta e nos preços domésticos. O preço mínimo da mandioca é necessário para dar sustentação de preços aos pequenos produtores, promovendo maior estabilidade na oferta e nos preços dos derivados. O governo tem importante papel sinalizador no mercado pois, ao definir uma política de sustentação de preços, interfere nos estoques da farinha e fécula de mandioca. Como não possui substituto viável na maior parte das pequenas propriedades em que é produzida, necessita de apoio estatal e de um setor agroindustrial moderno e competitivo para atender ao consumo das regiões Norte e Nordeste do país.

Rearticulação política da agricultura e dos agronegócios no Brasil

Nos produtos da cesta básica — arroz, feijão e mandioca —, ao contrário do que acontece nas culturas de exportação, como soja, café e laranja, o suporte oficial aos segmentos produtivos e a proteção ao setor agroindustrial são fundamentais para a sobrevivência e a viabilidade econômica do setor doméstico. Neste sentido, o Grupo Temático Cesta Básica está propondo, de modo genérico:

a) na questão do crédito ao setor: desburocratizar o acesso de crédito pelos mini e pequenos produtores; incentivar fontes de crédito alternativas ao sistema oficial, como fundos de commodities, cooperativas de crédito, CPR etc.; estimular a recapacitação e modernização do setor cooperativo como aglutinador de forças e viabilizador das pequenas e médias propriedades; reduzir as taxas de juros, equalizando-as com os níveis internacionais; fomentar a concessão de crédito para investimentos (calcário, armazenagem comunitária, máquinas e implementos etc.).

b) na questão da comercialização: manter a AGF e o EGF/COV na política de sustentação de preços e renda; estimular a adoção de novos instrumentos de comercialização, como CPR, CM-G, mercados futuros, opções etc.; aplicar efetivamente os direitos compensatórios e *anti-dumping* nas importações com subsídios; equalizar os prazos de financiamento às importações com os prazos médios utilizados no mercado doméstico.

c) na questão tributária: adotar alíquota interestadual de ICMS unificada, de 2,5%, para os produtos da cesta básica; reduzir a carga tributária das operações de crédito rural; promover a harmonização tributária entre os países do Mercosul; isentar de tributos insumos e máquinas.



O novo papel do Estado deve ser dirigido de modo a permitir que a agricultura cresça de forma sustentada a taxas de 5% ao ano, cresça via aumento de produtividade e redução de custos, tenha a sua capacidade de autofinanciamento aumentada, incremente a integração agroindustrial e, principalmente, estimule o aumento da renda do homem do campo.

Indispensáveis se tornam investimentos públicos na educação e treinamento do homem rural, redução do chamado custo Brasil, política comercial livre tanto para exportações quanto para importações, com salvaguardas contra práticas desleais de comércio, política de estoques governamentais restrita, deixando ao setor privado a tarefa de promover importações para completar o abastecimento, se necessário etc.

A estrutura do Fórum Nacional da Agricultura, pela sua capilaridade e representatividade, preenche todos os requisitos para rearticular politicamente a agricultura e os agronegócios no Brasil. As linhas gerais para modernização do setor rural, com propostas de reformas estruturais na agricultura e agribusiness, já estão traçadas em importante trabalho de autoria de Mauro de Rezende Lopes e Roberto Rodrigues. Pouco mais haveria a acrescentar. O que falta, realmente, é uma clara e definitiva opção do governo pela agricultura.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO DEFESA SANITÁRIA

Crescentes oportunidades para o Brasil

ANTÔNIO CÂNDIDO MARTINS BORGES

A defesa sanitária tem implicações antes, durante e após o processo produtivo, através da inspeção e fiscalização de insumos e produtos de origem animal e vegetal. Sua atuação ocorre em todo o percurso das diversas cadeias agrícolas, não sendo, dessa forma, possível identificá-la como uma cadeia produtiva específica. Daí a dificuldade de se estabelecer indicadores convencionais (renda, emprego etc.) comuns a qualquer cadeia produtiva.

Percepção da organização política da agricultura e dos agronegócios

Hoje as ameaças ao comércio dos produtos agropecuários nacionais são as chamadas barreiras sanitárias. Cada vez mais exigentes, os países importadores procuram, de todas as maneiras, impedir a entrada de produtos agropecuários que ponham em risco a saúde de suas populações e a integridade das culturas e animais.

As oportunidades do Brasil são crescentes, principalmente porque a estabilidade política e monetária do país favorece a entrada do capital estrangeiro, que tem possibilitado a elevação de nossa capacidade produtiva.

O aumento de nosso fluxo de exportação depende essencialmente da reformulação da legislação existente e das estruturas técnico-administrativas dos serviços que garantem a qualidade e sanidade de nossos produtos, de tal forma que ambas sejam ágeis, modernas e eficientes.



É bom lembrar que são bastante favoráveis ao Brasil as oportunidades de exportação no que respeita a frutas tropicais (o Brasil é o maior produtor de frutas do mundo), suco de laranja, café, açúcar, carnes de aves e suínos, tendo em vista a alta tecnologia empregada no processo produtivo.

Além das barreiras sanitárias e do chamado custo Brasil, contudo, outras questões limitam o nosso acesso a mercados internacionais, quais sejam:

- deficiência de laboratórios tipo referência;
- mão-de-obra especializada;
- legislação adequada para acompanhar os avanços tecnológicos e quantitativos crescentes do mercado em decorrência da globalização;
- necessidade de mudança cultural do empresariado agroindustrial, para operar em mercados futuros e em consignação;
- necessidade de normatização de padrões de qualidade.

O papel do Estado hoje

Cada vez mais o Estado tende a mudar seu perfil de produtor para promotor e regulador. Prova disso é que hoje acha-se empenhado na privatização de suas empresas, na busca de recursos que levem em conta o seu novo perfil, uma vez que fontes adicionais de recursos, via aumento de impostos, oneram ainda mais os produtos nacionais, conseqüentemente, tornando-os não-competitivos no mercado internacional.

Certamente, o FNA pode ser o embrião de um movimento para rearticulação política da agricultura e dos agronegócios no Brasil, desde que as sugestões apresentadas, por consenso, sejam devidamente implementadas pelo governo e que os atuais grupos temáticos sejam parte de uma organização permanente não-governamental, voltados ao estudo da constante evolução do processo produtivo e das relações multilaterais.

Além de seu caráter permanente, a organização a que nos referimos deve ter uma constituição eclética (técnicos, produtores, proprietários, industriais, exportadores, importadores etc.), de tal forma que se promova uma ampla discussão, onde os vários segmentos dessa cadeia possam se manifestar e, sobretudo, divulgar as decisões tomadas, a fim de que haja um perfeito processo de comunicação entre as entidades representadas no FNA e para que estas sirvam de subsídio ao governo como instrumentos normativos.

ANTÔNIO CÂNDIDO MARTINS BORGES é diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). Coordenador do Grupo Temático Defesa Sanitária no FNA

GRUPO TEMÁTICO MILHO/SOJA/ SORGO

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Otimizar os fatores de produção

ANTÔNIO CHAVAGLIA

A cadeia produtiva do complexo da soja e do milho é muito extensa, correspondendo hoje a uma produção da ordem de R$13 bilhões, somados os valores agregados intermediários dos produtos subseqüentes à produção agrícola. Eis alguns pontos de grande importância dessa cadeia: o valor da produção da soja e do milho corresponde a cerca de 32% da produção agrícola do país; o complexo soja lidera a pauta de exportação brasileira; e, em terceiro lugar, temos a considerar que a soja e o milho são responsáveis pela produção de parcela significativa de proteínas animais, tais como: carnes de suínos e aves, ovos e parte do leite e da carne bovina. Temos ainda o óleo de soja e os subprodutos de milho que são consumidos diretamente pela população. São setores altamente empregadores e distribuidores de renda, além de oferecerem produtos de primeira necessidade os seus preços têm sido bastante acessíveis.

A globalização é uma realidade que nenhum setor da economia nem a sociedade consumidora podem ignorar, é um passo político-econômico irreversível, e todos precisamos ajustar-nos a essa realidade. Isso implica que sejamos competitivos, o que quer dizer oferecer qualidade e preços compatíveis com os de nossos concorrentes, que não são os nossos vizinhos, mas qualquer país do mundo que tenha o mesmo produto.

Competitividade se consegue com tecnologia e redução de custos, e dentro do agronegócio, destacadamente no setor de grãos, a visão do Grupo Temático é de que nos setores de produção, na fazenda, bem



como no processamento desses produtos, somos competitivos, estamos aptos a enfrentar a globalização com qualidade e produtividade. Exemplo disso é a balança externa positiva do setor, com destaque para o complexo soja, café, suco de laranja, fumo, açúcar e carne de aves. Precisamos reduzir as perdas ao longo da cadeia produtiva e os custos de produção, porém estes estão estreitamente relacionados à maior liberalização do setor externo de insumos, envolvendo a importação de máquinas, equipamentos, fertilizantes, inseticidas e herbicidas. Vale observar que a globalização para o setor rural ainda está ocorrendo apenas no sentido de facilidade de importação de produtos finais (fibras e alimentos). Diante dessas considerações, faz-se necessária uma organização política do setor em todos os níveis, seja nas bases em função da produção e comercialização, através de cooperativas ou sindicatos e associações, ou apoiando e elegendo políticos com compromisso com o setor, tendo em vista os ajustes necessários, tais como política tributária, trabalhista, de infra-estrutura e promoção externa dos produtos.

Barreiras não-alfandegárias aos produtos brasileiros

Precisamos nos organizar melhor politicamente para enfrentar países mais organizados e fazer valer algumas vantagens comparativas que temos no setor. Um dos pontos que muito nos preocupam são as barreiras não-sanitárias. Com os acordos internacionais (OMC, Mercosul, Alca), os subsídios e sobretarifas tornam-se mais difíceis. Assim, as pressões virão sob a forma de barreiras sanitárias, e nesse aspecto levamos algumas desvantagens, devido à incipiente promoção externa de nossos produtos, destacadamente no que se refere à qualidade. Nossa imagem externa ainda é de produtos com elevado risco de contaminação de pragas e doenças, abrindo espaço a todos os tipos de barreiras para produtos *in natura*. Precisamos mudar essa imagem.

O papel do Estado

Está reservado ao Estado um papel muito importante no que diz respeito à necessidade de desregulamentação e redução do custo social e promoção urgente da reforma tributária, visando a diminuir a incidência de impostos e encargos sociais. Cabe ao Estado um outro papel importante, principalmente no mercado externo: desenvolver um processo de promoção externa eficiente de nossos produtos e prestar uma boa assessoria aos órgãos internacionais de negociação e fiscalização de acordos.

ANTÔNIO CHAVAGLIA é presidente da Comigo e da OCG. Coordenador do Grupo Temático Milho/Soja/Sorgo.



Já foram dados passos importantes, cujo efeito imediato foi a eliminação dos subsídios na manutenção dos grandes estoques, já refletido no mercado internacional em novos patamares médios de preços, fator de peso na recomposição da renda do produtor. Mas outras formas de subsídios ainda persistem — créditos de longo prazo à comercialização, ajudas diretas ao produtor norte-americano —, porém com o compromisso de um tempo para reduções significativas.

Tudo isso pode ser um bom sinal, mas precisamos estar atentos ao que poderá acontecer caso ocorra uma retração no mercado e os estoques se elevem além do normal, já que o produtor dos países desenvolvidos está hoje mais livre para produzir e corre atrás das atuais oportunidades de mercado, através do aumento de sua produção.

Considerações sobre o FNA

Os resultados do Fórum são aguardados pelo setor com muita expectativa, porque vivemos um momento de mudanças. A agropecuária, após décadas de grande intervenção do governo, se sente desprotegida. O governo tem dificuldades para definir as regras futuras, não dá mais proteção de crédito nem oferece o suporte de pesquisa e infra-estrutura, mas ainda cobra muito imposto e mantém excessivos controles sobre o comércio. O Fórum tem a responsabilidade de dar uma resposta a essas questões, desenvolver um modelo alternativo de crédito, pesquisa, comercialização, desregulamentação e promoção externa dos produtos.

Na articulação dos Grupos Temáticos de Tecnologia, Mecanização e de Grãos, foi criado o Programa Renda Real, que visa à difusão de conceitos de rentabilidade na agricultura; constituição de banco de dados regionais sobre o índice de perdas de grãos nas culturas de soja, milho e sorgo e conscientização de produtores e técnicos sobre a importância de minimizar perdas ao longo da cadeia produtiva, tornando a atividade agrícola mais competitiva.

Inicialmente, foram escolhidas quatro regiões, denominadas pólos disseminadores, para iniciar as ações propostas: área de atuação da Fundação ABC (PR), da Fundação MT (MT), da Federarroz (RS) e da Comigo (GO).

O Programa Renda Real promoverá cursos de treinamento para agricultores, técnicos e operadores de colheitadeiras de forma sistemática ao longo de três safras, quando se espera, a partir de sua experiência nas regiões pólos, ampliar o programa para as demais regiões brasileiras.

Portanto, o FNA já começou a produzir resultados antes mesmo de concluir seu trabalho, através da mobilização de entidades, técnicos e produtores, num processo que visa a otimizar os fatores de produção necessários para permanência de nossos produtos no mercado globalizado e altamente competitivo.

GRUPO TEMÁTICO FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Patrimônio inalienável

ATAIDE ALVES

O aumento da produtividade e a melhoria da distribuição de renda são conseqüências dos investimentos em formação profissional, tornando a força de trabalho mais flexível em sua adaptação ao mercado como um todo.

A preocupação constitucional de tratar as questões de formação profissional através de entidades diretamente ligadas ao meio rural traz em si uma das medidas mais louváveis do poder público.

Precisamos considerar as vantagens dessa postura, que são incontáveis, e os resultados positivos obtidos com o objetivo primordial de contribuir com ações concretas e claras no processo de desenvolvimento do trabalhador rural brasileiro, com vistas ao alcance da plenitude de sua cidadania. Elas marcam uma posição muito destacada no quadro social brasileiro.

A formação profissional como componente do sistema de ensino é importante no aspecto complementar da educação do homem brasileiro, e deve estar inserida em uma linha de raciocínio estratégico voltada para o amanhã. Na fase de planejamento, as ações devem ter, em primeiro plano, o homem como cidadão integrante da sociedade e formador da nação brasileira. O potencial desta nação refletirá o grau de importância dado ao processo educacional, à medida que possa constatar a qualidade de vida que oferece aos seus cidadãos.

ATAIDE ALVES é presidente do Senar. Coordenador do Grupo Temático Formação Profissional no FNA.

A partir desta reflexão, a presença do Senar neste cenário já se constitui num referencial de ações práticas que, desde 1993, vêm sendo demandadas através de uma administração que em seu conjunto contempla simultaneamente a gestão tripartite e paritária — trabalhador, patrões e governo —, a administração democratizada e a parceria social. Tudo isso voltado especificamente para o homem rural em toda a dimensão social, política e econômica de sua cidadania. Isso porque, ao ver o homem rural como sujeito e objeto do desenvolvimento no instante em que o educa, o organiza comunitariamente e o forma e qualifica profissionalmente, está ao mesmo tempo tornando-o mais cidadão e efetivamente construindo-o como um agente produtivo capaz de produzir mais e melhor. As positivas conseqüências desse processo evidentemente incrementarão o conjunto do setor agrícola e alavancarão a economia como um todo, tornando o país mais rico e competitivo. Estamos em tempo de discussões e projetos de *educação para a competitividade*. A administração democratizada e a parceria social, com a mais ampla capilaridade nos 26 estados da Federação, permeiam *pari passu* cada cidadão, cada comunidade, cada sindicato, cada espaço produtivo da base social, política e econômica da sociedade brasileira. É essa educação, definitivamente, o instrumento que conduz do discurso à prática as propostas para promoção e alcance do desenvolvimento desejado.

Independentemente de ideologias ou posicionamentos políticos, as ações e iniciativas da formação profissional merecem louvor e devem ser analisadas como processo de incorporação de conhecimentos e habilidades que são inalienáveis, concorrendo para o engrandecimento do patrimônio pessoal do trabalhador rural.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Dentro dessas premissas, o compromisso do Senar se reveste de significativa importância para o desenvolvimento da agricultura brasileira, cabendo aos responsáveis pela execução do trabalho rural posicionarem-se de uma forma equilibrada na condução desse processo, com a convicção de que estarão envolvidos em atividades onde o principal referencial de trabalho são as linhas comportamentais e atitudinais do ser humano.

GRUPO TEMÁTICO SERINGUEIRA

O novo papel do Estado

CARLOS ALBERTO DE BRITO SOARES

A cadeia produtiva da borracha natural se divide da seguinte forma:

a) Indústria pesada (pneumáticos)

- Faturamento: aproximadamente US$3 bilhões.
- Empregos diretos: 14 mil.
- Quatro grandes empresas: Goodyear, Pirelli, Michelin e Dridgestone/Firestone, responsáveis por aproximadamente 85% do consumo total de borracha natural.
- Três empresas menores: Rinaldi, Maggion e Levorin.
- Entidade associativa: Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip) — a Michelin não faz parte da associação.

b) Indústria leve

Artefatos de borracha:

- Faturamento: US$2,7 bilhões.
- Empregos diretos: 60 mil.
- Diversificada: somente em São Paulo, são aproximadamente 600 empresas, que produzem peças de metal/borracha, correias, coxins, material médico-hospitalar, calçados, colas etc.
- Entidades associativas: Associação Brasileira das Indústrias de Artefatos de Borracha (Abiarb) — 90% das indústrias; Associação Nacional dos Fabricantes de Artefato de Borracha (Anfab) e Sindicato das Indústrias de Borracha do Rio Grande do Sul (Sonborsul).

Recauchutadores:

- Faturamento: US$480 milhões.
- Empregos diretos: 10 mil.
- Entidades: Associação Nacional dos Recauchutadores e Associação das Empresas de Recauchutagem do Estado de São Paulo.

c) Produtores de borracha natural

A produção de borracha natural se divide entre o cultivo racional, espalhado em mais de 12 estados brasileiros e responsável por aproximadamente 90% da produção de borracha natural, e o extrativismo da região amazônica.

- Faturamento: US$130 milhões.
- Empregos diretos no cultivo: 70 mil no campo.

CARLOS ALBERTO DE BRITO SOARES é diretor de heveicultura da Sociedade Rural Brasileira. Coordenador do Grupo Temático Seringueira no FNA.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

• Dados do Conselho Nacional dos Seringueiros: há 25 mil famílias envolvidas na produção extrativa.

• Entidades associativas: Comissão de Borracha Natural da CNA — Diretoria da Sociedade Rural Brasileira; Associação Paulista dos Produtores de Borracha Natural (Apabor); Associação dos Heveicultores do Estado de Mato Grosso (Ahevea); Associação dos Seringalistas da Bahia (Asserba) e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) — extrativismo.

Globalização

O setor acredita no mercado globalizado e integrado. Mas é preciso saber se a globalização não deveria estar também interligada na tributação, encargos sociais, impostos etc. Analisando o custo de produção da borracha natural, vemos que aproximadamente 70% se referem à mão-de-obra. Como será possível competir, se temos salários mais de 200% superiores àqueles pagos por nossos mais diretos concorrentes, e encargos sociais mais de 100% superiores?

É preciso dar o tempo necessário à cultura da seringueira e também ao país, para desonerar o setor primário e colocá-lo em condições de igualdade com seus concorrentes.

Orquestração

Restam algumas perguntas sobre os problemas que afligem o setor:

• Por que motivo, quando do acordo do Mercosul, ficamos limitados a exportar 4.500t de pneus a nossos parceiros, ficando a importação ilimitada?

• Por que se demora tanto tempo para julgar um processo de *dumping* de alguns países produtores de pneus de bicicleta? Esse tempo muitas vezes é suficiente para inviabilizar a indústria local.

• Quais as razões de se acatarem liminares de importação de pneus usados, sabendo-se que representam lixo enviado por outros países, e que isso inviabiliza o setor de borracha do país?

• Qual o motivo de não se colocar a borracha natural na lista de exceção do Mercosul? Somos e seremos os únicos produtores.

• Por que a borracha natural consta no PEC (Protocolo de Expansão Comercial Brasil/Uruguai)? É público e notório que o Uruguai não produz sequer um quilo de borracha e, a julgar por seu clima, nunca poderá produzir.

O novo papel do Estado no setor deve implicar ponderação, profissionalismo, agilidade e continuidade.

Não temos dúvidas de que o futuro do FNA será o de aglutinar os maiores agronegócios, mas precisamos de muito mais divulgação e de maior participação de outros órgãos governamentais, como por exemplo: Ministério da Indústria e Comércio, Fazenda e Casa Civil, através da coordenação governamental. O Congresso também é imprescindível, pois poderia garantir a continuidade, obviamente sem criar um superfórum, que de antemão sabemos que não funcionaria. Mas como cada grupo temático tem um interlocutor, no MAA devemos também dialogar com outras autarquias e instituições.

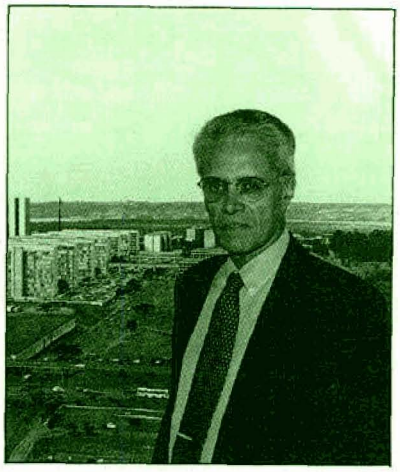
GRUPO TEMÁTICO TRIBUTAÇÃO

Nova política para um novo milênio

FERNANDO REZENDE

O trabalho do FNA tem demonstrado a importância de se fortalecerem as instituições que representam os vários segmentos do agribusiness brasileiro para que os interesses do país possam ser mais bem contemplados no transcorrer do processo de globalização financeira e abertura comercial.

É preciso desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade em cada uma das cadeias produtivas e mobilizar os esforços para que sejam eliminadas as barreiras à entrada de nossos produtos nos mercados internacionais.



A tradicional organização política do setor tem se revelado pouco adequada para enfrentar os desafios deste final de século e início do próximo milênio. É preciso que ela evolua no sentido de sobrepor uma visão de conjunto, com perspectivas de médio e longo prazos, a uma ótica setorial e particularizadora para

FERNANDO REZENDE é presidente do Ipea. Coordenador do Grupo Temático Tributação no FNA.

que melhores resultados sejam alcançados.

Nessa reformulação, o estabelecimento de um novo relacionamento com o Estado joga um papel fundamental. A parceria na defesa dos interesses comuns do setor e do país deve prevalecer, em oposição à demanda de vantagens fiscais e financeiras que não concorram para o aumento da capacidade de competição nos mercados doméstico e internacional. A ênfase na competição é a chave de um longo ciclo de prosperidade e de crescimento.

O modelo que inspirou a criação do FNA está de acordo com a instauração de um moderno processo de relacionamento entre o governo, os setores produtivos que compõem o agribusiness e a sociedade brasileira em geral. A experiência acumulada durante o período de trabalho deste Fórum sugere que ele pode vir a ser transformado em um processo permanente de consultas, com efeitos positivos para a atuação política do setor. Da capacidade do FNA para transformar o resultado de seu trabalho em recomendações objetivas de política, que visem ao interesse geral do setor e do país, é que dependerá a chance de que se defina o perfil de um novo modelo de articulação entre o governo, os setores produtivos e a sociedade brasileira.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO CACAU

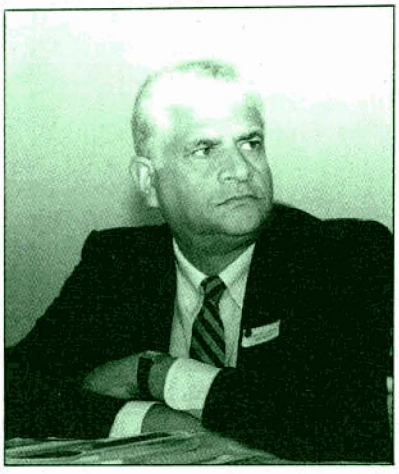
Um antigo mercado global

FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO

Alguns indicadores da cadeia produtiva do cacau

- Movimentação financeira da ordem de R$3 bilhões.
- Aproximadamente 600 mil empregos diretos ou indiretos (com todas as atividades funcionando normalmente).
- População diretamente dependente: mais de 3 milhões de pessoas (Bahia, Amazônia e Espírito Santo).
- 35 mil propriedades rurais, 29 mil proprietários.
- Sete empresas de processamento: liquor, manteiga e torta/pó (duas paralisadas).
- 320 fábricas de chocolates e bombons.

FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO é presidente da Copercacau Central. Coordenador do Grupo Temático Cacau no FNA.



- 13 cooperativas, inclusive uma central (Sistema Copercacau).
- Duas entidades de produtores (CNPC e ABC) e 92 sindicatos rurais vinculados.
- Uma entidade de processadores, industriais e comerciantes (Comcauba).

A cultura do cacau representa importante patrimônio cultural e imprescindível patrimônio vegetal de interesse da humanidade, já que ponderável porção da Mata Atlântica é preservada graças à natureza conservacionista do cacau.

Em função dessa cultura, o Brasil é o quarto produtor mundial de amêndoas e o quinto chocolateiro do mundo, o que envolve uma movimentação financeira da ordem de US$40 bilhões. É ainda o setor com maior capacidade de resposta em termos de empregos e geração de renda, por seu efeito multiplicador.

Várias são suas associações locais de produtores. Possui uma instituição de pesquisa considerada uma das melhores do mundo em culturas tropicais (Ceaplac); um sindicato de indústrias de chocolates (Sicab); uma entidade nacional de indústrias de chocolate (Abicab); um sindicato de trabalhadores na indústria (Sindicacau); vários sindicatos de trabalhadores rurais e mais de duas dezenas de empresas comerciais exportadoras (algumas paralisadas).



Percepção da organização política da agricultura

Globalização — O cacau é uma economia internacionalizada há dois séculos, do ponto de vista de comércio e fluxo de capitais. A globalização não é novidade para o setor, pois trata-se de produto cujo preço é formado nas Bolsas de Mercadorias de Nova York e Londres, com estrutura de mercado altamente concentrada do lado da demanda, onde não mais de cinco grandes corporações transnacionais são responsáveis pelo processamento da quase totalidade do cacau produzido.

Por isso, a história da cacauicultura é secularmente globalizada, e ser apenas eficiente do ponto de vista produtivo/tecnológico não é suficiente. As enormes desigualdades intersetoriais seguramente só serão eliminadas com ações firmes, persistentes e compartilhadas, para reduzir as ineficiências gerenciais e organizacionais, a partir de uma percepção estratégica de futuro que busque: a) inserção autogestionada e mais equânime dos produtores na cadeia produtiva; b) apropriação proporcional da renda gerada; c) auto-sustentação da cadeia.

O alcance de novos elos ou etapas da cadeia produtiva é condição *sine qua non* para a sobrevivência da base agrária e, longe de deslocar interesses de outros segmentos, criará condições efetivas de tornar a cadeia como um todo mais eficiente e o agronegócio cacau algo mais lucrativo para todos.

Orquestração — No caso do cacau, há forte protecionismo de alguns mercados importantes para produtos originários de outros países. Em negociações globais, bilaterais ou não, a questão cacau precisa ser focalizada do ponto de vista de uma região homogênea, com população que dependa direta ou indiretamente do produto. É preciso estabelecer critérios compensatórios, quando se discutam interesses gerais do país. Numa economia globalizada, é importante ressaltar a organização da oferta, a fim de que essa orquestração não leve em conta apenas interesses da demanda.

O papel do Estado — No caso da economia cacaueira, o Estado tem papel preponderante a desempenhar, do ponto de vista da redução de desequilíbrios intersetoriais, fundamentalmente para que haja desenvolvimento real e efetivo.

A organização da oferta é crucial para que se reduzam as instabilidades e se eleve a renda do setor. Essa condição estará mais distante se o Estado não assumir o papel de indutor do processo de transformação, fomentando e apoiando o cooperativismo, criando nova realidade cultural, com a produção e disseminação de informações corretas que terão como conseqüência um processo educativo, com a geração de *insumos intelectuais*.

Os agentes públicos têm de impregnar-se dessa percepção e não podem continuar estimulando apenas medidas convencionais que, por sua inconsistência, têm acentuado as disparidades e perenizado os fatores de crise. Ante a inequívoca superposição de interesses, dificilmente ocorrerão alterações qualitativas de forma espontânea, em tempo hábil, se o Estado se mantiver apenas como observador, reduzindo seu poder de árbitro e desqualificando seu verdadeiro papel.

Na verdade o FNA é algo verdadeiramente novo, dentro dessa visão de intervenção qualificada, já que encerra uma proposta de mobilização político-social com nítido conteúdo educativo, que certamente propiciará alterações qualitativas importantes.

FNA como elemento rearticulador da política econômica para a agricultura

O FNA pode ser o embrião da rearticulação de uma política econômica para a agricultura, se forem mantidos os compromissos do governo, notadamente do presidente da República e do ministro da Agricultura, que têm sido firmes até agora nos seus propósitos.

Com a sinalização dada por essas autoridades, de que o setor público deve desenvolver ações compartilhadas com o setor privado, a sociedade como um todo seguramente será beneficiada com a formulação de propostas com maior grau de eqüidade, que é o que todos desejam e o Estado deve perseguir.

É necessário que as diretrizes do FNA sejam observadas em todos os escalões, não só por parte do Ministério da Agricultura mas pelos demais órgãos de governo.

As intenções do presidente da República e do ministro da Agricultura são claras. A presença permanente dos coordenadores nacionais do FNA também tem sido estimulante e motivadora. Não há como duvidar dos bons e construtivos propósitos que movem a todos.

Nestes tempos de mudança, é natural que alguns setores do governo se articulem no sentido de assegurar posições institucionais importantes, e às vezes algumas iniciativas se contrapõem à nova visão do governo no encaminhamento das questões de política econômica. Há um longo caminho a percorrer, até que um entendimento maior alcance igualmente aqueles que emprestam feições operativas às decisões. O setor privado que compõe o FNA deve ajudar na consecução desse objetivo da forma que lhe cabe, apontando ao governo as dificuldades de natureza institucional que surjam no caminho de cada grupo temático.

Os ministérios devem articular-se, evitando paralelismos e superposições capazes de impedir que as intenções de governo se concretizem e o FNA possa cumprir a missão que lhe foi confiada pelo presidente da República.

GRUPO TEMÁTICO AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Vencendo barreiras

FRANCISCO GRAZIANO NETO

Quando o tema é agricultura sustentável, sempre ganham destaque a proteção das florestas e da biodiversidade, o uso de agrotóxicos e a conservação do solo e da água. São temas relevantes no que tange a questão ambiental, proteção da saúde do consumidor e trabalhador, redução do consumo de energia, controle dos custos de produção e sustentabilidade dos agroecossistemas. Têm também importância crescente nos fóruns internacionais, que passam a integrar os padrões de qualidade exigidos no comércio internacional.

Estes temas se caracterizam, de um lado, por constituírem problemas da maior gravidade na agricultura brasileira e, de outro, paradoxalmente, abrigarem as melhores oportunidades, os mais extraordinários sucessos, em nível mundial, de nossa agricultura.

A silvicultura em nosso país alcançou notável avanço na implantação de florestas homogêneas de espécies exóticas de alto rendimento (*pinus* e eucalipto). Hoje somos altamente competitivos na produção de chapas de madeira, celulose e papel. Em contrapartida, o re-



florestamento heterogêneo, com espécies nativas, ainda é incipiente. A devastação de florestas nativas na Amazônia ainda predomina em relação aos métodos modernos de manejo sustentável. O uso agrícola de áreas mais apropriadas ao uso florestal é comum em todo o país.

Entretanto, a conscientização da importância de bem utilizar e conservar nosso patrimônio florestal caminha a passos largos. O manejo sustentado de nossas florestas nativas heterogêneas se caracteriza e se firma cada vez mais como tecnologia ambientalmente adequada e que abre extraordinário potencial comercial.

A má utilização do solo e os conseqüentes processos de erosão acelerada e perda da qualidade das águas estão presentes em todo o país. Paralelamente, os trabalhos de recuperação ambiental e de conservação do solo e da água têm-se ampliado rapidamente, através dos conhecidos programas de microbacias hidrográficas, que hoje são objeto de forte demanda pelos agricultores, em virtude do aumento de produtividade e da redução dos custos de produção que se constata nas áreas onde são implantados. As tecnologias de plantio direto e cultivo mínimo alcançam tal sucesso em nosso meio, que foram reduzidas as taxas de seguro para os agricultores que as adotam.

Já no que se refere ao controle de pragas e doenças de plantas, o uso excessivo e inadequado dos agrotóxicos é um problema conhecido. É no Brasil que os programas de controle biológico e controle integrado de pragas têm obtido o maior sucesso, permitindo, inclusive, a manutenção de nossa competitividade internacional, como é o caso sobejamente conhecido das culturas de cana-de-açúcar e soja.

O Fórum Nacional da Agricultura já é o principal instrumento para a articulação da política dos agronegócios no Brasil, e sua continuidade se dará pela construção de um modelo permanente e democrático de análise e debate dos problemas setoriais e do acompanhamento constante da adoção das medidas que propõe.

FRANCISCO GRAZIANO NETO é secretário de Agricultura do estado de São Paulo. Coordenador do Grupo Temático Agricultura Sustentável no FNA.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO APICULTURA

Amargando a clandestinidade

JOSÉ ALEXANDRE SILVA DE ABREU

O Grupo Temático Apicultura foi instituído no dia 9 de junho deste ano. Nesse período, conseguimos mobilizar até meados de setembro 74 pessoas em 13 estados de diferentes segmentos da cadeia produtiva de apicultura, os quais elaboraram os diagnósticos balizadores dos projetos prioritários nos quais estamos trabalhando. Ao longo dos primeiros 94 dias, realizamos dois *workshops*: em 10 de junho, na cidade de Mafra, em Santa Catarina, e em 22 de agosto em Belo Horizonte. No dia 3 de setembro, houve uma reunião de negociação em Brasília. Toda essa agilidade e a espontaneidade do grupo demonstram a maturidade da articulação institucional do setor e a crença na viabilidade das mudanças propostas pela filosofia do FNA.

Indicadores que representam a cadeia produtiva da apicultura

- Os apicultores no Brasil são aproximadamente 80 mil (profissionais e aficcionados).
- Representação institucional pela Confederação Brasileira de Apicultura (CBA).
- Sete federações estaduais (RS, SC, PR, MG, RJ, PI, BA).
- 215 associações regionais/estaduais ou cooperativas.
- 1.491 empresas (micros e pequenas).
- Postos de trabalho diretos: aproximadamente 7.500.
- Produção estimada de mel: 32 mil toneladas — R$160 milhões.
- Produção estimada de cera: 1.900 toneladas — R$22 milhões.
- Produção estimada de própolis: 115 toneladas — R$80,5 milhões
- Total: R$262 milhões.
- Valor estimado do incremento na produção agrícola via polinização cruzada realizada pelas abelhas em diferentes culturas: R$3,9 bilhões.
- Valor estimado da produção agregada direta ou indiretamente à cadeia produtiva da apicultura em todo o Brasil: R$4,2 bilhões.

Três grandes paradoxos

Existem menos de 100 empresas homologadas legalmente pelo Serviço de Inspeção Federal — SIF/Dipoa — operando no país, e isso acarreta clandestinidade praticamente absoluta nos processos de produção e comercialização dos produtos agrícolas.

A principal causa apontada pelos diagnósticos para tamanha clandestinidade e pouca competitividade: Portaria nº 006/85 Sipa/Dipoa do Ministério da Agricultura.

O Brasil importa anualmente 6 mil toneladas de mel, principalmente da Argentina. Segundo a Japan Trade Organization (Jetro), 92% de toda a própolis *in natura* consumida pelo Japão é de origem brasileira, o que gera um faturamento em torno de US$20 milhões às exportações nacionais. Enquanto isso, o mercado de produtos industrializados com própolis no Japão gera um faturamento de US$350 milhões. Problema: somos exportadores de matéria-prima.

A apicultura só não conquistou maior visibilidade econômico-financeira ao longo dos anos devido ao fato de que o aparelho legal acima é um convite e quase uma imposição à clandestinidade, na medida em que impõe normas restritivas à existência de pequenas empresas que, atreladas à produção artesanal, não conseguem se adequar às exigências relativas à assepsia, exageradas e em grande parte desprovidas de razões justificáveis.

Justifica-se, por tudo isso, que o Grupo Temático Apicultura propo-

JOSÉ ALEXANDRE SILVA DE ABREU é presidente da Conap. Coordenador do Grupo Temático Apicultura no FNA.

nha alterações na regulamentação relativa ao setor.

A organização política da agricultura e dos agronegócios no Brasil

No que diz respeito à globalização, as principais vantagens competitivas que criam boas oportunidades são as que se seguem:

- 12 meses apicultáveis/ano, contra quatro ou cinco nos países nórdicos (concorrentes).

- O nome do Brasil suscita uma imagem de natureza, muito positiva para o *marketing* de produtos agrícolas.

- Somos um dos poucos países do mundo em condições de produzir produtos agrícolas orgânicos mas valorizados no mercado internacional.

Principais desvantagens competitivas que ameaçam o setor:

- Precários padrões de identidade e qualidade, além de clandestinidade quase absoluta no processamento e comercialização da produção, criam certo descrédito para produtos agrícolas entre os consumidores.

- Elevado custo da produção, devido às condições estruturais da economia brasileira, tornando nossos produtos mais caros que os dos concorrentes.

- Despreparo e falta de estrutura das empresas do setor para explorar as oportunidades comerciais do mercado internacional.

Do ponto de vista da orquestração, falta ao governo deste país agrícola uma visão estratégica de longo prazo mais bem-definida, especialmente visando à criação de barreiras sanitárias para a proteção de nossa agropecuária contra doenças, pragas e parasitas, assim como proteção *antidumping*. Exemplos:

- O Brasil importa mel da Argentina, o qual poderá trazer a cria pútrida americana, doença incurável e não-erradicável.

- A China exporta geléia real para o Brasil ao preço de US$70,00/kg CIF, enquanto o preço internacional gira em torno de US$400,00/kg FOB.

Novo papel do Estado

O que esperamos do Estado é menos repressão e mais parceria. Que seja menos regulador e mais interlocutor, colhendo na iniciativa privada (produtores) elementos balizadores para uma atuação política e promotora centrada em objetivos bem-definidos para cada setor, mas com visão de cadeias produtivas. Acima de tudo, o Estado deve reconstruir as pontes de ligação com a iniciativa privada que ele mesmo destruiu, visando a atuações conjuntas em várias áreas: inspeção da qualidade, extensão rural, pesquisa, planejamento estratégico etc.

FNA: para rearticulação política da agricultura e dos agronegócios no Brasil

O modelo de mobilização do FNA foi muito eficiente para essa fase inicial de despertar, especialmente para a iniciativa privada. Todavia, para que a continuidade desse processo torne viáveis os objetivos propostos, ele deve ser instrumentalizado com meios operacionais e políticos mais consistentes.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Outras considerações sobre o FNA

Não houve por parte do governo uma boa divulgação interna do FNA dentro do próprio Ministério da Agricultura e tampouco dentre a iniciativa privada. Além do mais, os problemas da agropecuária brasileira não serão resolvidos apenas no nível do MAA. É preciso que todo o sistema governamental esteja envolvido nessa mobilização, com interlocutores e interfaces atuantes em outros ministérios, que possam capilarizar os debates internamente ao próprio governo.

Além de sua continuidade a partir de novembro, é preciso que o FNA seja provido de meios para custear deslocamentos, hospedagens e consultorias necessárias para seus membros, visando a maximizar os resultados.

Por outro lado, entendemos que o simples gesto dos coordenadores Ailton Fernandes e Roberto Rodrigues, instituindo o Grupo Temático Apicultura, demonstra por si só o desejo incorporado de ampliar a visão do agronegócio do país, a partir das demandas e dos signos emanados pela globalização dos mercados. Metaforicamente, as abelhas entraram no Fórum como agentes polinizadores de novos paradigmas da visão estratégica do agribusiness brasileiro.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO INSUMOS

Multiplicando a produtividade do agronegócio

JOSÉ AMAURI DIMÁRZIO

As mais recentes estimativas sobre os principais indicadores básicos que representam a cadeia produtiva dos insumos agropecuários são:

- Renda: US$ 8 bilhões;
- 400 mil empregos diretos e indiretos;
- 50 entidades;
- 2 mil empresas.

Entretanto, considerar apenas e tão-somente os indicadores básicos desses insumos pode representar uma análise que não interpreta seu real valor.

Se considerarmos que a área agricultável *per capita* no mundo (dados da ONU) em 1960 era de 1ha, que para o ano 2000 está estimada em 0,5ha, e que no ano 2030 estará por volta de 0,3ha, podemos concluir que o fator mais importante para compensar a relação de menor área com a necessidade de maior produção de alimentos é a produtividade.

Os insumos são os responsáveis pelo aumento da produtividade. Eles representam a combinação da genética com fatores coadjuvantes para a exploração desse potencial genético, promovendo o aumento da produtividade. São fatores multiplicadores e, em muitos casos, essa multiplicação chega a ultrapassar a casa de 500 vezes, como é o exemplo da relação unidade de sementes de milho *versus* produção de grãos de milho. Basta considerar que os seis grupos de insumos representam um total de US$8 bilhões, que geram, na cadeia total, um PIB do agronegócio brasileiro estimado em US$250 bilhões por ano. Os insumos também representam sempre a intenção do produtor em transformar o seu trabalho, os seus esforços, num volume de produção de alimentos a custos competitivos e que possam realizar uma margem de ganho para ele e vantagens para o consumidor.



Dentre todas as atividades, os insumos participam de maneira bastante intensa na globalização do comércio e de investimento das multinacionais. Evidentemente, na era que atravessamos, o conceito de internacional tem mudado em relação ao passado, e as empresas que não se posicionarem terão dificuldade de prosseguir em seus negócios. As descobertas científicas, resultantes de grandes somas investidas em pesquisa, estão se concentrando cada vez mais nos insumos, que representam o principal fator de difusão e aumento da produtividade da agropecuária.

O Brasil, que representa o maior potencial agropecuário mundial de clima tropical, deve aproveitar essa oportunidade e concentrar seus esforços em desenvolvimento tecnológico.

Temos que estar ainda atentos às barreiras não-tarifárias e outras questões que possam limitar o nosso acesso efetivo aos mercados internacionais. É grande a responsabilidade, não só do Ministério das Relações Exteriores, mas de todos que representam as entidades de classe do agronegócio, na defesa de nossos interesses e posicionamento ante nossos concorrentes internacionais.

Acreditamos que o Fórum Nacional de Agricultura, da maneira como foi organizado e a julgar pelas conclusões dos trabalhos, pode ser considerado um marco inicial da revisão geral da política agrícola e dos agronegócios no Brasil. Os vários pontos que entravam o desenvolvimento dos diversos setores foram bem identificados pelos grupos de trabalho. É importante que se criem mecanismos dentro do governo, para que esses entraves sejam equacionados e que os órgãos competentes desenvolvam as soluções adequadas. O Conselho Nacional de Política Agrícola deve ser reativado e acionado através das suas câmaras setoriais para rápida solução desses entraves.

De maneira geral, o grupo temático de insumos necessita de urgentes providências para sanar suas principais barreiras, resumidas em cinco pontos principais:

1. Temos ainda uma baixa utilização dos vários insumos, e será necessário criar programas de divulgação e difusão do seu uso, em parcerias governo-iniciativa privada.

JOSÉ AMAURI DIMÁRZIO é presidente da Braskalb; presidente da Federación Latinoamericana de Asociaciones de Semillistas (Felas) e vice-presidente da Associação Brasileira de Produtores de Sementes (Abrasem). Coordenador do Grupo Temático Insumos no FNA.

2. Existe um excesso de tributação e um efeito cascata de vários impostos, como PIS, Cofins, CPMF, ICMS, encarecendo sobremaneira os custos e criando necessidades adicionais de fluxo de caixa financeiro para as empresas.

3. Há necessidade de uma revisão geral na legislação estadual, que conflita com a legislação federal e com o Mercosul.

4. Para a harmonização da legislação geral do Mercosul, é necessária uma efetiva participação da iniciativa privada nas discussões.

5. É preciso desburocratizar os registros de produtos e de comércio exterior.

Essas são medidas básicas, comuns a vários setores. Entretanto, ainda existem medidas importantes de caráter específico a ser tomadas, como enumeramos resumidamente a seguir:

- Sementes — Devido ao ciclo longo entre pesquisa, desenvolvimento, produção, estocagem e comercialização, é urgente que se crie um sistema de crédito rotativo dentro de um período de 18 meses, com a volta do crédito rural de custeio e beneficiamento de sementes. Regulamentação da Lei de Proteção de Cultivares.

- Fertilizantes — Eliminação da contratação de trabalhadores avulsos na movimentação de cargas nos portos. Eliminação do adicional sobre frete para a renovação da Marinha Mercante.

- Produtos fitossanitários — Agilização no registro de novos produtos. Legislação uniforme na destinação final de embalagens. Monitoramento de resíduos de pesticidas. Regulamentação das normas para transporte e armazenamento em nível de revendas e consumidores.

- Rações — Autorização de livre mercado e livre concorrência para o desenvolvimento de produtos específicos para rações e importação de vitaminas, aminoácidos e aditivos. Diminuição dos custos portuários.

- Saúde animal — Agilização no registro de novos produtos. Revogação da lei que proíbe promotores de crescimento e engorda para bovinos. Aumento da fiscalização no comércio de produtos veterinários.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Finalizando, desejamos frisar que o FNA não deve parar aí. É muito importante que as medidas sugeridas sejam implementadas, principalmente a reforma tributária, que continua sendo uma área bastante destoante, em comparação com os países do Mercosul e os países nossos concorrentes no mercado internacional.

Desejamos cumprimentar o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro Arlindo Porto pela implementação do FNA, assim como os coordenadores, dr. Ailton Barcelos e Roberto Rodrigues, que tão bem souberam conduzir e coordenar os trabalhos realizados por um número tão grande de grupos temáticos.

GRUPO TEMÁTICO ORGANIZAÇÃO/EXTENSÃO RURAL

A representação necessária

JOSÉ AROLDO GALLASSINI

Os principais indicadores econômicos do setor cooperativo agropecuário em nível de Brasil, que representam a sua cadeia produtiva na agricultura, são:

a) cooperativas agropecuárias: 1.400 cooperativas;

b) PIB: 5% de participação no PIB global e 35% no PIB agrícola;



c) cooperados agricultores: 915 mil cooperados;

d) empregados no setor: 114 mil empregados;

e) entidades associativas:

- em nível nacional: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);

- em nível estadual: as filiadas em cada estado; no Paraná, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar).

JOSÉ AROLDO GALLASSINI é diretor-presidente da Coamo. Coordenador do Grupo Temático Organização/Extensão Rural no FNA.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Percepção da organização política da agricultura e dos agronegócios no Brasil

Globalização — Se o Brasil quiser evoluir com a entrada de novas indústrias e modernização, é necessária a abertura de suas fronteiras para a economia mundial. Isso implica assumir que grandes grupos venham para nosso país com altos investimentos e modernas tecnologias, colocando em risco a maioria das indústrias já instaladas, gerando grandes preocupações.

No tocante às oportunidades, essas mesmas indústrias com tecnologias modernas propiciariam, num futuro próximo, a transferência tecnológica para a indústria nacional, promovendo redução de custos na sua cadeia produtiva e, conseqüentemente, aumentariam o fluxo comercial.

Orquestração — As barreiras não-tarifárias são um recurso que hoje os grandes demandadores de produtos e de serviços conseguem impor aos países exportadores, sem que, no entanto, sejam infringidas as regras de comércio mundial estabelecidas pela OMC, pelo Mercosul, União Européia e Alca.

A criação dos blocos econômicos tem sido uma saída encontrada pelas economias semelhantes, para resolver os problemas das barreiras não-tarifárias e aumentar o fluxo de comércio entre os países.

Novo papel do Estado

O Estado deve deixar de ser controlador da economia para ser um Estado promovedor do aumento do comércio entre as nações, cabendo-lhe o papel de aproximar os seus agentes geradores de riqueza. Para tanto, deve estar sempre atento para as mudanças que necessitam ser feitas no âmbito de legislação interna e externa, objetivando facilitar o acesso desses agentes a novos mercados e a expansão dos já existentes.

A política do agronegócio no Brasil, para sua completa implementação, obrigatoriamente terá que passar pela obediência à lei agrícola brasileira. Apesar de promulgada, nenhum dos segmentos envolvidos até hoje se deu conta de que ela é um instrumento de alavancagem do negócio agrícola no Brasil.

A articulação do setor produtivo junto ao governo, hoje, é representada na agricultura pelo Conselho Nacional da Agricultura que está, senão desativado, sem grande expressão nas decisões do governo. As entidades em nível nacional, como a Sociedade Rural Brasileira, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e outras, agem, de certa forma, fracionadas.

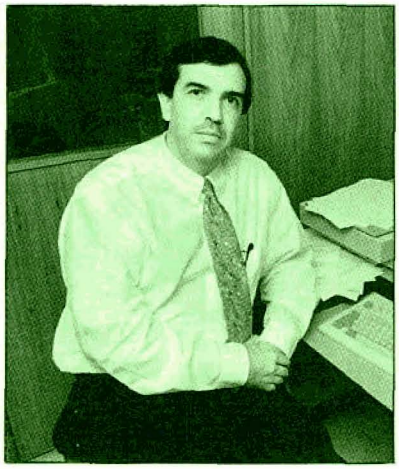
A criação do Fórum Nacional da Agricultura (FNA) é uma esperança do setor, pois houve interesse desde o presidente da República ao ministro da Agricultura, portanto, havendo interesse de todos (governo e entidades em níveis nacional e estadual) haverá, sem dúvida, um representante forte para criar a tão esperada política agrícola de longo prazo e adequada às necessidades reais do setor.

GRUPO TEMÁTICO AÇÚCAR E ÁLCOOL

Mais oportunidades que ameaças

LUIZ CARLOS CORRÊA DE CARVALHO

A cadeia produtiva brasileira da cana-de-açúcar tem uma dimensão apreciável, quando analisamos o conceito dos recursos financeiros que movimenta a cada safra. Resumindo a cadeia em insumos modernos (agrícolas e industriais), produção agrícola, industrial, comercialização e impostos, tem-se, para um montante anual global de recursos



movimentados de R$10,52 bilhões, a seguinte distribuição na cadeia:

- insumos modernos: R$0,82 bilhão
- produção agrícola: R$2,86 bilhões
- produção industrial: R$1,19 bilhão
- comercialização: R$2,12 bilhões
- governo (impostos): R$2,80 bilhões

A produção gera 1,3 milhão de empregos diretos, divididos por quase todos os estados brasileiros, ou seja:

LUIZ CARLOS CORRÊA DE CARVALHO é assessor da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica). Coordenador do Grupo Temático Açúcar e Álcool no FNA.

Produção de cana — Brasil

Estados/safra	1996/97
Acre	0
Rondônia	0
Amazonas	0
Pará	243.255
Tocantins	127.084
Maranhão	725.190
Piauí	339.965
Ceará	404.580
Rio Grande do Norte	2.558.041
Paraíba	4.742.596
Pernambuco	20.157.163
Alagoas	23.542.254
Sergipe	1.043.931
Bahia	2.321.713
Norte-Nordeste	56.205.772
Minas Gerais	9.906.236
Espírito Santo	1.828.661
Rio de Janeiro	5.437.211
São Paulo	170.424.122
Paraná	22.258.512
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	44.178
Mato Grosso	8.084.832
Mato Grosso do Sul	5.404.641
Goiás	8.215.687
Centro-Sul	231.604.080
Brasil	287.809.852

Produção de anidro — Brasil (m^3)

Estados/safra	1996/97
Acre	0
Rondônia	0
Amazonas	0
Pará	0
Tocantins	0
Maranhão	3.030
Piauí	0
Ceará	0
Rio Grande do Norte	58.423
Paraíba	33.091
Pernambuco	244.843
Alagoas	411.792
Sergipe	12.748
Bahia	2.199
Norte-Nordeste	766.126
Minas Gerais	117.982
Espírito Santo	22.495
Rio de Janeiro	1.734
São Paulo	3.175.984
Paraná	199.998
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	0
Mato Grosso	159.814
Mato Grosso do Sul	69.912
Goiás	103.739
Centro-Sul	3.851.658
Brasil	4.617.784

Produção de açúcar — Brasil — sc 50kg

Estados/safra	1996/97
Acre	0
Rondônia	0
Amazonas	0
Pará	72.500
Tocantins	0
Maranhão	506.740
Piauí	0
Ceará	461.600
Rio Grande do Norte	2.568.400
Paraíba	1.586.820
Pernambuco	24.349.800
Alagoas	30.180.920
Sergipe	1.209.860
Bahia	2.760.200
Norte-Nordeste	63.696.840
Minas Gerais	9.787.440
Espírito Santo	1.058.500
Rio de Janeiro	8.427.260
São Paulo	158.590.380
Paraná	15.670.620
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	0
Mato Grosso	6.017.880
Mato Grosso do Sul	3.833.480
Goiás	6.182.140
Centro-Sul	209.567.700
Brasil	273.264.540

Produção de hidratado — Brasil (m^3)

Estados/safra	1996/97
Acre	0
Rondônia	0
Amazonas	0
Pará	16.534
Tocantins	10.673
Maranhão	36.959
Piauí	21.795
Ceará	17.047
Rio Grande do Norte	69.163
Paraíba	299.209
Pernambuco	421.055
Alagoas	462.360
Sergipe	55.202
Bahia	89.970
Norte-Nordeste	1.499.967
Minas Gerais	353.995
Espírito Santo	86.103
Rio de Janeiro	103.296
São Paulo	5.800.149
Paraná	1.033.821
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	2.588
Mato Grosso	308.400
Mato Grosso do Sul	217.886
Goiás	372.733
Centro-Sul	8.278.971
Brasil	9.778.938

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Produção de álcool total — Brasil (m^3)

Estados/safra	1996/97
Acre	0
Rondônia	0
Amazonas	0
Pará	16.534
Tocantins	10.673
Maranhão	39.989
Piauí	21.795
Ceará	17.047
Rio Grande do Norte	127.586
Paraíba	332.300
Pernambuco	665.898
Alagoas	874.152
Sergipe	67.950
Bahia	92.169
Norte-Nordeste	2.266.093
Minas Gerais	471.977
Espírito Santo	108.598
Rio de Janeiro	105.030
São Paulo	8.976.133
Paraná	1.233.819
Santa Catarina	0
Rio Grande do Sul	2.588
Mato Grosso	468.214
Mato Grosso do Sul	287.798
Goiás	476.472
Centro-Sul	12.130.629
Brasil	14.396.722

Do ponto de vista institucional, cada estado produtor é politicamente representado por seus sindicatos do açúcar e do álcool e por sua(s) associação(ões) de fornecedores de cana.

O relacionamento setorial com o governo, na atualidade, se faz via Conselho Interministerial (Cima) e através da Secretaria de Produtos de Base do Mict, do Departamento Nacional de Combustíveis e da Secretaria de Preços do Minifaz.

O Brasil é, hoje, o maior produtor mundial da cana-de-açúcar, o maior exportador mundial de açúcar e o maior produtor mundial de álcool.



Globalização

É conhecida a grande capacidade competitiva do setor sucroalcooleiro brasileiro, com custos de produção bem abaixo dos obtidos pelos nossos competidores diretos. Há, obviamente, muito espaço a melhorar em ganhos de eficiência e mudanças necessárias em nossos portos na região Centro-Sul.

Por outro lado, o setor ganhou importância adicional com a crescente evolução da conscientização mundial a respeito do meio ambiente. A cana-de-açúcar, em especial no Brasil, graças ao álcool que substitui por enquanto a gasolina, consegue captar um apreciável volume de CO_2, que ante a questão global do efeito estufa deverá carrear consideráveis recursos para o setor. Entendemos, assim, que temos mais oportunidades que ameaças.

Orquestração

Temos uma frente de trabalho, o Mercosul, com problemas localizados na Argentina, que esperamos que se resolvam rapidamente. Esse trabalho vem sendo conduzido junto ao Itamaraty. Outra questão, crucial para o setor, é o fato de ser o açúcar talvez o produto que recebe o maior nível de proteção dos países desenvolvidos, na defesa de seus produtores. Essa questão vem sendo desenvolvida junto à OMC e nas reuniões da Organização Internacional do Açúcar, principalmente após a Rodada Uruguai do Gatt, e poucos são os resultados efetivos no campo do açúcar. Esse é um problema que aflige a todos os produtores, exceto os norte-americanos e europeus, e terá certamente longa e difícil solução.

Merecem também atenção as alianças realizadas entre o Brasil e os EUA e entre ambos e a Suécia, com perspectivas da entrada também do México e outros países europeus, com o objetivo de abrir mercado e debater tecnologia.

Novo papel do Estado

O setor passa por uma fase revolucionária, que é a grande redução da intervenção do governo e a liberalização dos preços dos produtos setoriais.

Não há problemas no caso do açúcar, que já vive em regime de mercado há alguns anos. O álcool anidro, liberado em maio de 1997, também vem sofrendo a necessária adaptação. O maior problema será a liberação do álcool hidratado, ante a dificuldade de competição com a gasolina, que dependerá de solução tributária. Os mecanismos já são conhecidos e sua implementação depende da boa vontade do governo e do interesse do Congresso Nacional. A cana, por sua vez, fica condicionada ao tratamento que será dispensado ao álcool, que tem grandes implicações no equilíbrio econômico do setor industrial.

Do ponto de vista privado, os setores agrícola e industrial têm soluções comuns para a questão.

No Brasil, o setor canavieiro sempre foi tratado separadamente dos outros setores da agricultura, o que deve sofrer profunda modificação.

Entendemos que o FNA tem também o importante papel de reduzir o distanciamento entre outros setores da agricultura e o da cana-de-açúcar.

Entendemos também que o FNA terá um papel relevante na defesa de uma política agroenergética que permita a coexistência pacífica entre a cana e os produtos derivados do petróleo.

Considero relevante que o FNA consiga chegar às prefeituras para que seu trabalho possa criar condições de pressão sobre os estados, que terão imensa responsabilidade na condução da política do álcool. Serão os estados, e não o governo federal, que darão vida ao carro a álcool e à demanda decorrente disso.

Considero também fundamental um longo e intenso trabalho do FNA para mudar a dramática visão urbano-industrial da sociedade brasileira, a partir da distorcida imagem que lhe impõe a mídia nacional.

GRUPO TEMÁTICO OVINOCULTURA E CAPRINOCULTURA

De olho no mercado internacional

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA NUNES

As cadeias produtivas de ovinos e caprinos, salvo alguns empreendimentos isolados, ligados a grupos empresariais ou financeiros, carecem de organização, especialmente no que diz respeito à produção, processamento e consumo. Em todos os estados brasileiros, os ovinos e os caprinos contam com o trabalho desenvolvido pelas associações de criadores, empresas de pesquisa e de extensão rural, federações da agricultura, secretarias de agricultura e empresas ligadas ao setor. A renda gerada pelo setor, na maioria das propriedades, é um complemento da atividade principal gerando empregos, e em alguns utiliza-se exclusi-

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA NUNES é diretor financeiro da Farsul e presidente da Federação Brasileira de Criadores de Ovinos Carne (Febrocarne). Coordenador do Grupo Temático Ovinocultura e Caprinocultura.

vamente da mão-de-obra familiar, fixando o homem ao campo.

A globalização traz benefícios diretos ao consumidor, no entanto causa enormes prejuízos ao produtor brasileiro que, sem uma política agrícola nacional, compete com países de economia estável, que incentivam a produção primária, inclusive, com a concessão de subsídios.

Problemas de natureza sanitária, ainda hoje, são barreiras que impedem o acesso do Brasil aos mercados internacionais. Os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão prestes a ser declarados zonas livres da febre aftosa, o que irá beneficiá-los diretamente possibilitando futuras negociações com outros países.

O Estado, efetivamente, deve desempenhar o papel de promotor e regulador da atividade, incentivando, apoiando e fomentando o desenvolvimento. A realidade atual revela um conjunto de ações desorganizadas em relação ao setor, uma vez que são adotadas medidas que em nada contribuem para promover a atividade. Em muitos casos, são veiculadas notícias otimistas que não chegam a se concretizar, ou acontecem quando já se tornaram inócuas. Nos últimos anos a ovinocultura e a caprinocultura não têm obtido nenhum tipo de incentivo por parte dos órgãos governamentais.

O diagnóstico realizado pelo Grupo Temático Ovinos e Caprinos, assim como os demais diagnósticos apresentados, permitirão a elaboração de um programa de política agrícola condizente com a nossa realidade.

Para melhorar os setores de ovinos e caprinos é imprescindível:



promover a articulação entre os diferentes segmentos das cadeias produtivas; criar instrumentos de crédito adequado, com juros reais compatíveis com a rentabilidade do setor; promover a reforma fiscal e tributária; estabelecer sistemas integrados regionais, produtor-indústria, facilitando o custeio da produção; organizar os produtores de forma que seus produtos possam ser ofertados com maior qualidade e em quantidade compatível com a concorrência internacional.

GRUPO TEMÁTICO ALGODÃO/FIBRAS VEGETAIS

Recuperar é preciso

LUIZ LOURENÇO

O Brasil sempre foi um eficiente produtor e importante exportador de algodão. Dispunha de um mercado com excelente nível de organização, referenciado em operações na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, e de qualificado suporte nas áreas de pesquisa e extensão rural que geravam novas variedades, sempre mais produtivas no campo e na indústria. Esse quadro, contudo, foi sendo gradativamente modificado.

Já em meados da década de 70, o governo federal adotava medida proibindo as exportações do algodão brasileiro, liberando apenas o produto de baixa qualidade, fato que prejudicou a imagem da qualidade do produto nacional no exterior. No final dos anos 80, a adoção de um programa amplo de abertura comercial reduziu a zero as tarifas de importação de algodão. Finalmente, num período mais recente, tudo isso foi agravado com uma combinação de câmbio sobrevalorizado e taxas de juros internas extremamente elevadas que resultaram em fortes estímulos à importação.



Em suma, a cotonicultura brasileira tem reflexos econômicos e sociais de vital importância, uma vez que o algodão é um produto intensivo no uso de mão-de-obra em todo o ciclo produtivo, inclusive em toda a cadeia têxtil, sendo uma das poucas opções de cultivo econômico de pequenos estabelecimentos agrícolas em várias regiões do país. A perda

LUIZ LOURENÇO é presidente da Cocamar, Paraná. Coordenador do Grupo Temático Algodão/Fibras Vegetais.



dos empregos de 210 mil trabalhadores num período de apenas cinco anos está trazendo sérios problemas para os municípios das regiões produtoras, como o desaquecimento do comércio e da respectiva arrecadação tributária. Além do mais, acredita-se, grande parte dos agricultores que hoje engrossam os movimentos de reivindicação de terras é egressa da cotonicultura.

Pontos de estrangulamento

Há alguns anos o governo federal vem tentando compensar as dificuldades enfrentadas pelos produtores de algodão através da PGPM e de medidas de caráter geral, como a securitização das dívidas e a redução dos juros do crédito rural.

Entretanto, o resultado efetivo desta política foi praticamente nulo. Na atual safra 1996/97, isso se confirma com queda acentuada na área plantada e na produção esperada. Ou seja, as medidas tomadas pelo governo nessa área foram insuficientes para melhorar o desempenho da produção interna, não tendo alcançado o cerne da questão, que estava na falta de uma política de sustentação da comercialização do algodão nacional em condições idênticas às disponíveis aos importadores, principalmente no que tange aos prazos e custos nos financiamentos de suas compras externas. Além disso, as facilidades das importações contrastavam com as dificuldades das exportações, pela pesada incidência do ICMS e de outros encargos tributários.

A questão da desigualdade das condições de financiamento ficou equacionada a partir das medidas resultantes da MP nº 1.569, que passaram a exigir o pagamento antecipado de grande parte das importações brasileiras, inclusive as de algodão.

A queda do ICMS nas exportações, adotada em meados de 1996, também válida para todos os produtos primários, foi um passo importante para restabelecer a competitividade do produtor nacional e, com certeza, melhorará a *performance* das exportações agrícolas do país e, possivelmente, no futuro, também do algodão. Mas é indispensável completar a forma do sistema de aplicação desse imposto no que se refere também às operações interestaduais.

Ainda na área relacionada com o comércio internacional, não podemos deixar de mencionar a necessidade de aprimorar e agilizar a aplicação de mecanismos de proteção quanto à chamada concorrência desleal. A incerteza com relação a novas e futuras investidas de países que dispõem de recursos para subsidiar suas exportações é um permanente fator de inibição do agricultor nacional que precisa ser resolvido. Outros pontos importantes são os relacionados com os altos custos de produção decorrentes da elevação dos gastos associados com a contratação de mão-de-obra (só na colheita esse item representa cerca de 30% do preço final do produto) e com a falta de investimentos suficientes na pesquisa básica.

É preciso, pois, completar o quadro de medidas que são indispensáveis para recuperar o tempo e o espaço perdido pelo algodão nacional. De fato, enquanto retrocedíamos para menos de 50% da nossa capacidade de produção dos anos 80, o cultivo do algodão crescia de importância na Argentina, nosso parceiro no Mercosul, que se beneficiou tremendamente das nossas dificuldades. Assim é, por exemplo, que a área plantada na Argentina, na última temporada, saltou de 600 mil para quase um milhão de hectares, dos quais, 70 a 80% colhidos mecanicamente, e visando especialmente ao potencial do mercado brasileiro. Até 1994, o algodão representava apenas 50 mil toneladas na pauta das exportações argentinas. A partir daí, as suas vendas externas cresceram para 200 mil toneladas em 1994, 266 mil toneladas em 1995 e 270 mil toneladas em 1996.

Encaminhamentos

Visando a alcançar a recuperação da cotonicultura brasileira e a viabilizar a sustentação da renda do cotonicultor, propõem-se encaminhamentos que exigem providências imediatas e duradouras por parte do governo federal.

- Problema: Subsídios e *dumping* no produto importado. Solução: Ajustar mecanismo tarifário para neutralizar vantagens; efetivar a adoção de medidas *antidumping* e anti-subsídio.

- Problema: Condições diferenciadas de financiamento entre o produto nacional e o importado. Solução: Dispensar tratamento idêntico ao do produto nacional.

- Problema: Juros elevados no crédito interno. Solução: Criar programas de crédito a taxas competitivas com as internacionais para custeio e comercialização da produção nacional.

- Problema: Desincentivos tributários ao algodão nacional (ICMS interestadual). Solução: Alterar o sistema tributário eliminando a incidência nas operações interestaduais.

- Problema: Dilatação de prazos para recolhimento do ICMS nas importações em alguns estados não-produtores. Solução: Dispensar tratamento idêntico ao produto nacional.

Cotonicultura empresarial

A cotonicultura mecanizada e conduzida empresarialmente vem se destacando ao longo dos últimos anos. Hoje já é uma realidade, principalmente no Centro-Oeste e em algumas regiões do Paraná e São Paulo. É uma das principais alternativas de aumento da produção interna.

No entanto, os investimentos necessários para a mecanização da lavoura são elevados: há necessidade de mão-de-obra especializada, máquinas adequadas e variedades próprias para colheita mecânica. Daí ser imprescindível não apenas adotar medidas específicas que apóiem o desenvolvimento dessa alternativa de produção, mas principalmente estabelecer regras confiáveis e duradouras que permitam sustentabilidade aos investimentos privados.

Encaminhamentos propostos para a cotonicultura empresarial:

- Problema: Custo elevado do Proagro. Solução: Reduzir a alíquota nas áreas incluídas no zoneamento.

- Problema: Mão-de-obra pouco especializada na produção mecanizada. Solução: Oferecer condições para treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra.

- Problema: Condições insuficientes para investimentos visando à modernização da cultura do algodão. Solução: Criar programa de apoio financeiro à modernização da cultura.

- Problema: Dificuldades para importação de colheitadeiras. Solução: Agilizar a autorização para importar colheitadeiras usadas.

- Problema: Variedades para colheita mecânica. Solução: Selecionar cultivares adequados.

Cotonicultura tradicional (manual)

Ainda que comecem a surgir condições mais favoráveis para a expansão da cotonicultura empresarial, mecanizada, o que predomina em muitas regiões do país é a produção em pequenas propriedades com tecnologia tradicional conduzida por mini e pequenos produtores, em solos inclinados e de difícil mecanização. Esses produtores são hoje os mais seriamente atingidos pela crise da cultura e, em conseqüência, os que mais têm abandonado o cultivo. É fundamental que este segmento seja tratado de forma especial, pois constitui-se em uma das poucas alternativas de viabilização da pequena propriedade, por ser um produto de alto valor agregado. Cabe ao governo criar programas especiais de apoio efetivo aos minifúndios para evitar a continuidade do desemprego e o êxodo rural.

Encaminhamentos propostos para a cotonicultura tradicional:

- Problema: Custo elevado do Proagro. Solução: Reduzir a alíquota nas áreas incluídas no zoneamento.

- Problema: Limites de crédito do Pronaf insuficientes. Solução: Elevar para R$30.000 o limite de crédito para o produtor de algodão.

- Problema: Dificuldades da legislação trabalhista com relação ao uso de mão-de-obra. Solução: Alterar a legislação sobre o assunto e criar incentivos à contratação de mão-de-obra, em especial para produtores participantes do Pronaf.

- Problema: Instabilidade dos mecanismos de sustentação de preços ao produtor. Solução: Priorizar a ação desses mecanismos sobre o algodão que foi prejudicado pelo processo de abertura comercial.

- Problema: Falta de apoio governamental na comercialização. Solução: Cumprir a política de garantia de preços mínimos.

Comercialização do algodão

O êxito de qualquer sistema produtivo depende necessariamente de um adequado financiamento aos diversos segmentos que o compõem. Por sua vez, um sistema de financiamento somente terá consistência se for decorrência de uma sólida e confiável estrutura de comercialização.

Propostas para apoiar a comercialização do algodão:

- Problema: Falta de financiamento da produção. Solução: Estruturar, através de Bolsas de Mercadorias, um completo sistema de venda para entrega futura, com pagamento antecipado (*forward contract*) para que o financiamento ao setor produtivo seja feito em sua maior parte por vendas antecipadas e não por empréstimos.



- Problema: Falta de estímulo a operações de comercialização através de Bolsas de Mercadorias. Solução: Estimular a operação do sistema de opções lançado pelo governo federal, como forte instrumento para garantia de um piso para os preços do algodão. Estimular as operações de *hedge* através de contratos de futuros na BM&F. Estimular o registro dos contratos de mercado físico de algodão, nacional e importado, em bolsa, para que sejam utilizados os instrumentos de juízo arbitral, laudos de classificação, estatísticas etc.

- Problema: Elevada carga tributária na comercialização. Solução: Desonerar os impostos: INSS (ex-Funrural), PIS e Cofins.

Outras medidas de apoio à cotonicultura

Além dos encaminhamentos propostos com relação a garantir competitividade do algodão nacional e dos referentes às duas cotoniculturas: empresarial e tradicional, são também necessárias outras medidas de apoio ao setor conforme segue.

- Problema: Apoio à pesquisa. Solução: Criar mecanismos que aumentem as dotações de recursos aos centros de pesquisa oficiais e privados, direcionando-os prioritariamente para a obtenção de variedades adaptadas à colheita mecânica e aos cerrados, bem como às variedades específicas adaptadas à região Nordeste.

- Problema: Sistema de padronização do produto desatualizado. Solução: Reformular a sistemática de padronização do produto em função das necessidades de mercado em alguns estados onde o sistema de classificação é deficiente.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

- Problema: Sistema de classificação do produto oneroso e ineficaz. Solução: Permitir classificação pelo setor privado, obedecidos os padrões oficialmente estabelecidos.

- Problema: Custo elevado dos defensivos e adubos. Solução: Permissão para importação de agrotóxicos.

Conclusão

As mudanças no ICMS e as medidas recentemente adotadas com relação ao prazo de financiamento das importações eliminaram parte importante dos problemas. É fundamental, agora, adotar as medidas que ofereçam um quadro de estabilidade e segurança para os investimentos que precisam ser feitos de modo a acelerar a retomada da produção.

Resta agora, com o apoio do Fórum Nacional da Agricultura, estabelecer um cronograma e um quadro de compromissos entre o setor privado e o governo para que se crie um novo ambiente no setor e se comece, de fato, um novo capítulo, o da recuperação, na história do algodão brasileiro.

As entidades que participaram deste grupo de trabalho estão convencidas de que a recuperação do setor é possível e que é perfeitamente factível, caso as medidas recomendadas neste documento sejam implementadas pelos órgãos públicos responsáveis até 31 de julho de 1997, alcançar a meta de 500 mil toneladas de pluma já na temporada 1997/98, o que reduzirá o gasto com importações de US$1 bilhão para US$600 milhões.

GRUPO TEMÁTICO CAFÉ

Atender ao consumidor

LUIZ MARCOS SUPLICY HAFERS

Segundo dados do anuário de 1997 do Coffee Business, tivemos, em 1996:

a) produção agrícola nacional de 27,5 milhões de sacas de 60kg a US$94,08, ou seja, US$2,587 bilhões;

b) produção industrial: consumo de 10,7 milhões de sacas de 60kg, menos 20% de perda na industrialização, o que significa 536,5 milhões de quilogramas a US$4,9/kg, isto é, US$2,629 bilhões;

c) exportação de US$2,094 bilhões (verde e solúvel).

Valor adicionado: (b+c) de US$4,7 bilhões.

O valor total dos negócios cafeeiros em 1996 foi de US$7,3 bilhões.

LUIZ MARCOS SUPLICY HAFERS é presidente da Sociedade Rural Brasileira. Coordenador do Grupo Temático Café no FNA.
O autor agradece a colaboração da economista Sylvia Saes, da Fipe, na elaboração deste texto.



Nos últimos seis anos, o Brasil exportou uma média de 14,9 milhões de sacas de café verde (abaixo da média histórica de 18 milhões de sacas) e 2,4 milhões de café solúvel (equivalente a grão verde). O mercado interno de café, o segundo maior do mundo, tem apresentado um consumo crescente, chegando ao patamar de 10,7 milhões de sacas em 1996.

De janeiro a junho de 1997, o Brasil exportou 8,3 milhões de sacas de 60kg (verde e solúvel), com o valor de US$1,5 bilhão (15% do total das exportações agropecuárias do Brasil, segundo lugar após a soja).

Empregos e empresas

No segmento rural, estimam-se 350 mil produtores de café, que produzem uma média histórica de 25 milhões anuais de sacas beneficiadas (valor atual de US$4,5 bilhões). As 70 cooperativas de café são responsáveis por cerca de 30% do total da comercialização desse produto.

O segmento processador se divide em dois flancos: a indústria de torrefação e moagem, com cerca de 1.700 empresas, e a de solúvel, com 11 empresas, voltadas principalmente para o mercado externo.

O segmento exportador é composto por cerca de 160 empresas, nas quais as 10 maiores são responsáveis por mais de 45% da comercialização.

Entidades e associações referentes apenas ao sistema agroindustrial do café:

- segmento rural: Conselho Nacional do Café;
- segmento industrial: indústria de torrefação, Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic); indústria de solúvel, Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel (Abics);
- congregando todos os segmentos: Conselho Deliberativo de Política Cafeeira (CDPC);
- organismos internacionais: Organização Internacional do Café (OIC) e Associação dos Países Produtores de Café (APPC).

Além destas, inúmeras associações regionais e as que não são específicas ao café, tais como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Caminhos da política do café

O café passou pelos anos de intervenção governamental, com resultados desastrosos para o negócio. As políticas voltadas ao setor tinham como finalidade principal maximizar receita cambial, a custo de perda de participação do café brasileiro no mercado internacional. A introdução de mecanismos para valorizar o preço internacional do café, tais como quotas de exportação e confisco cambial, distorceram o mercado e não privilegiaram a competitividade das empresas. Jogados na liberalização sem nenhuma preocupação de transição, o sistema está se organizando. Em outubro de 1996, a criação do CDPC, órgão responsável por gerir a política do sistema, foi um importante passo para sua reorganização.

O café já é um produto globalizado. Entretanto, numa economia aberta, se o mercado interno apresentar oportunidades de lucro, irá atrair o interesse de empresas que operam fora do país. A importação de café pode servir para atender a gravosidade da matéria-prima no mercado interno e também para implementar estratégias de segmentação e composição de *blends* variados. Embora ainda constitua um tabu, a importação de café para o mercado brasileiro não deve ser considerada uma ameaça, mas uma oportunidade para as torrefadoras e empresas de solúvel nacionais, como também um indutor de competição para o segmento produtor e para o exportador. Além disso, com a desregulamentação do mercado de café, percebe-se uma grande oportunidade para o sistema nacional que pode implementar estratégias de segmentação do mercado, conquistando nichos mais valorizados no mercado internacional.

No que tange à exportação, sabe-se que o café brasileiro sofre barreiras tarifárias, principalmente com relação ao café solúvel. Deve-se dar prioridade para o incentivo à diplomacia brasileira, amparada pelo setor privado para melhorar as condições de exportação do café do Brasil, negociando a redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, e do tratamento discriminatório contra o Brasil.

Quanto ao Estado, seu papel é de parceiro e não de gestor ou protetor, com o objetivo de propiciar melhora da eficiência de todo o sistema produtivo. Todavia sua atuação no curto prazo, junto ao CDPC, é decisiva para que esse objetivo possa ser alcançado, pois dele dependem definições básicas das regras do jogo, para que as empresas do setor possam adotar ações estratégicas competitivas. Entre as condições básicas a serem definidas estão:

- venda dos estoques oficiais de café;
- saneamento financeiro da lavoura;
- viabilização de investimentos em pesquisas;
- criação de mecanismos de capitalização do Funcafé;



- definição da política de estoques estratégicos;
- definição da política externa junto às associações internacionais;
- desenvolvimento de instrumentos financeiros (CPR, Opções etc.).

No âmbito geral, a redução do custo Brasil é uma das reivindicações de todos os segmentos cafeeiros.

O FNA e o CDPC

No caso brasileiro, pode-se dizer que o CDPC, criado pelo sistema cafeeiro, é um precursor do Fórum Nacional da Agricultura. Com sua institucionalização, o sistema cafeeiro conseguiu se articular, quebrando o vácuo decisório em que a economia cafeeira se encontrava. Criavam-se portanto condições para a adoção de uma política do sistema cafeeiro mais afinada com o novo contexto de mudanças institucionais, cuja principal característica é o redimensionamento da interferência estatal na coordenação dos negócios privados. Nesse sentido, o FNA é um avanço maior, pois busca uma harmonização das políticas públicas e privadas no contexto dos sistemas agroindustriais brasileiros. Se traduz portanto numa articulação governo, setor produtivo, sociedade similar à implementada pela Farm Bill (EUA) e Política Comum na Comunidade Européia (UE), embora resguardando as particularidades de objetivos da política agrícola nos países desenvolvidos.

Recomendável seria a conscientização de que as ações da cadeia devem ser interdependentes na função de atender o consumidor. Qualquer desvio é fatal, como prova o passado.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO FRUTICULTURA E HORTALIÇAS

Vantagens comparativas e baixa competitividade

MANOEL DANTAS BARRETO FILHO

A fruticultura caracteriza-se por ser extremamente exigente em termos técnicos, envolvendo alta tecnologia de cultivo, que se renova rapidamente a cada instante até a otimização da cadeia de frios utilizada na pós-colheita. Ao mesmo tempo impõe-se convivência sustentada e harmônica com o meio ambiente

Renda e emprego — O Brasil é o maior produtor mundial de frutas, produzindo 33 milhões de toneladas, com o PIB do setor atingindo o montante de R$17 bilhões de reais.

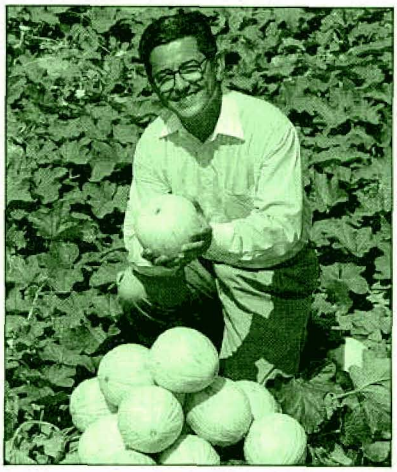
Extremamente demandante de mão-de-obra, o setor frutícola gera 4 milhões de empregos diretos e permanentes, numa área ocupada de aproximadamente 2 milhões de hectares.

Para cada US$10 mil investidos em fruticultura irrigada, são gerados até 3 empregos diretos permanentes e 2,5 indiretos.

Empresas — Destacam-se alguns segmentos mais organizados, como maçã, melão, manga, uva e papaia. Nas demais atividades, nota-se uma certa dispersão das empresas.

Além contudo do segmento citricultor (laranja), com reconhecida inserção no mercado americano, empresas instaladas no semi-árido nordestino criaram marcas e mercados no exterior, assegurando canais de distribuição na Europa e EUA.

MANOEL DANTAS BARRETO FILHO é presidente da Frunorte. Coordenador do Grupo Temático Fruticultura e Hortaliças no FNA.



Para abertura de novos mercados, o setor investe em tecnologia, realizando parcerias importantes com instituições de pesquisa públicas e privadas.

Globalização

A abertura comercial promovida no Brasil ao longo dos últimos cinco anos reveste-se de importância fundamental, na medida em que nos coloca em contato com tecnologias e procedimentos modernos e eficientes, oferecendo perspectivas de acesso a níveis de competitividade para o país, até pouco tempo considerado de economia fechada.

Constata-se, entretanto, que a abertura tem sido promovida sem uma contrapartida que otimize nossa participação nos mercados.

As importações de frutas têm crescido vertiginosamente, passando de US$90 milhões há quatro anos para US$400 milhões em 1996.

Essa invasão está diretamente vinculada ao fato de termos globalizado o mercado enquanto mantemos nossos meios de produção atavicamente engessados. Insiste-se no equívoco de não reconhecer a importância estratégica do setor frutícola. Por outro lado, países globalizados recheiam suas frutas com diferenciais competitivos (subsídios) que tornam impossível a concorrência para quem suporta o custo Brasil.

Não há como concorrer com vantagens concedidas na origem por países como Chile e EUA, onde os encargos de financiamentos para comercialização são de 4% ao ano enquanto pagamos entre 3% e 4% ao mês. O custo financeiro de uma operação de custeio no Brasil no período de 1º de julho de 1994 a 30 de agosto de 1996 foi de 122%, enquanto no Chile a mesma operação custou 9,6%. Os tributos acumulados em cadeia atingem entre 25% para o melão e 33% para a maçã, enquanto nos países concorrentes a incidência é zero ou próximo disto.

Precisamos estar atentos para o fato de que globalização é competitividade; para competir, é indispensável contar com condições mínimas de infra-estrutura, tais como: estradas (para que nossas frutas não sofram deformações e danos de aparência devido aos solavancos diante da situação calamitosa das nossas rodovias); saúde e educação (nossos trabalhadores necessitam de saúde e educação para poderem desempenhar suas tarefas e absorver os conhecimentos mínimos de procedimentos e tecnologia); portos

(nossos portos carecem de modernização e agilidade que possibilitem melhorar as condições operacionais, posto que em Natal, por exemplo — um dos melhores do Brasil para frutas — o custo médio de manuseio de um *pallet* é de US$20, enquanto custa US$7 a mesma operação em Valparaíso, no Chile.

A ausência de uma política que potencialize e preserve a fruticultura nacional acarreta o desprezo a cuidados elementares adotados em todo o mundo. Destaca-se a questão da fitossanidade, considerada pela maioria dos países como de importância estratégica no mesmo nível da saúde pública.

Apesar de nossos pomares serem classificados (até o momento) como de boa sanidade, principalmente pelas condições climáticas favoráveis, não dispomos de instrumento de monitoramento fitossanitário aceito internacionalmente. Isso é motivo bastante para a maioria dos países usarem tal argumento para impor restrições e exigências quarentenárias à entrada de nossas frutas, criando barreiras desnecessárias, fictícias, ou quando muito perfeitamente contornáveis. Paradoxal é nem sequer adotarmos recíprocas e idênticas restrições em relação à importação de frutas. Ao contrário, permitimos que entrem no Brasil frutas sem qualquer verificação quanto à contaminação por pragas e doenças.

A abertura do mercado brasileiro a frutas importadas não o expôs apenas à concorrência de preços. Junto com os produtos (frutas, legumes, verduras, flores), entram centenas de novas doenças e pragas. Segundo o Ministério de Agricultura, nos 20 anos anteriores a 1994 o Brasil recebia em média 29 pragas/ano. Porém, *apenas em 1996, 300 espécies de novas pragas e doenças invadiram o nosso país*, através do intenso trânsito de caixas e contêineres em portos e aeroportos. São Paulo responde por 80% desse movimento.

A falta de uma política fitossanitária aumenta o consumo de defensivos agrícolas. Os produtores gastaram US$1,7 bilhão com defensivos em 1996, 72% mais do que em 1991, com aumento insignificante da área.

Não podemos esquecer pragas como a do bicudo do algodão, que resultou no desemprego de 400 mil trabalhadores nordestinos e de 600 no Sudeste.

Atualmente o minador de citros ameaça a citricultura paulista com perdas ainda não calculadas, enquanto a *bemissia argentifolli* ou mosca branca começa a inviabilizar a produção de frutas na fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte e o cultivo do tomateiro no vale do São Francisco.

Por todos estes aspectos, ao mesmo tempo em que apoiamos e consideramos conceitualmente importante a inserção do Brasil no mercado global, é mais importante ainda atentarmos para que isso não ocorra em detrimento da sobrevivência da fruticultura nacional.

Orquestração

O setor produtivo interage e depende de fatores estruturais ainda não equacionados com a nova realidade. Nesse sentido, o descompasso com os padrões mundiais de competitividade inibe, inclusive e principalmente, a entrada de investimentos externos na atividade frutícola.

É preciso que a orquestração ocorra no sentido de acompanharmos, setor privado e governo, o mesmo diapasão, o mesmo tom e o mesmo passo, decidindo e implementando medidas com a velocidade com que ocorrem as mudanças no cenário globalizado.

Novo papel do Estado

Quando ressaltamos a necessidade de o setor frutícola alcançar padrões de competitividade, mediante a globalização do meios de produção, é importante destacar que o que se pretende nada tem a ver



com medidas protecionistas ou com o ultrapassado Estado paternalista. Espera-se a presença de um Estado atento e ágil, num processo de co-gestão com a iniciativa privada, onde aquele atue como fomentador de um ambiente adequado para a competitividade, portando-se como indutor de políticas eficazes e bem-direcionadas para o fortalecimento da produção competitiva.

Busca-se o equilíbrio competitivo, porquanto a natureza foi generosa nos dando vantagens comparativas. E estas não podem ser desperdiçadas para compensar a ineficiência.

FNA — instrumento de articulação

Observando-se o potencial do Brasil, constata-se que a nossa participação no mercado mundial de frutas é ínfima, podendo atingir rapidamente patamares bem mais significativos a partir de maior interação entre as próprias empresas, bem como através de aproximação e atuação com e no poder público com identidade de objetivos. Essa questão tem sido reiteradamente enfocada no FNA, e com a superação das deficiências organizacionais esperamos focar o planejamento estratégico e delinear, a partir das constatações alcançadas, uma visão de cadeia para o setor.

O FNA detém o mérito de reconhecer, em seu bojo, a necessidade de uma atuação articulada entre governo e setor privado. Baseados nessa premissa, os atores têm conseguido evoluir na elaboração de diagnósticos precisos, apontando e encaminhando propostas viáveis e de conteúdo centrado em metas estabelecidas de forma consensual e tecnicamente corretas.



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO COMERCIALIZAÇÃO

As novas regras do comércio internacional

NELSON MAMEDE

Por se tratar de uma etapa comum a todas as cadeias do agribusiness, e não de uma cadeia específica, a comercialização é representada pelo desempenho, quantitativo e qualitativo, das vendas externas e internas de produtos agropecuários e seus derivados.

Para se ter uma idéia da sua real importância para a economia brasileira, é oportuno lembrar que, em 1996, as exportações totais do setor somaram cerca de US$15,3 bilhões, proporcionando um saldo comercial positivo de US$8,5 bilhões e respondendo por 32% do total das exportações nacionais. Embora para nós esse montante seja expressivo, ele está muito aquém do potencial do país, visto que representa apenas 3,5% das exportações mundiais do setor, enquanto para os EUA — cuja área plantada com grãos é apenas três vezes superior à nossa — essa participação é de 13,6%.

O desempenho das vendas internas pode ser mensurado, *grosso modo*, pelo valor da produção agropecuária que, de acordo com estudo do Ministério da Agricultura, considerando apenas 20 lavouras, deverá atingir US$33,8 bilhões em 1997.

É difícil fazer uma estimativa, ainda que aproximada, do número de empregados envolvidos na comercialização agropecuária, devido à própria desorganização do setor, que possui trabalhadores sem carteira assinada e ainda abusa da sonegação fiscal.

Com a drástica redução dos recursos oficiais, a partir da década de 80, os instrumentos tradicionais de política agrícola perderam sua eficácia para garantir a renda do setor, impulsionar seu crescimento e desenvolvimento tecnológico e torná-lo mais competitivo para sobreviver e conquistar novos mercados no mundo globalizado que se apresenta.

Em decorrência do longo período de instabilidade econômica, do paternalismo governamental — subsídios e barreiras — e até mesmo da própria dispersão geográfica, inerente à atividade, a reorganização da estrutura dos agronegócios, com raras exceções, se encontra em fase embrionária. Portanto, o setor não está preparado para enfrentar os desafios da nova ordem econômica mundial, explorando, integralmente, todo o seu potencial competitivo.

Padrões do comércio internacional

De acordo com o relatório *Trade and Foreign Investment*, divulgado em meados de outubro de 1996, são as decisões de investimentos, sobretudo das multinacionais, que definem o desenho ou o padrão do comércio internacional. Portanto, qualquer discussão séria sobre os rumos do comércio mundial exige conhecimento dos fluxos de investimento internacionais, ou seja, das estratégias das grandes empresas multinacionais. Para ilustrar essa questão, o relatório acrescenta que, atualmente, 2/3 do comércio mundial estão associados às tais empresas. Apenas 1/3 é de vendas de empresas de base estritamente doméstica.

Nesse contexto, o agribusiness brasileiro parece estar chamando a atenção dos investidores estrangeiros. Recente estudo divulgado pela KPMG mostra que a área de alimentos, a mais representativa do setor, vem liderando a onda de fusões e aquisições, durante o período de 1992 a meados de 1997, com 20% do total, dos quais 44% dizem respeito à fusão ou aquisição de empresa nacional por multinacional.

A insignificante participação do país nas exportações mundiais, cerca de 1%, é a maior evidência do despreparo do governo e da iniciativa privada para lidar com assuntos internacionais. Com o objetivo de mudar gradualmente essa situação, estamos articulando a criação da Câmara de Comércio Exterior — específica do agribusiness —, com participação majoritária da iniciativa privada e que, dentre outras, terá as seguintes funções:

- fortalecer as regras multilaterais do comércio internacional, a partir de uma participação ativa e permanente do país na OMC, Unctad e demais órgãos regulatórios;
- negociar, de forma proativa, o contencioso comercial do agribusiness brasileiro, principalmente na União Européia, EUA e países asiáticos;
- aplicar efetivamente uma política comercial de defesa da concorrência nas importações;
- tratar, de forma sistêmica e permanente, a questão das barreiras não-tarifárias do comércio internacional;
- definir uma política tarifária que contemple os reais interesses do país, no longo prazo, e que não seja norteada por pressões extemporâneas de *lobbies*.

NELSON MAMEDE é diretor de Grãos e Desenvolvimento da Sadia. Coordenador do Grupo Temático Comercialização no FNA.

No que diz respeito à comercialização de produtos agropecuários, caberão ao Estado os papéis de gerador de informações confiáveis, com periodicidade definida e de fácil acesso, regulamentador e fiscalizador das operações e, ainda, formulador de políticas agrícolas consistentes, de longo prazo e compatíveis com sua capacidade financeira.

Para que ocorra uma expressiva e saudável redução da intervenção do governo nos mercados agropecuários de forma definitiva, será necessário promover o fortalecimento das bolsas de físico — que terão a incumbência de organizar os mercados, dar condições para a formação de preços, via pregão, fiscalizar e propiciar condições para a realização das operações com transferência, normatizar as negociações, arbitrar as divergências e ser fonte segura de informações — e das bolsas de futuros — que oferecerão àqueles que buscam segurança um mecanismo de custo mínimo, visando à transferência de risco através de operações no mercado futuro e de opções.

É necessário ter em mente que o consenso obtido nas diversas propostas, a harmonização entre elas e a futura elaboração de um documento único, embora tarefa árdua, são apenas o início do trabalho do FNA, que será coroado de êxito somente quando as propostas nele contidas estiverem totalmente implementadas, ainda que o processo ocorra de maneira gradual. De outra forma, não se diferenciará dos tantos outros documentos já produzidos no passado e esquecidos num canto qualquer de gaveta. Devemos continuar com o mesmo empenho, persistência e paciência demonstrados até o momento, para que o objetivo seja atingido, pois a reestruturação de todo um setor não se conclui em uma única gestão.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

GRUPO TEMÁTICO POLÍTICA FUNDIÁRIA

Fatores econômicos, sociológicos e educacionais em questão

OCTAVIO MELLO ALVARENGA

O Grupo Temático Política Fundiária defronta-se com a questão da reforma agrária brasileira, num conturbado ambiente da intelectualidade nacional, no qual o tema, vinculado afinal à estabilidade da agricultura, sofre todo tipo de interpretações. *Ager* e *agro* têm as mesmas raízes e se ligam ao bulbo da produção na terra, o *fundus* produtivo. Em linhas gerais, predica-se no Brasil uma reforma agrária como capítulo da política fundiária. Alguns se prendem ao conceito de um reformismo drástico, para imediata transferência das glebas desapropriadas. Outros, diferentemente, colocam sob suspeita essa síntese singela ante fatores econômicos, sociológicos e educacionais.

O professor Ray Goldberg, da Harvard School of Business, criador do termo agribusiness, chegou à dedução de que o máximo de 4% de mão-de-obra no campo é suficiente para abastecer o mundo inteiro de alimentos. Dessa maneira a Política Fundiária terá de acoplar-se à necessidade de capacitar quantos pretendam praticar agricultura, em termos de formação profissional, pesquisas genéticas e biotecnologia.



"Em 1940, 31% dos brasileiros residiam no meio urbano e 69% no campo. Passados 50 anos, a situação se inverteu. Em 1990, estimava-se que 73% da população residiam nas cidades e 27% no campo... A transferência de recursos financeiros e humanos explica o empobrecimento relativo do meio rural, cuja renda *per capita* era equivalente, em 1970, a cerca de 15% da renda *per capita* da população urbana. Mesmo com a diminuição da população, a renda por habitante no campo ainda é de 1/4 da renda na cidade" (Araújo; Pinazza & Wedekin, 1990).

A promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, partindo de um compromisso internacional firmado em Punta Del Este, por todas as Repúblicas latino-americanas, visava a alterar as estruturas "dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a

OCTAVIO MELLO ALVARENGA é presidente do Grupo Temático Política Fundiária.



fim de substituir os regimes dos latifúndios e minifúndios".

As dificuldades na implantação do amplo programa delineado pelo Estatuto da Terra equivaleram, na prática, ao paulatino esfacelamento dos órgãos oficiais de reforma agrária, ou seja, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), o Ministério da Reforma Agrária (primeira fase) e o Incra.

Recentemente desvinculado do Ministério da Agricultura, o Incra foi alçado à condição de Ministério de Política Fundiária, encontrando um terreno minado pela insatisfação dos empresários rurais, dos trabalhadores da agricultura e daqueles que passaram a constituir o Movimento dos Sem-Terra (MST).

Hoje o direito de propriedade está sendo contestado, numa curiosa insubordinação à Constituição e às leis. Em entidades que congregam advogados, e mesmo no Senado Federal, propõe-se uma emenda ao art. 161 do Código Penal nos seguintes termos: "Não pratica crime quem, sem violência à pessoa ou grave ameaça, invade imóvel rural alheio que não atende aos requisitos do art. 186 da Constituição Federal". (O art. 186 está inserido no capítulo alusivo à política agrícola e fundiária e da reforma agrária, e nele se define quando será cumprida a função social da propriedade rural, levando em conta seu aproveitamento racional, a utilização de recursos naturais e observância da legislação trabalhista.) Entende o Grupo Temático que "invadir" significa "entrar à força ou hostilmente em", "ocupar à força". Toda "invasão" é violenta. Jamais será equiparável à "ocupação".

A bandeira da reforma agrária agitada pelo MST coloca no mesmo nível de entendimento "pressionar" e "invadir". Vai ficando cada vez mais fora de foco o usucapião agrário, forma de adquirir a propriedade rural que não decorre de desapropriação, mas da ocupação de terra tornada produtiva pelo trabalho de quem pode tornar-se seu proprietário, através de petição judicial. Previsto no art. 98 do Estatuto da Terra (de 1964), hoje figura no art. 191 da Constituição em vigor. Podem usucapir a terra que ocupam quantos de boa-fé, mansa e pacificamente, sem oposição, trabalham diretamente uma gleba de até 50ha. Usucapião decorre de ocupação, morada habitual e cultura efetiva. Não será, é claro, conseguido por invasão.

Para os que pretendem terra mas não são posseiros nem ocupantes, existe o Incra, órgão ao qual cabe promover o cadastramento dos imóveis rurais factíveis de desapropriação e a seleção dos candidatos, segundo critérios fixados em lei.

Sistematizar a violação ao direito de propriedade (como foi proposto no Senado), pretender que um órgão oficial, como o Incra, funcione a reboque do MST (pela lógica dos mais radicais), alardearem-se os sem-terra, em última instância, juízes da produtividade imobiliária (posando suas lideranças para uma platéia alheia a quaisquer ideologias) nem significa progresso nem disciplina.

A política fundiária garante os trilhos por onde devem correr os vagões da agricultura. Em países onde até hoje vige uma legislação socialista, como a China, reforma agrária se acoplou à modernização da agricultura, adotando-se uma filosofia de incentivo a iniciativas agroindustriais, com o aporte do capital internacional.

O governo brasileiro vem agindo de maneira positiva, procurando equacionar a questão fundiária conjuminada ao incentivo às atividades que compõem a cadeia do agribusiness.

GRUPO TEMÁTICO MECANIZAÇÃO

Crescem as exportações

PERSIO LUIZ PASTRE

Principais indicadores que representam a cadeia produtiva

O setor é composto por centenas de agentes econômicos compreendendo:

- Fabricantes de máquinas agrícolas automotrizes, implementos e equipamentos de irrigação, representados pela Abimaq, Anfavea e Simers.
- Fornecedores de componentes, representados pelo Sindipeças.
- Rede de distribuição, representada pela Fenabrave.

A cadeia global está com cerca de 60 mil empregos diretos, 40% abaixo do nível empregado no início de 1995.

A mecanização é ferramenta básica para o aumento da produção e da produtividade, condições fundamentais para aliviar a pressão sobre o preço da cesta básica e, ao

PERSIO LUIZ PASTRE é vice-presidente de Máquinas Agrícolas da Anfavea. Coordenador do Grupo Temático Mecanização no FNA.

mesmo tempo, responder rapidamente ao aumento das exportações. A sua relevância fica mais transparente à medida que se incrementa a abertura de mercado.

No entanto, a análise do balanço dos anos 90 indica um desinvestimento líquido na mecanização agrícola brasileira, cenário este oposto ao da maioria dos demais mercados, inclusive dos países-membros do Mercosul.

Em 1996 o nível de investimentos na mecanização agrícola brasileira alcançou o mais baixo volume dos últimos 27 anos. O ano corrente está sendo marcado pelo início da recuperação das vendas e, aparentemente, de forma consistente, embora ainda aquém do volume necessário até mesmo para a simples renovação da frota.

As perdas nas colheitas de grãos causadas pelo uso de colheitadeiras obsoletas e desgastadas, muitas delas já próximas de 20 anos de trabalho, comprometem a busca da eficiência.

Por outro lado, as exportações de tratores, colheitadeiras e implementos estão apresentando um bom crescimento e deverão aproximar-se de US$900 milhões neste ano. É interessante, também, o aumento da diversificação dos mercados para os quais estão sendo destinados esses produtos.

Crédito

A descapitalização do agricultor e as suas causas conduziram a um distanciamento entre o campo e o sistema financiador.

Muitos esforços têm sido feitos e alguns resultados conseguidos com o desenho de melhores condições para financiar investimentos. No entanto, a engenharia financeira tem frustrado as expectativas ora do agente financeiro, ora do empresário rural e, não raras vezes, de ambos.

Carga tributária

Apenas o PIS, o Cofins e o ICMS já são responsáveis por uma diferença de preço de 17% se comparado o mesmo produto quando adquirido, por exemplo, no Brasil e no Uruguai.

As nossas dificuldades logísticas, o custo do capital de giro e a inexistência de planejamento de longo prazo completam o chamado custo Brasil.

Perspectivas

O FNA tem muitas propostas que seguramente conseguirão dar uma grande contribuição à melhoria do sistema Brasil no âmbito do agribusiness. Mais do que simples propostas, parece que o diálogo entre a área privada e a pública está sendo exercitado com maior abrangência e fluidez. Aí pode estar o melhor caminho para nossa atuação na economia globalizada.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Programa de renda real

Em articulação com os GTs Tecnologia e de Grãos (soja, milho e sorgo), está sendo implementado o Programa Renda Real em quatro regiões — RS, PR, GO e MT — e quatro produtos — arroz, milho, soja e sorgo. O Programa visa a elevar a renda do produtor, mediante a redução das perdas na colheita, e será implementado segundo o conceito de qualidade total da agricultura, funcionando como um *show room*, onde os resultados são copiados em outras regiões e adaptados para outros produtos. Este é um resultado palpável e efetivo do FNA.

GRUPO TEMÁTICO CULTURAS DE INVERNO

Uma nova fase da agricultura

RUI POLIDORO PINTO

As culturas de inverno representam aproximadamente 5% do total da produção de grãos no Brasil. O trigo, embora tenha tido sua produção diminuída ao longo dos anos, continua mantendo uma expressiva participação no agribusiness. Na última safra, com 3,3 milhões de toneladas produzidas, gerou o montante de R$495 milhões, somente computando-se o valor da produção, sem levar em conta o que é gerado nos setores secundário e terciário da economia. Estima-se que a ca-

RUI POLIDORO PINTO é presidente da Fecotrigo e coordenador do Grupo Temático Culturas de Inverno.



deia trigo seja responsável pela manutenção de 100 mil empregos diretos, durante os seis meses de plantio de inverno, gerando uma quantia significativamente superior de empregos indiretos, considerando uma área em torno de apenas 1,5 milhão de hectares cultivados.

Entendemos que o Brasil não pode abrir mão de sua produção de trigo e das demais culturas graníferas de inverno, pelas seguintes razões:

a) obviamente, para não depender integralmente de importações, que acarretam dispêndios de divisas e prejudicam nossa balança comercial;

b) o país, por sua diversidade de clima e solo, bem como sua pesquisa genética bastante adiantada, reúne condições privilegiadas para essa produção, que possibilita duas safras agrícolas ao ano, em flagrante vantagem sobre muitas nações;

c) as culturas de inverno são fundamentais para a redução de custos de produção das de verão, pela utilização do mesmo parque de máquinas, instalações e outros fatores produtivos;

d) por serem indispensáveis no processo de controle da erosão de nossos solos agrícolas pela cobertura vegetal que oferecem no período de concentração de chuvas, especialmente na região Sul;

e) por termos, somente para a cultura de trigo, disponibilidade superior a 10 milhões de hectares, com tecnologias disponíveis e já testadas, para cultivo deste cereal.

O produtor vem fazendo a sua parte. Estamos, dentro do Grupo Temático Culturas de Inverno, delimitando em cinco anos o prazo para alcançarmos a produção equivalente a 50% das nossas necessidades de trigo, dentro de uma visão racional que busca redução de custos e melhoria da qualidade e da produtividade, bem como a manutenção do desenvolvimento de toda a cadeia tritícola, pelas suas implicações econômico-sociais.

Mas isso apenas não basta. É preciso que o governo dê sua parcela de contribuição mediante o estabelecimento de medidas técnico-políticas firmes, que nos possibilitem fazer frente ao processo de abertura comercial atualmente em vigência, não afrontando nossos parceiros do Mercosul, mas mantendo as necessárias salvaguardas para competirmos em igualdade no ambiente globalizado. No entendimento de nosso grupo, o governo não pode se preocupar somente em contemplar outros setores da produção nacional quando pensa em termos de bloco econômico, embora estes tenham a sua importância. Não se pode descuidar da produção agrícola, de maior complexidade em termos de pesquisa tecnológica e assistência técnica, sendo também mais vulnerável à ação da natureza.

Compreendemos e aceitamos a atual realidade da economia mundial, que exige competitividade e agilidade mercadológica. O Brasil precisa encontrar formas de proteger sua atividade produtiva primária com tecnologias e capitais não inferiores aos países que hoje detêm a vanguarda dos processos produtivos. Torna-se imprescindível, nesse sentido, a reativação do Conselho Nacional de Política Agropecuária (CNPA), com voz e voto junto aos escalões decisórios governamentais, sendo investido, para tanto, da necessária legitimidade de representação.

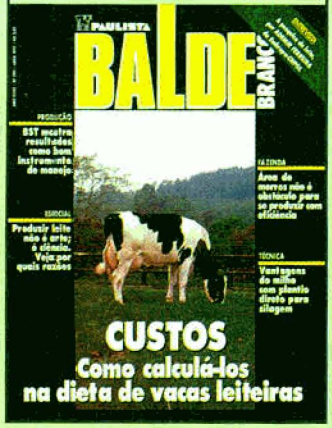
Precisamos evoluir para o Estado moderno, ágil e menos oneroso, que não fique ausente na irreversível participação nos blocos econômicos, mas posicionando-se de maneira não-caudatária aos interesses econômicos dos setores mais fortes, sejam externos ou internos, de modo a preservar o equilíbrio de distribuição de renda.

Temos absoluta convicção de que o FNA tem todas as condições para estabelecer um processo de articulação de nossa política agrícola e dos agronegócios nacionais. Como? Por sua atuação como grupo representativo dos mais diferentes segmentos, agrupados em 34 Grupos Temáticos diferentes, que, no seu somatório, têm buscado apresentar, com uma visão integrada, as causas dos problemas e, sobretudo, as projeções para o futuro, de forma abrangente e realista, com sugestões e propostas que irão dar sustentação à nova política agrícola brasileira.

Esse grande conjunto que é o FNA, partindo da visão particularizada no âmbito geográfico, conceitual e fático, propõe uma síntese que vem a ser o projeto político para essa nova fase da agricultura nacional.

Caberá, num segundo momento, contarmos com a sensibilização, o apoio e principalmente a decisão do Congresso Nacional para que tenhamos de fato a sonhada nova política agrícola para o país e as medidas adequadas, oportunas e de caráter permanente.







ASSINE BALDE BRANCO E SAIBA TUDO SOBRE LEITE

Há 32 anos a nossa especialidade é o leite. E não importa o tipo, nem a raça explorada. Nossa sintonia alcança hoje cerca de 80 mil leitores, que exigem uma informação qualificada, cosistente, em linguagem clara e acessível. Se o seu nível de interesse se estende do processo de produção na fazenda à colocação do produto no mercado, assine Balde Branco e junte-se também aos leitores mais bem informados sobre pecuária leiteira no país.

Preencha o cupom ao lado e remeta-nos.

A nota fiscal será enviada junto com o primeiro exemplar.

ASSINATURA - REVISTA BALDE BRANCO - 12 EDIÇÕES

Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo
Rua Gomes Cardim, 532 - CEP: 03050-900
Telefone: (011) 225-6294 - 225-6285

Desejo assinar a revista **Balde Branco** *pelo período de um ano.*

Nome .....

Endereço .....

Bairro ..... Telefone .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

CIC/CGC .....

RG/Insc. Est. .....

1- ( ) Anexo Cheque nº _____
do Banco _____ no valor de R$ _____
nominal à Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo

2- Anexo cópia do comprovante de depósito bancário:
Banco Bradesco - Agência 084-1 - c/c: 60.000-8
Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo

_____ _____
Data **Assinatura**

Assinatura anual: R$ 40,00

ÍNDICE FGV/ABAG

Queda de preços no atacado e no varejo

O IGP-DI/FGV referente ao mês de agosto teve uma deflação de 0,4%, enquanto a inflação do agribusiness medida pelo índice FGV/Abag foi de -0,61%. Essa queda da inflação foi conseqüência da evolução de preços captada pelo índice de preços por atacado (IPA) e pelo índice de preços ao consumidor (IPC).

No que se refere ao atacado, alguns produtos tiveram uma grande influência no índice FGV/Abag, tais como a soja (-36,5%) e o trigo (-32%): aquecimento da demanda por parte dos exportadores do trigo, além de uma expectativa de que as exportações sejam reduzidas em função do fenômeno El Niño, o que prejudicaria o desenvolvimento das lavouras, dando suporte aos altos preços dos grãos. O café (7,7%), o cacau (7,4%) e a cevada (3%) também influenciaram bastante o índice FGV/Abag: os preços do café caíram devido ao pico da safra, que está em colheita; no caso do cacau, os preços no mercado interno caíram, embora o volume disponível para venda seja muito pequeno devido às chuvas que atrasaram a colheita temporã e à doença que vem atacando as lavouras; no mercado externo, a origem da queda foi a confirmação de que a safra da Costa do Marfim, o maior produtor mundial, não será prejudicada pela estiagem; quanto à cevada, o aumento na área e na produtividade fez com que a safra superasse a anterior.

No que se refere ao varejo, o componente gêneros alimentícios (-54,7%) foi o que mais influenciou no índice FGV/Abag, sendo as hortaliças e frutas os maiores colaboradores desse resultado, devido a uma queda contínua de preços. A carne bovina (-1,7%), em razão da alta provocada pela ligeira retração da oferta; e a carne suína (-1%), com o aumento dos custos de produção devido ao aumento do preço do milho e à entrada da entressafra — entre setembro e outubro —, acrescidos principalmente por uma expectativa de aumento das exportações, com fechamento de contratos com a Rússia e a Itália, também tiveram um peso significativo nesse componente.

EDGAR COSTA FILHO
VIVIANE SEDA
E-mail: evc@fgv.br

INDICADOR DO PREÇO DO MILHO

Tendência altista para o último trimestre

Ao longo dos meses de abril a setembro, o contrato futuro para novembro esteve sempre acima do indicador FGV/BM&F. O preço médio do contrato para novembro foi de US$8,27 a saca de 60kg, enquanto o indicador FGV/BM&F US$6,91 a saca de 60kg. A volatilidade em ambos foi igual a 23%.

De acordo com o gráfico abaixo, o contrato para novembro entre os dias 3 de junho e 3 de julho teve uma queda de 2,38% no preço modal, quando comparado com a série inteira: o preço modal dos meses abril-setembro foi de US$8,40, enquanto que no citado período foi de US$8,20.

No que se refere ao indicador FGV/BM&F, este teve um aumento de 6% na terceira semana de maio, quando os preços aumentaram de US$6,47 para US$6,86 (preço médio entre os dias 22 e 23 de maio). Este aumento ocorreu devido às notícias de que a estiagem nas áreas produtoras estaria afetando o desenvolvimento do milho safrinha.

Apesar de o contrato de novembro ter sido favorável à abertura de uma posição de venda no mercado futuro, isto não quer dizer que essa tendência persistirá. Muito embora haja estoque do grão suficiente para se realizar a passagem dos anos-safra sem maiores traumas, é natural que a sua cotação se valorize durante o último trimestre do ano — fase de entressafra — conforme se aguça o ritmo das produções avícolas e suinícolas para atender a maior demanda das festas de fim de ano.

Além do mais, o comércio exterior dessas carnes vem dando impulso extra ao setor de pequenos e médios animais, contribuindo para fortalecer o otimismo da demanda de rações. As últimas informações dão conta de que as exportações brasileiras de carne suína, em 1997, oscilarão entre 70 e 85 mil toneladas, configurando-se em recorde histórico. Da mesma forma, o país deverá vender quantidade inédita de carne avícola, de mais de 600 mil toneladas.

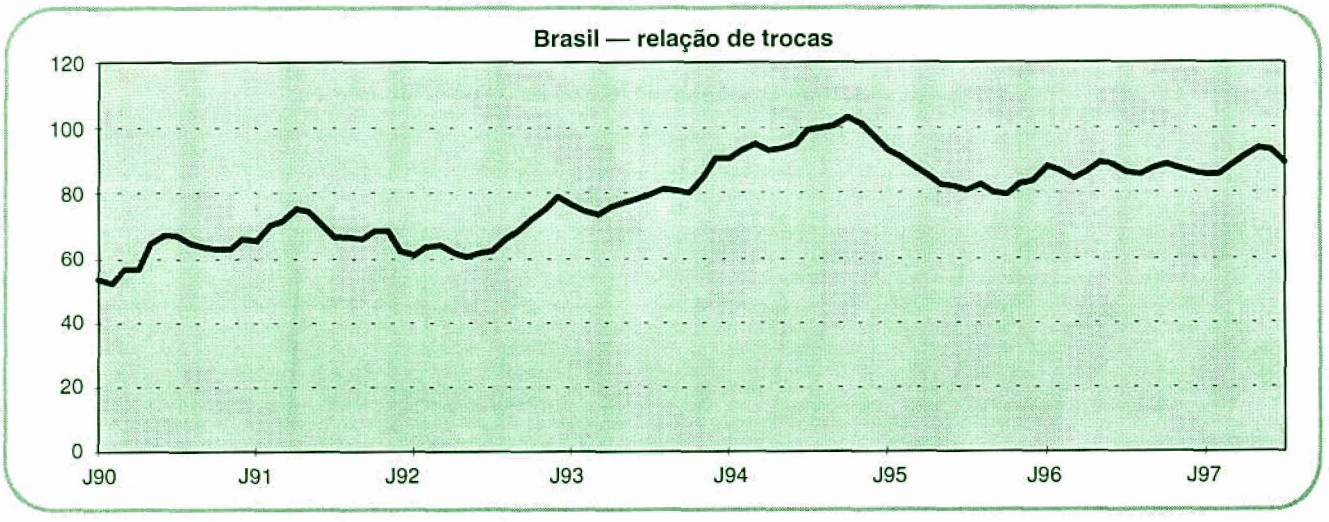
EDGAR COSTA FILHO
E-mail: evc@fgv.br
IRENE RAGUENET TROCCOLI
E-mail: iragtroc@fgv.br
ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA
E-mail: roger@fgv.br

Brasil — índices de preços recebidos e pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/ Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR	Sementes	Fertili-zantes	Agrotóxicos	Serviços	Combus-tíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,00181	0,00234	0,00127	0,00245	0,00199	0,00240	0,00352	0,00276	0,00308	0,00208	0,00292	0,00287
1991	0,00995	0,01307	0,00673	0,01159	0,01045	0,01418	0,01663	0,01491	0,01377	0,01069	0,01626	0,01469
1992	0,11153	0,14141	0,07887	0,12130	0,11439	0,14413	0,16961	0,16337	0,18164	0,15258	0,14658	0,15941
1993	2,60158	3,21498	1,90350	2,82859	2,66976	2,91402	3,06151	3,18374	3,38025	3,26034	3,01228	3,11315
1994	70,48975	73,19161	66,85993	70,14020	70,34755	70,35808	69,58997	69,55649	70,48967	69,37725	78,28740	71,44083
1995	106,13302	106,89354	104,20586	102,88058	105,05744	107,52547	111,20753	105,20302	118,38800	101,83400	193,85449	125,84334
1996	125,68996	136,94445	108,12561	101,92533	117,12793	119,54417	130,93650	113,88375	126,82508	110,52525	239,79508	144,11942
Jun. 95	103,28671	97,93810	111,17718	99,68264	102,09995	106,07800	108,85200	104,21100	119,21000	100,00000	206,69000	126,29700
Jul.	102,83329	101,04946	104,41811	101,29445	102,38213	107,75300	108,72600	105,50900	121,69400	100,00000	208,64700	127,35400
Ago.	105,65396	105,74986	104,17334	104,27488	105,26145	108,08300	110,11300	105,74300	121,74300	100,00000	208,02300	127,66700
Set.	103,39474	104,69440	100,09280	102,09422	103,02786	108,69000	113,44700	106,73600	122,31200	100,00000	209,28200	129,06900
Out.	105,39029	108,15438	99,87801	99,75366	103,50260	109,06600	118,03600	107,87600	121,90600	107,33600	211,61900	131,98800
Nov.	111,02590	116,16174	102,01510	101,11944	107,60457	109,61200	120,98100	108,74400	122,74600	107,33600	215,83300	133,84000
Dez.	113,37300	121,43900	100,30600	98,86100	108,25100	110,32700	122,68300	109,84300	123,62200	107,33600	217,78000	134,99400
Jan. 96	120,37700	131,54400	103,15000	97,59000	112,12800	111,23000	124,79500	110,55100	124,57500	107,33600	222,21400	136,72400
Fev.	120,19261	128,80609	106,12837	96,63548	111,63584	111,97800	125,90800	111,49100	125,14500	107,33600	227,79800	138,35800
Mar.	117,80289	124,30686	106,53709	97,02872	110,34255	113,22700	127,16000	111,58600	126,20900	107,33600	230,69100	139,58000
Abr.	122,42000	129,68000	110,04000	98,41000	113,71000	114,57800	128,12600	111,98300	126,23700	111,43000	234,57800	141,47000
Maio	127,23666	136,53180	112,05653	98,50170	116,66316	116,70800	129,04800	112,66600	126,83800	111,42000	236,51100	142,56500
Jun.	127,60825	137,38788	111,79176	100,92007	117,87809	118,45300	130,22700	113,34700	126,73500	111,63500	239,98100	143,89900
Jul.	125,07500	136,55900	107,16200	103,33200	117,33300	119,42500	130,75400	113,97000	126,59800	111,63500	243,03100	144,81600
Ago.	125,47300	139,54100	104,38500	106,06800	118,65700	121,08200	132,17900	114,52600	127,04400	111,63500	244,94800	145,93200
Set.	129,08600	143,04500	107,99100	106,32600	120,98500	124,79800	134,13400	115,28100	127,55600	111,63500	247,16700	147,60500
Out.	132,57000	146,80000	111,04000	107,64000	123,64000	126,30800	135,45400	116,36500	128,33200	111,63500	248,89800	148,73200
Nov.	131,19050	146,26300	108,70588	105,62632	121,99099	127,96800	136,15600	117,17100	128,64800	111,63500	250,79900	149,66600
Dez.	129,24756	142,86880	108,51972	105,02572	120,57158	128,77500	137,29700	117,66800	127,98400	111,63500	250,92500	150,08600
Jan. 97	130,32749	140,01994	114,17560	103,06541	120,44157	129,05000	138,15900	118,20900	128,73700	121,98700	252,43800	152,41500
Fev.	131,77670	135,08608	123,63111	104,31268	121,82214	130,68300	138,37600	119,34600	130,73700	121,93700	253,01300	153,21700
Mar.	136,66829	137,34720	132,19467	106,26890	125,56910	129,95200	137,93200	119,93300	130,71500	121,93700	254,49800	153,31900
Abr.	140,93771	140,16146	138,54100	108,24623	128,93985	129,79300	137,78400	120,32700	131,27100	121,93700	256,77400	153,79500
Maio	144,97000	143,56000	143,46000	107,59000	131,08000	129,14200	137,26300	120,63800	132,25000	121,98700	258,61700	154,05800
Jun.	143,79808	139,40986	146,94840	107,58518	130,38035	128,78000	136,48500	120,98300	192,10100	121,98700	260,86200	154,23500
Jul.	138,34226	136,11372	137,99942	109,25222	127,83603	129,88500	136,21500	121,98600	132,82200	121,98700	261,45200	154,65000
Ago.	137,94722	136,11350	136,99100	107,90763	127,05058	130,18900	136,42700	122,59500	132,28900	121,98670	261,93900	154,82100

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

No início do ano, com a conjuntura favorável aos preços do café e da soja, a relação de trocas tomou rumo favorável aos agricultores. A partir de junho, os preços pagos pelos insumos retomaram o fôlego.



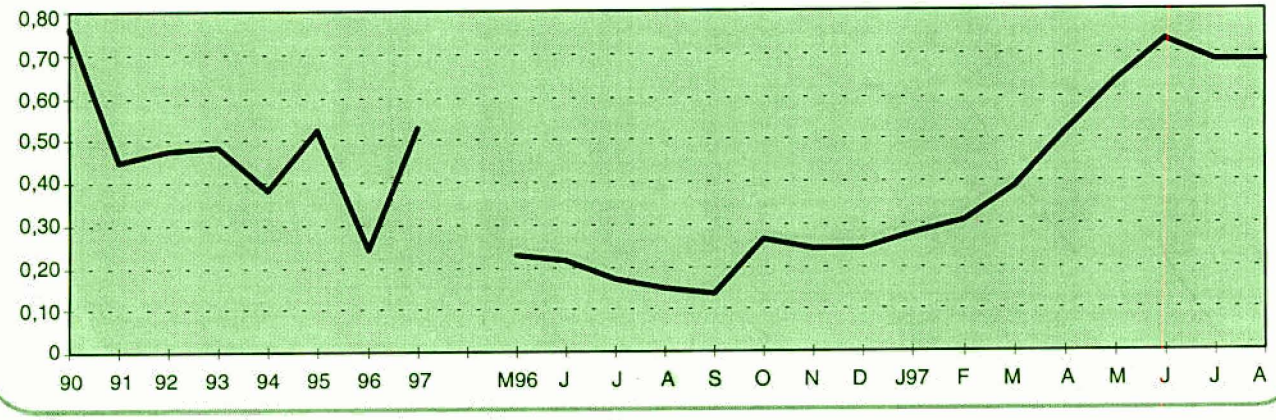
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1997/unidade)

Anos/ Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)
1990	0,56136	0,48651	0,29209	0,38387	0,44322	18,81853	0,74823	16,35480	0,86734	1,92727
1991	0,57996	0,57553	0,37069	0,38669	0,47469	21,31833	0,71183	17,47784	0,86160	1,99981
1992	0,51174	0,39990	0,27234	0,28443	0,30671	21,11563	0,61347	18,14291	0,66978	2,77346
1993	0,57449	0,50915	0,26937	0,29914	0,33472	18,65788	0,77574	16,20457	0,84012	2,48635
1994	0,58086	0,45764	0,26130	0,38219	0,52396	19,60766	1,38247	16,71440	1,01002	2,13415
1995	0,50827	0,41132	0,21324	0,56878	0,38508	18,14126	1,25059	15,02341	0,60242	1,97762
1996	0,52681	0,42106	0,22213	0,44711	0,29700	17,07209	1,02795	16,36563	0,65969	2,20004
1997	0,56765	0,50017	0,22519	0,35924	0,33415	20,61240	1,32285	16,77975	0,60846	1,95793
Maio 96	0,51210	0,37045	0,21791	0,42493	0,33777	17,66190	1,14405	16,51786	0,63195	2,22272
Jun.	0,51668	0,39827	0,21528	0,44133	0,38751	17,07186	1,05488	16,53365	0,65661	2,19588
Jul.	0,52174	0,41526	0,21296	0,51109	0,37267	16,36560	0,88376	16,57855	0,66016	2,16149
Ago.	0,53236	0,46848	0,21295	0,45783	0,34071	16,04544	0,84113	16,62039	0,64948	2,15075
Set.	0,54232	0,49978	0,21267	0,44661	0,34028	16,40772	0,91449	16,69483	0,68055	2,17990
Out.	0,54113	0,47747	0,22282	0,43503	0,31831	19,34291	0,91250	16,76457	0,70029	2,18576
Nov.	0,53959	0,56076	0,23277	0,39147	0,24335	20,16603	0,89932	16,74860	0,71946	2,19012
Dez.	0,54540	0,53491	0,24123	0,34612	0,23074	20,55723	0,89151	16,82336	0,65028	2,17109
Jan. 97	0,54727	0,42336	0,23749	0,37173	0,18587	18,68979	1,01193	16,82082	0,64020	1,97224
Fev.	0,53468	0,42157	0,23649	0,35988	0,20565	17,14053	1,24415	16,55444	0,61694	1,99476
Mar.	0,55901	0,44721	0,22361	0,36590	0,27443	18,69141	1,36196	16,68912	0,59967	1,97180
Abr.	0,57596	0,51533	0,22230	0,35366	0,36376	20,76475	1,36411	16,64211	0,61637	1,96027
Maio	0,58430	0,53393	0,22163	0,37274	0,47348	22,13278	1,44060	16,53159	0,61452	1,95437
Jun.	0,58025	0,52022	0,22010	0,37016	0,45019	22,68980	1,52066	17,01735	0,62027	1,93083
Jul.	0,57975	0,56975	0,21990	0,33985	0,35984	22,40017	1,31942	16,99254	0,57975	1,93915
Ago.	0,58000	0,57000	0,22000	0,34000	0,36000	22,39000	1,32000	16,99000	0,58000	1,94000

Após ligeiro declínio, os preços da cebola se estabilizam, mas os próximos meses poderão ainda registrar alterações significativas.

Brasil — cebola — preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de agosto de 1997/kg



1 SUA EMPRESA PODE SER PENALIZADA EM 5% DO FATURAMENTO BRUTO

2 O SEU LUCRO PODE SER ARBITRADO

3 SUA EMPRESA PODE SER AUTUADA POR OMITIR INFORMAÇÕES OU FORNECÊ-LAS INCORRETAMENTE

4 GESTÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL SIGNIFICA UM GANHO FINANCEIRO EM UMA ECONOMIA ESTÁVEL

Você sabia?

Se você gostaria de saber...

fale com a FGV.

MasterSAF DW
Data Warehouse Fiscal

A SOLUÇÃO PARA
GESTÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL
DA SUA EMPRESA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - CENTRO DE INFORMÁTICA
PRAIA DE BOTAFOGO 194 - TÉRREO -
BOTAFOGO - RJ - 22257-970
TEL.: 536-9437 FAX: 536-9467
saf@fgv.br

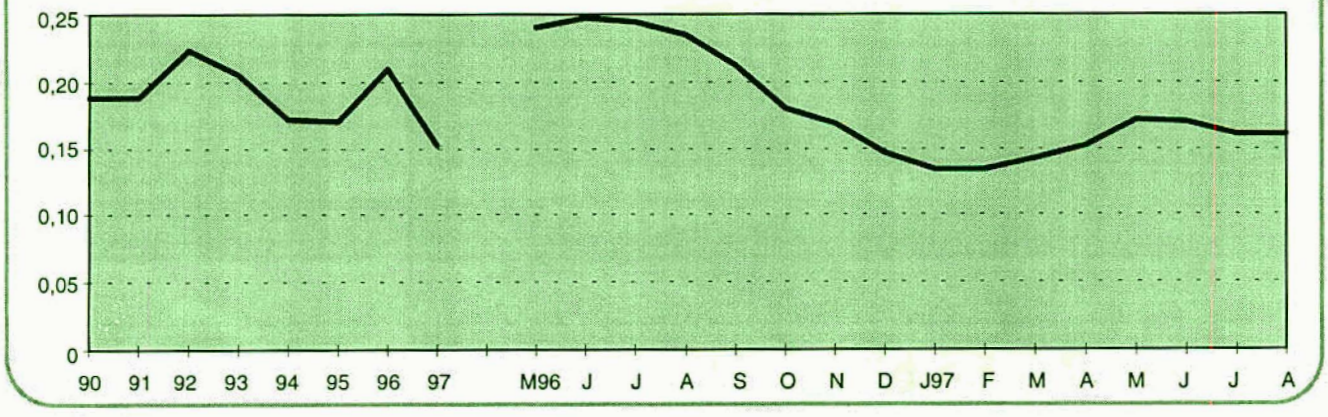
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de agosto de 1997/unidade)

Anos/ Produtos	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (grão — kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)
1990	4,01218	0,19569	58,14461	0,23306	0,52615	0,18832	0,75965	0,27788	1,34868	0,20070	0,36328
1991	3,08600	0,20868	69,63163	0,28771	0,44989	0,18899	0,44724	0,22879	1,11199	0,20112	0,31671
1992	3,03571	0,18562	78,70852	0,29837	0,42047	0,22355	0,47419	0,24787	0,91503	0,18517	0,26850
1993	2,40365	0,19112	78,10742	0,29524	0,39598	0,20572	0,48253	0,28023	0,98750	0,19626	0,55115
1994	3,24719	0,16425	56,10251	0,25839	0,50342	0,17116	0,38117	0,28263	1,59526	0,23698	0,35605
1995	3,10312	0,13528	79,13251	0,19435	0,46395	0,17050	0,52505	0,28174	1,88246	0,28580	0,48360
1996	1,98041	0,15686	82,85126	0,24840	0,38490	0,21004	0,24086	0,27756	1,64538	0,27211	0,20008
1997	2,38563	0,12398	78,68612	0,26183	0,31860	0,15288	0,52669	0,25562	2,64314	0,30590	0,34328
Maio 96	1,97212	0,16344	81,81570	0,25060	0,34866	0,23971	0,22881	0,29418	1,60167	0,27239	0,00000
Jun.	1,93754	0,16146	85,10095	0,23681	0,39827	0,24757	0,21528	0,26910	1,58232	0,27987	0,00000
Jul.	1,91660	0,14907	86,89631	0,23425	0,38332	0,24490	0,17036	0,27684	1,53328	0,27684	0,00000
Ago.	1,93780	0,15971	85,98737	0,24489	0,37265	0,23424	0,14906	0,27683	1,53321	0,28748	0,00000
Set.	2,09483	0,15950	85,81353	0,26584	0,36154	0,21267	0,13824	0,26584	1,72265	0,27647	0,00000
Out.	2,12210	0,15916	86,78316	0,28648	0,31831	0,18038	0,26526	0,26526	1,71890	0,26526	0,00000
Nov.	2,05258	0,15870	81,91259	0,27509	0,28567	0,16928	0,24335	0,24335	1,68227	0,29625	0,00000
Dez.	2,03475	0,14684	83,15188	0,27270	0,26221	0,14684	0,24123	0,25172	1,67814	0,29367	0,00000
Jan. 97	2,28201	0,13424	80,85143	0,26847	0,26847	0,13424	0,27880	0,26847	2,03419	0,27880	0,36140
Fev.	2,69395	0,12339	77,39459	0,25706	0,30847	0,13367	0,30847	0,27762	2,32379	0,29819	0,34960
Mar.	2,70360	0,12197	85,01083	0,26426	0,29475	0,14229	0,38623	0,26426	2,34786	0,31508	0,32524
Abr.	2,67769	0,12125	82,76597	0,27282	0,41428	0,15157	0,51533	0,26272	2,78884	0,29303	0,00000
Maio	2,41778	0,13096	81,04608	0,27200	0,38282	0,17126	0,63467	0,25185	2,79052	0,29215	0,00000
Jun.	2,13092	0,12005	74,99238	0,26011	0,34015	0,17007	0,73032	0,24010	2,88124	0,31013	0,57025
Jul.	2,08908	0,11995	73,72764	0,24989	0,26988	0,15993	0,67970	0,23989	2,98869	0,32986	0,56975
Ago.	2,09000	0,12000	73,70000	0,25000	0,27000	0,16000	0,68000	0,24000	2,99000	0,33000	0,57000

Com o início do período de colheita do trigo há poucas perspectivas de recuperação dos preços. A atividade continua sofrendo os efeitos da abertura de mercado.

Brasil — trigo em grão — preços recebidos pelos agricultores

Em R$ de agosto de 1997/kg



Brasil — preços recebidos pelos produtores — valores reais (em R$ de agosto de 1997/unidade)

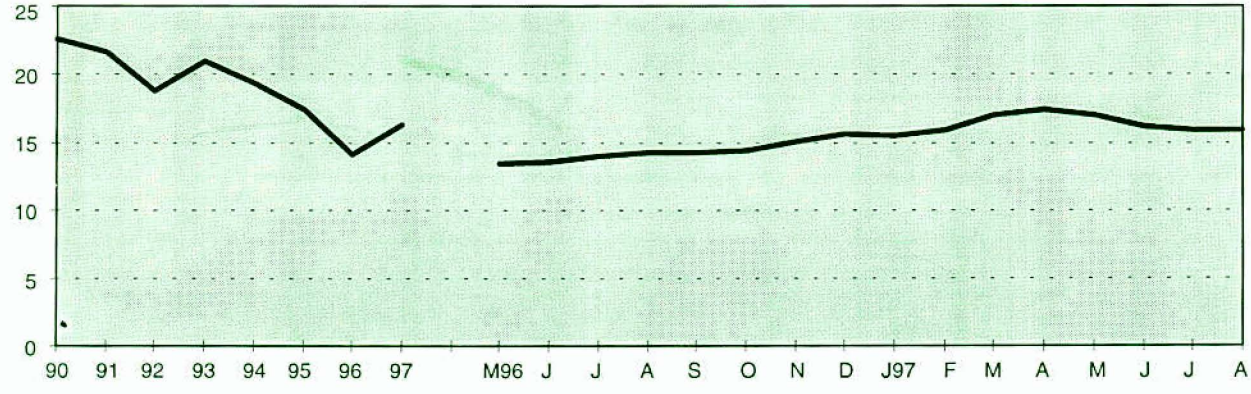
Anos/ Produtos	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (1@)	Vaca leiteira de raça (cab.)	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/ galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	185,55705	37,80436	910,33313	558,58018	22,59821	1,63658	0,38320	33,81073	1,01543	3,80106	347,52313
1991	164,36186	34,84383	734,05095	458,96382	21,61927	1,39806	0,35975	19,96199	0,88699	4,45352	300,42901
1992	149,79541	33,24733	628,23861	391,78263	18,72969	1,22676	0,33798	31,61295	0,86341	2,87258	279,74630
1993	161,46001	35,23729	670,53024	417,11428	20,93014	1,23810	0,35002	26,26585	0,96580	2,98518	293,28779
1994	186,15743	34,20402	839,06193	509,96049	19,25684	1,17870	0,31425	31,15292	0,90413	3,46708	328,02301
1995	164,66829	27,81862	924,29273	517,79926	17,45088	0,96059	0,32709	38,58962	0,73316	5,88506	289,50915
1996	126,25689	23,68978	752,85424	406,11759	14,15389	0,89862	0,28904	28,79139	0,80822	5,79868	235,31407
1997	121,54067	23,70460	700,42614	375,34342	16,34199	0,84368	0,25924	29,63679	0,81032	4,96185	226,84793
Maio 96	124,99529	22,61944	735,86186	395,50246	13,40169	0,89345	0,28329	28,17624	0,82807	5,73113	232,11077
Jun.	124,15309	22,26015	727,96507	392,67423	13,62735	0,90418	0,29063	29,12764	0,88266	5,64039	229,61970
Jul.	122,77924	23,15886	729,55210	396,73528	13,93791	0,89441	0,28749	27,76934	0,90506	5,71784	231,53539
Ago.	123,81712	24,19060	740,50709	397,28165	14,20346	0,88372	0,29812	28,06621	0,90502	5,83470	233,55855
Set.	122,61658	24,32978	739,00656	398,61289	14,20655	0,90386	0,29774	27,65812	0,86133	6,00801	231,18612
Out.	123,26201	24,97708	733,61956	393,65961	14,43026	0,93372	0,29709	27,79947	0,80640	5,85699	233,09114
Nov.	121,84259	24,50395	744,31265	393,68192	15,02401	0,94165	0,28567	27,68861	0,69830	5,61813	231,65540
Dez.	121,87498	23,99742	734,08177	388,48962	15,62769	0,91249	0,27270	29,08428	0,74468	5,44347	231,00659
Jan. 97	118,69568	23,37773	705,25579	377,48222	15,54041	0,86737	0,25815	30,15149	0,73314	4,99771	225,34110
Fev.	119,41819	23,46412	702,18597	377,53382	15,95807	0,86371	0,25706	29,43812	0,78145	5,02803	227,35110
Mar.	122,02774	23,37696	689,93547	370,18944	16,95338	0,85377	0,25410	29,37366	0,83344	5,03113	225,17097
Abr.	123,47700	23,69506	705,97119	375,75609	17,34943	0,82857	0,26272	28,83825	0,82857	4,97141	227,23002
Maio	124,73742	23,58345	698,38650	372,36870	16,94462	0,81600	0,26193	28,97309	0,81600	4,95645	228,63154
Jun.	121,65253	23,47013	699,39200	376,19244	16,20700	0,82035	0,26011	29,98295	0,83036	5,01216	227,51824
Jul.	121,18681	24,33932	701,29222	376,69468	15,89302	0,84963	0,25989	30,17676	0,82964	4,84787	226,82045
Ago.	121,13000	24,33000	700,99000	376,53000	15,89000	0,85000	0,26000	30,16000	0,83000	4,85000	226,72000

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

O inverno ameno sustou a expansão do consumo prevista. Nem a melhoria dos preços internacionais nem a redução dos plantéis conseguem aliviar a crise dos criadores.

Brasil — suíno para corte — preços recebidos pelos produtores

Em R$ de agosto de 1997/15kg



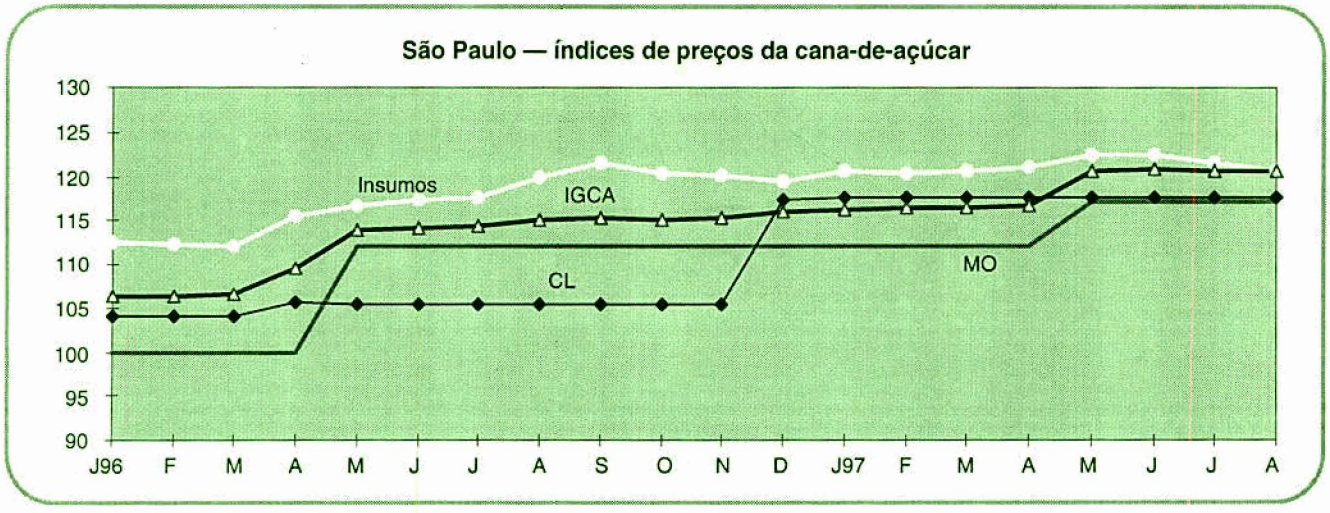
MARIA JOSÉ C. MONTEIRO
E-mail: mjcyhlar@fgv.br

São Paulo — índices de preços da cana-de-açúcar (base: junho de 1995 = 100)

Mês/ano	Índice geral da cana-de-açúcar (IGCA)	Mão-de-obra (MO)	Máquinas, veículos e equipamentos (MVE)	Reparos (R)	Combustíveis e lubrificantes (CL)	Insumos (I)	Outras despesas (OD)
Jul. 1995	101,908	100,000	100,605	101,642	100,026	102,749	101,780
Ago.	101,963	100,000	100,554	101,949	100,037	102,605	102,847
Set.	102,552	100,000	100,422	102,775	100,955	104,698	102,335
Out.	105,719	100,000	100,679	102,890	103,972	110,772	102,791
Nov.	105,643	100,000	100,652	103,403	104,067	109,817	103,526
Dez.	106,167	100,000	100,791	103,478	104,074	112,331	103,937
Jan. 1996	106,268	100,000	99,480	104,245	104,085	112,433	105,035
Fev.	106,372	100,000	100,185	104,979	104,089	112,184	105,262
Mar.	106,446	100,000	100,308	105,599	104,085	112,036	105,499
Abr.	109,594	100,000	100,380	105,066	105,596	115,462	105,972
Maio	114,009	112,009	100,389	105,340	105,483	116,645	107,071
Jun.	114,206	112,009	100,437	105,472	105,470	117,316	108,058
Jul.	114,399	112,009	100,897	105,862	105,465	117,689	108,868
Ago.	114,950	112,009	101,005	106,658	105,460	119,810	109,045
Set.	115,320	112,009	101,307	106,917	105,479	121,400	109,061
Out.	115,098	112,009	101,042	106,989	105,497	120,257	109,139
Nov.	115,181	112,009	101,085	107,494	105,511	120,174	109,631
Dez.	116,019	112,009	99,818	106,914	117,309	119,398	110,478
Média 1996	112,322	108,006	100,528	105,961	106,127	117,067	107,760
Jan. 1997	116,270	112,009	99,857	106,582	117,614	120,610	111,478
Fev.	116,326	112,009	99,999	107,126	117,611	120,293	112,140
Mar.	116,460	112,009	99,893	107,434	117,617	120,571	113,080
Abr.	116,667	112,009	100,954	108,304	117,614	120,531	113,575
Maio	120,687	117,140	103,384	108,736	117,614	122,350	114,095
Jun.	120,811	117,140	104,211	108,935	117,631	122,482	115,068
Jul.	120,676	117,140	104,208	109,194	117,652	121,596	115,116
Ago.	120,502	117,140	104,306	109,329	117,636	120,615	115,098

Fonte: IBRE/FGV.

Durante o mês de agosto de 1997, permaneceu a tendência de queda no índice geral da cana-de-açúcar.



EQUIPE CONTRATO FGV/IBRE/AIAA

Associação Brasileira de Agribusiness

A ABAG foi criada em 1993 por empresas interessadas em promover a visão sistêmica do agribusiness.

Por quê?

Porque todos os elos da cadeia produtiva formam um único organismo no qual os segmentos "antes, dentro e fora da porteira", até atingir o consumidor final, vivem em contínua interação e interdependência.

MISSÃO: Conscientizar os tomadores de decisão e os formadores de opinião, quer do governo ou da iniciativa privada, para a importância e complexidade do agribusiness, a relevância do seu papel no desenvolvimento econômico e social e a necessidade de tratá-lo sistemicamente.

ESTRATÉGIA: Desenvolver estudos, propostas e ações que promovam o desenvolvimento sustentado, a segurança alimentar e solucionem os gargalos que obstruem a competitividade do agribusiness.

ASSOCIADOS DA ABAG:

AGCO DO BRASIL
AGÊNCIA DO ESTADO
AGRIBUSINESS COM. ASSES. CONS. LTDA.
ALGAR S.A. EMPREEND. PARTICIPAÇÕES
BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
BANCO NOROESTE S.A.
BANCO RAIBOBANK DO BRASIL S.A.
BM&F — BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS
CAMBUHY CITRUS COM. EXPORTADORA LTDA.
CAMURU ÓLEOS VEGETAIS LTDA.
CARGILL AGRÍCOLA S.A.
CEVAL ALIMENTOS S.A.
CIA. PAULISTA DE FERTILIZANTES — COPAS
CIA. COMERCIAL OMB
COOP. AGRIC. REG. ORLANDIA — CAROL
COOP. CENT. LATIC. PARANÁ — BATAVO
COOP. PROD. CANA, AÇÚCAR E ÁLCOOL — COPERSUCAR
COOP. REG. CAFEIC. GUAXUPÉ LTDA. — COOXUPÉ
EMBRAPA — EMP. BRAS. PESQ. AGROPECUÁRIA
F.M.C DO BRASIL S.A.
FAEPA — FED. AGRIC. ESTADO PARÁ
FECOTRIGO — FED. COOP. TRIGO RS
FIEPA — FED. IND. ESTADO PARÁ
FRUNORTE — FRUTAS DO NORDESTE LTDA.
MÁQUINAS AGRÍCOLAS JACTO S.A.
MARCHESAN IMP. MAQ. AGRÍCOLAS "TATU".
MARTINS COMP. SERV. DISTRIBUIÇÃO LTDA.
MITSUI BRASILEIRA IMP. E EXP. LTDA.
MONSANTO DO BRASIL LTDA.
NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A.
PIONEER SEMENTES
RBS/CANAL RURAL
SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. E COMÉRCIO
SEMENTES AGROCERES S.A.
TETRA PAK DO BRASIL LTDA.
UNICA — UNIÃO AGROIND. CANAVIEIRA SP
ZENECA DO BRASIL

JUNTE-SE À ABAG !

Av. Dr. Vieira de Carvalho, 40 — 5º Andar — São Paulo — SP — CEP: 01210-010
Email: abag@algarnet.net — Telefones: 011-221.1060/220.5476 — Fax: 011-220.5736

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 23 de setembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de outubro de 1997.

Produtos / Preços	Média dos 1os futuros				Futuros											Tendência	Fatores ponderáveis
	Setembro 1996	Agosto 1997	1 a 19 setembro 1997	15 a 19 setembro 1997	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	
Açúcar raw US¢/lb-peso	11,61	11,65	11,44	11,33		11,44					11,93		11,93		11,73		A previsão de alta vem sendo influenciada por registros episódicos, como o de menor efeito de El Niño na Austrália e maiores exportações brasileiras.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	74,40	74,02	73,05	73,45		73,05		73,20			74,42		75,08		75,63		As safras dos três maiores exportadores mundiais, EUA, China e Índia, deverão sofrer redução e o nível dos estoques internacionais poderá cair 3% em relação à temporada anterior.
Cacau Bahia US$/ tonelada	1.362,00	1.543,00	1.671,00	1.667,00				1.671,00			1.702,00		1.721,00		1.739,00		As previsões otimistas com relação à próxima safra da Costa do Marfim, que deverá atingir 1,2 milhão de toneladas, acalmam o mercado.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	108,30	186,86	180,78	171,21				180,78			164,65		158,28		152,19		A Associação dos Países Produtores de Café (APPC) aprovou a manutenção do regime de cotas de exportação.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Cnicago.

Mercado externo

Produtos / Preços	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Setembro 1996	Agosto 1997	1 a 19 setembro 1997	15 a 19 setembro 1997	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A		
Milho two yellow US¢/ bushel	328,41	262,55	266,61	264,90	266,61			266,39			275,04		279,96		283,14		→	A avaliação do USDA realizada em meados de setembro para os balanços de oferta e demanda norte-americana mundial apresentou estoques finais semelhantes aos previstos um mês antes, dando um tom de tranqüilidade ao mercado.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	794,71	661,74	726,07	761,40	726,07		639,64		641,79		648,20		654,29		660,07		↘	O fim da comercialização da safra velha dos EUA traz a preocupação com a grande oferta da safra nova a ser seguida pelos maiores plantéis no Brasil e na Argentina.
Soja-farelo US$/ tonelada	260,34	235,18	270,09	270,80	270,09	229,54		212,73	208,06		202,49	200,60					↘	Prevalece no mercado a impressão de que a maior oferta de farelo que se calcula para 1998 terá problemas de colocação, apesar da forte demanda asiática.
Suco de laranja US¢/lb-peso	107,49	72,20	69,43	69,30			69,43		72,32		75,28		78,18		80,62		→	Mercado permanece na expectativa de a previsão de outubro do USDA sobre a safra da Flórida vir a ser semelhante à avaliação de novo recorde de 253 milhões de caixas antecipada por fontes privadas.
Trigo soft red U$¢/ bushel	433,66	363,43	364,32	357,50	364,32			378,96			391,98		395,46		389,57		↗	O USDA reduziu a estimativa da produção e dos estoques dos EUA, em setembro. As características referentes à produção australiana (que se esperava prejudicada pelo El Niño) são relevantes para a evolução do mercado.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas no dia 23 de setembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de outubro de 1997. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para agosto de 1997. Os preços de setembro de 1997 são nominais.

Produtos / Preços	Setembro 1996	Agosto 1997	1 a 22 setembro 1997	15 a 22 setembro 1997	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	28,58	28,31	28,21	28,37	↗	O mercado deverá reagir em função da entressafra, mas no Centro-Sul se manterá nominal, pois só resta produto para negociar na região Nordeste.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	36,15	30,08	32,58	33,00	→	O mercado é comprador e há escassez de produto brasileiro de boa qualidade. As compras do Mercosul e o "engessamento" dos preços no varejo atenuam os fatores de alta.
Boi gordo R$/arroba	25,66	26,92	25,50	25,50	→	O mercado está bem abastecido e o consumo estável. A oferta de gado confinado está maior do que no ano passado.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	133,06	224,31	244,00	233,70	↗	Novas estimativas da safra brasileira de 1997/98 indicam produção menor do que anteriormente previsto. Leilões dos estoques oficiais têm sido incapazes de normalizar a oferta de autoprazo. Brasil é o único supridor de quantidades mais expressivas ao mercado externo até a entrada das safras da Colômbia e países da América Central, no final do ano.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos \ Preços	Setembro 1996	Agosto 1997	1 a 22 setembro 1997	15 a 22 setembro 1997	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	57,93	29,88	48,50	48,50	→	As safras irrigadas de Goiás e de Barreiras são boas e deverão manter o mercado bem abastecido em outubro. A liberação de estoques recentemente retidos por atacadistas aumenta ainda mais a oferta, mas os produtores das áreas irrigadas conseguem controlar bem o fluxo de comércio, de forma a evitar queda de preços.
Frango vivo R$/kg	0,75	0,70	0,70	0,70	↗	O bom ritmo das exportações, a maior demanda sazonal no final do ano e o previsível aumento dos preços do milho deverão acarretar maiores preços da ave.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	10,00	7,99	8,46	8,74	↗	Com a acentuação sazonal da demanda, o fim da colheita da safrinha e as primeiras informações sobre a retração da área plantada na temporada 1997/98, as cotações deverão reagir no curto prazo.
Soja-grão industrial R$/60kg	19,41	18,43	19,54	19,85	↗	Falta o grão no mercado interno, pois suas vendas durante a presente comercialização foram bastante aceleradas, para aproveitar o mercado favorável, em Chicago.

Organização:
ELIANA CONDE BARROSO LEITE

Metodologia de mobilização do FNA

CARLO ARENA E PATRÍCIA GOULART

Criado em setembro de 1996, por vontade expressa do presidente Fernando Henrique Cardoso, preocupado com as questões estruturais que envolvem o agronegócio no médio e no longo prazo, o Fórum Nacional da Agricultura (FNA) constitui um modelo pioneiro da parceria entre os setores público e privado e foi concebido a partir de uma visão sistêmica da cadeia de alimentos, fibras e biomassa.

A percepção estratégica do FNA parte da visão compartilhada de um processo de globalização inevitável, onde surgem ameaças e oportunidades para a inserção competitiva do agribusiness brasileiro. O outro aspecto a considerar é a orquestração da agenda internacional sobre as negociações junto à OMC, ao Nafta, à CE, ao Mercosul e a formação da Alca. Relevante é também o novo papel do Estado em sua reorientação institucional como promotor de desenvolvimento com ampla participação da sociedade.

Formado por 34 grupos temáticos, o FNA pretende estimular uma ação coletiva que mobilize vontades, decisões e novas atitudes em torno de um projeto comum que respeite as diferenças e a crença compartilhada para a construção de um futuro voltado para a segurança alimentar do mercado interno com desenvolvimento social no campo, bem como a inserção competitiva internacional e o respeito ao meio ambiente.

O modelo Fides de mobilização do FNA

O desafio maior do FNA era fazer isso tudo com ampla e democrática participação de agentes representativos da sociedade que assegurassem a indispensável capilaridade (desde o nível local), a representatividade das cadeias agroprodutivas e a legitimidade das demandas organizadas, tendo o FNA como caixa de ressonância do interesse comum.

Com a preocupação de buscar uma raiz local, o FNA elegeu o modelo Fides de mobilização como principal diferencial, no uso de uma metodologia de trabalho experimentada, eficiente e de sucesso comprovado.

Fides é um termo do latim que designa fé, fidelidade à palavra dada, confiança, compromisso. O Fides é um movimento informal, de caráter permanente, aberto e descentralizado, sem base física, jurídica e sem hierarquia. Como processo inovador e interativo de mobilização social, visa a desenvolver no cidadão uma visão de futuro, responsabilidade e compromisso com um Brasil moderno, justo, ético e competitivo.

O modelo Fides foi concebido em 1990 pelos autores, quando, a trabalho na África, precisaram vencer o desafio da mobilização num país (Cabo Verde) formado por nove ilhas, com elevado grau de dispersão geográfica. Nesse ambiente crítico foi desenvolvido o conceito de organização em rede do modelo Fides que, a partir do relacionamento pessoa a pessoa, ia formando redes interpessoais em cada ilha. Semanalmente era promovido um evento reunindo todas as redes da ilha, e uma vez por mês reuniam-se as ilhas.

De volta ao Brasil, em 1992, os consultores foram chamados a aplicar o modelo Fides na região noroeste do Paraná, para formular a criação da I Agência Regional de Desenvolvimento dirigida e mantida pela iniciativa privada. O primeiro associado e fundador da agência foi o dr. Ney Bittencourt de Araújo, pai do agribusiness no Brasil e entusiasta do modelo Fides, que, a partir desse momento, o incorporou ao conceito de agronegócio como processo de mobilização nas comunidades urbano-rurais.

Em 1994, o modelo Fides de mobilização foi aplicado em cinco estados do Nordeste no programa Pólos Agroindustriais do Nordeste (PAN), coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (Campo).

No modelo Fides, o planejamento e a decisão passam a ser de responsabilidade compartilhada público-privada a partir de demandas organizadas na sua base local. Invalida-se a oferta de *pacotes* que a comunidade local/regional não discutiu, dos quais não participou e não deseja. Com isso, eleva-se o grau de exigência de bons governos, prosperidade econômica e bem-estar social.

O GOL do FNA

Toda a metodologia do modelo Fides é centrada na pessoa, pois são as pessoas que fazem as instituições. O sistema de informação e treinamento é consolidado no Guia Orientador do Líder (GOL).

O GOL é o manual básico do Fides, cuja característica principal é a simplicidade, porque o método é repetitivo (um líder copia o sucesso de outro líder) e não exige habilidade ou aptidão especial.

O *clone* básico da mobilização é formado a partir de uma lista de nomes de cada coordenador de grupo temático do FNA, que indica os candidatos a facilitadores regionais de mobilização (Farm). Cada Farm indica e convida líderes locais (Lilo). Para individualizar responsabilidades, cada pessoa que indica outra passa a ser o tutor, vinculado ao outro, e ambos ao sucesso do empreendimento, criando-se um sólido sistema de parcerias em rede.

No modelo Fides, onde um faz o que o outro faz, cada líder é um multiplicador de tempo pela força lógica da repetição, ensinando ao outro líder tudo o que aprendeu. O esforço e o tempo que o líder precisa dedicar é similar à decolagem de um avião que consome 85% de sua energia sem sair do chão; com o restante, 15% de combustível, ele voa!

A metodologia contida no GOL é dividida em módulos: no primeiro são utilizadas ferramentas que facilitam a autoinstrução (vídeo, *folder*, textos) com informações padronizadas. O segundo módulo consiste na realização de eventos periódicos e contínuos que visam a manter a chama do entusiasmo e da motivação nos níveis local, regional e nacional.

Com o uso do sistema Radar, o processo de informatização do FNA permite sua gestão virtual, via Internet, através de correio eletrônico, dando velocidade à informação. O Núcleo Gestor do FNA (NGE), com sede na Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), coordena as atividades de mobilização e articulação institucional do FNA.

CARLO ARENA E PATRÍCIA GOULART são diretores da LID Consult e responsáveis pela mobilização do Fórum Nacional da Agricultura.

IDENTIFIQUE AS MELHORES INFORMAÇÕES EM AGRIBUSINESS

Para identificar "Quem é quem" no agribusiness não fique procurando agulha no palheiro. Pegue um atalho e fale diretamente com a Agroverpa, pioneira no setor de banco de dados segmentados.



Depois de muita pesquisa, a Agroverpa criou um conjunto de informações para suprir as necessidades do setor de agribusiness... um banco de dados segmentado com um avançado sistema de atualização, um novo serviço sob medida para a sua empresa. Possuimos a maior base de dados de setores como **pecuária de corte, leite, agricultura** e outros. Podendo ser selecionados por renda, porte, distribuição geográfica, etc. Simples de consultar e trabalhar em Windows, utiliza qualquer software Microsoft® como o Access ou Works. Para sua próxima campanha de marketing atingir em cheio seu mercado, não perca mais tempo, fale conosco.

Agroverpa
Informações em Agribusiness

(043) 736.1736 (043) 736.1330 paiolao @ ourinhos.com.br www.ourinhos.com.br/paiolao/agroverpa

Banco Real. Sementes de grandes idéias no campo.

O Banco Real está presente no campo para facilitar a vida do agricultor com produtos e serviços de qualidade.

Empréstimos Real

Para você financiar a sua safra e realizar seus planos de expansão.

Leasing Real

Bens nacionais e importados. Você arrenda, vai usando e depois compra.

Real Empresa

O cheque especial do Banco Real para pessoa jurídica. Para quem não quer perder os bons negócios de ocasião.

Realmaster

Sucesso há mais de 20 anos, é o único cheque especial que dá 10 dias por mês sem juros.

Real Visa

O cartão múltiplo internacional que já vem com os 10 dias do Realmaster.

Banco Real

ITAPEVA